



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA – PPGB
MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA - MPB**

MARRHIETTE SOUSA MARTINS MACEDO

**UM ESTUDO COMPARATIVO ACERCA DA ACESSIBILIDADE PARA
ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NAS BIBLIOTECAS DO IFMA DE 2014 A
2023.**

Rio de Janeiro

2025



MARRHIETTE SOUSA MARTINS MACEDO

**UM ESTUDO COMPARATIVO ACERCA DA ACESSIBILIDADE PARA
ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NAS BIBLIOTECAS DO IFMA DE 2014 A
2023.**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia (MPB), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, para obtenção do título de Mestra em Biblioteconomia.

Área de concentração: Biblioteconomia e Sociedade

Linha de Pesquisa: Biblioteconomia, Cultura e Sociedade

Orientadora: Prof^a Dr^a Cládice Nóbile Diniz

Rio de Janeiro

2025

MARRHIETTE SOUSA MARTINS MACEDO

**UM ESTUDO COMPARATIVO ACERCA DA ACESSIBILIDADE PARA
ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NAS BIBLIOTECAS DO IFMA DE 2014 A
2023.**

Dissertação de Mestrado apresentado como
requisito final no Curso de Mestrado
Profissional em Biblioteconomia, do Programa
de Pós-Graduação em Biblioteconomia da
Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Cládice Nóbile Diniz (Orientadora) - Presidente
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof.^a Dr.^a Dayanne da Silva Prudêncio – Titular Interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof.^a Dr.^a Ediclea Mascarenhas Fernandes – Titular Externo
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Prof.^a Dr.^a Mariza Costa Almeida – Suplente Interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof. Dr. Helio Ferreira Orrico – Suplente Externo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Nilópolis - IFRJ

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional, ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

M141e

Macedo, Marrhiette Sousa Martins

Um estudo comparativo acerca da acessibilidade para estudantes com deficiência nas bibliotecas do IFMA de 2014 a 2023 / Marrhiette Sousa Martins Macedo. - Rio de Janeiro, 2025.

125 f.: il.; 30cm

Orientadora: Profa. Dra. Cládice Nóbile Diniz

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de pós Graduação em Biblioteconomia, 2025.

1. Acessibilidade. 2. Estudante com deficiência. 3. Biblioteca. 4. CENSUP. 5. IFMA. I. Diniz, Cládice Nóbile. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. III. Título.

CDD: 027.663

Ficha elaborada de acordo com o Código de Catalogação Anglo-Americano AACR2

Às minhas filhas, minha maior inspiração!

Dedico esta conquista a vocês, que é minha fonte de força e motivação diária. Cada esforço, cada desafio superado e cada aprendizado adquirido ao longo desta jornada foram impulsionados pelo amor imenso que sinto por vocês. Que este momento seja um exemplo para vocês, mostrando que, com dedicação e perseverança, podemos alcançar nossos sonhos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, fonte de força, sabedoria e perseverança, por guiar meus passos e me sustentar em cada desafio enfrentado.

Aos meus pais Mario e Francisca, que com amor, dedicação e ensinamentos inestimáveis, me forneceram a base educacional e os valores que me trouxeram até aqui. Sem o apoio e o exemplo de vocês, esta conquista não seria possível.

Ao meu esposo e às minhas filhas, minhas companheiras de vida e meu maior tesouro, que ficavam ao meu lado em cada momento, compreendendo as ausências e me incentivando a seguir em frente. O amor e a confiança de vocês foram fundamentais para que eu pudesse concluir esta etapa.

Ao meu irmão João Mario e à minha irmã Marrhianne, pelo apoio constante e pelas palavras de incentivo nos momentos em que mais preciso. Saber que posso contar com vocês sempre.

À minha colega de trabalho e profissão, Janaina Bianque, pelo apoio e por compartilhar comigo seus conhecimentos, tornando essa jornada mais enriquecedora. Sua parceria e generosidade foram fundamentais ao longo desse processo.

Ao Instituto Federal do Maranhão- Campus Barreirinhas (IFMA), instituição da qual faço parte, pelo suporte, pelas oportunidades de crescimento e pelo ambiente acadêmico e profissional que muito desenvolve para minha formação.

Expresso minha profunda gratidão à minha orientadora, Cládice Diniz, pelos ensinamentos, conhecimentos compartilhados e por sua dedicação ao longo desta caminhada. Sua orientação foi essencial para o desenvolvimento deste trabalho e para meu crescimento acadêmico.

Aos membros da banca examinadora, agradecimentos profundos por aceitarem o convite e contribuírem com suas análises e sugestões, enriquecendo ainda mais minha qualificação. A contribuição de cada um foi fundamental para aprimorar este estudo.

À Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), pela oportunidade de realizar este mestrado, pela formação acadêmica de excelência e pelo conhecimento adquirido ao longo dessa jornada.

Por fim, a todos que, direta ou indiretamente, desenvolveram para a concretização deste sonho, meus mais sinceros agradecimentos. Cada gesto de apoio e incentivo foi essencial para que esta conquista se tornasse realidade.

RESUMO

Este trabalho apresenta um mapeamento dos avanços inclusivos nas bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Maranhão, para estudantes com deficiência, tendo como base comparativa os critérios de acessibilidade estabelecidos no Censo da Educação Superior, no período de 2014 a 2023. O estudo teve como objetivo principal identificar fatores de acessibilidade em inclusão que contribuam como instrumento de democratização de acesso informacional dos estudantes com deficiência das bibliotecas da instituição pesquisada. Quanto aos objetivos específicos, buscou-se identificar os recursos acessíveis que são disponibilizados nas bibliotecas estudadas; inventariar os seus aspectos normativos e práticos que caracterizam avanços inclusivos; e, por fim, sugerir boas práticas para a promoção de acessibilidade nesses espaços. Para isso, adotou-se uma abordagem metodológica baseada em pesquisa bibliográfica e documental, tendo como referência teórica autores da literatura especializada sobre inclusão na Educação e na Biblioteconomia, além de normativas nacionais como a Lei Brasileira de Inclusão e os critérios estabelecidos pelo Censo da Educação Superior. Os resultados da pesquisa demonstram que, apesar de avanços na implementação de recursos de acessibilidade nas bibliotecas investigadas, ainda há desafios estruturais que limitam a plena inclusão dos estudantes com deficiência. A democratização do acesso à informação não deve ser vista apenas como um desafio técnico, mas como um compromisso ético e social, indispensável para garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições, tenham as mesmas oportunidades de aprendizado.

Palavras-chave: Acessibilidade. Estudante com Deficiência. Biblioteca. CENSUP. IFMA.

ABSTRACT

This work presents a mapping of inclusive advances in the libraries of the Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Maranhão, for students with disabilities, using as a comparative basis the accessibility criteria established in the Censo da Educação Superior in period from 2014 to 2023. The main objective of the study was to identify accessibility factors in inclusion that contribute as an instrument for democratizing information access for students with disabilities in the libraries of the researched institution. As for specific objectives, we sought to identify accessible resources that are available in the libraries studied; inventory the normative and practical aspects that characterize inclusive advances; and, finally, suggest good practices for promoting accessibility in these spaces. To achieve this, a methodological approach was adopted based on bibliographical and documentary research, having as theoretical reference authors of specialized literature on inclusion in Education and Library Science, in addition to national regulations such as the Brazilian Inclusion Law and the criteria established by the Higher Education Census., among others, in addition to national regulations such as the Lei Brasileira de Inclusão and the criteria established by Censo da Educação Superior. The research results demonstrate that, despite advances in the implementation of accessibility resources in the libraries investigated, there are still structural challenges that limit the full inclusion of students with disabilities. The democratization of access to information should not be seen just as a technical challenge, but as an ethical and social commitment, essential to ensure that all students, regardless of their conditions, have the same learning opportunities.

Keywords: Accessibility. Deficiency Student. Library. CENSUP. IFMA.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Quadro Normativo da Lei Brasileira de inclusão (LBI – Lei nº 13.146)	23
Figura 1	Medidas de aproximação das mesas nas bibliotecas	61
Figura 2	Terminal de consultas	62
Figura 3	Mobiliário na rota acessível	62
Figura 4	Alcance manual lateral sem deslocamento do tronco	64
Figura 5	Cones visuais da pessoa em cadeira de rodas	65
Figura 6	Dimensões do assento para pessoa obesa	66
Figura 7	Localização de maçanetas e puxadores	66
Quadro 2	Acessibilidade em Bibliotecas – Principais Recomendações da NBR 9050	67
Figura 8	Recorte do questionário CENSUP aplicado nas bibliotecas	77
Figura 9	Recorte do questionário CENSUP aplicado nas bibliotecas	78
Figura 10	Recorte do questionário CENSUP aplicado nas bibliotecas	79
Tabela 1	Lista dos parâmetros investigados no CENSUP de 2014 a 2023 pelo INEP	80
Tabela 2	Lista das bibliotecas do IFMA analisadas	81
Figura 11	Municípios com campi do Instituto Federal do Maranhão	83
Figura 12	Imagem da capa do Guia de boas práticas inclusivas	86
Figura 13	Imagem da apresentação e sumário do Guia de boas práticas inclusivas	87
Figura 14	Imagem da apresentação e sumário do Guia de boas práticas inclusivas	87
Tabela 3	Estudos que abordam acessibilidade nas bibliotecas dos IF e IES Federais	89
Tabela 4	Distribuição das bibliotecas do IFMA segundo suas respostas quanto a Haver ou não Recursos de Acessibilidade e Atendimento em Libras 2014 a 2023	94

Tabela 5	Quantitativos de bibliotecas do IFMA com recursos de acessibilidade segundo o CENSUP 2014 a 2023 quanto à acessibilidade de conteúdo	97
Tabela 6	Quantitativos de bibliotecas do IFMA segundo o CENSUP 2014 a 2023 quanto a acessibilidade tecnológica	100
Tabela 7	Quantitativos de bibliotecas do IFMA com recursos de acessibilidade segundo o CENSUP 2014 a 2023 quanto à acessibilidade arquitetônica	104

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AEE	Atendimento Educacional Especializado
CBBU	Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CENSUP	Censo da Educação Superior
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ES	Ensino Superior
FEBAP	Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições
IF	Instituto Federal
IFMA	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MEC	Ministério da Educação
NAPNE	Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organizações das Nações Unidas
PCD	Pessoa Com Deficiência
PO	Pessoas Obesas
SIANES	Sistema Nacional de Avaliação Superior
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	Objetivos.....	16
1.2	Justificativa e relevância para a biblioteconomia.....	17
1.3	Organização do trabalho.....	18
2	REVISÃO TEÓRICO-CONCEITUAL.....	19
2.1	Acessibilidade: conceitos legais e teóricos	20
2.2	A educação especial inclusiva no contexto da legislação federal.....	31
2.2.1	As barreiras da inclusão: um breve olhar na perspectiva da Lei brasileira de Inclusão (LBI) – Lei nº 13.146/2015.....	38
2.2.2	Quebrando as barreiras: aspectos teóricos-metodológicos sobre acessibilidade.....	40
2.3	Os Institutos Federais: da implementação às expansões.....	45
2.4	A Biblioteca enquanto Instrumento de Informação e Comunicação Social.....	52
2.5	Bibliotecas nos espaços institucionais de ensino: a questão da acessibilidade.....	56
3	METODOLOGIA.....	73
3.1	Tipo de pesquisa.....	74
3.2	Delineamento da pesquisa documental.....	76
3.3	Universo da pesquisa.....	80
3.4	Lócus da pesquisa: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA.....	82
3.5	O produto educacional.....	85
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	89
4.1	Um percurso pela temática em tempos atuais: Estado da Arte.....	89
4.2	A acessibilidade nas bibliotecas do IFMA: o que dizem os dados do CENSUP de 2014 a 2023.....	94
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
	REFERÊNCIAS.....	111
	ANEXOS.....	118

1 INTRODUÇÃO

O papel da informação na sociedade atual pode ser examinado explorando os domínios que abrangem a evolução que levou à sua consolidação como um elemento essencial para o avanço humano e social, evolução essa que lhe configuraram dimensões multiculturais e interdisciplinares, com características estudadas por diferentes áreas, das quais se destaca a Biblioteconomia e a Ciência da Informação.

Devido a essa dominação, reconhecer que a existência humana como seres sociais está intimamente ligada à informação ajuda a compreender a sua relevância para a interação e comunicação entre as pessoas. Essa compreensão acerca dos recursos é essencial para promover o conhecimento e a evolução intelectual contínua da humanidade, conforme expressa Almeida (2011).

Hodiernamente, a palavra “informação” tem sido a tal ponto utilizada na conversação cotidiana, que até se apresenta como um argumento em socializações. No entanto, sua conceituação ainda leva a discussões por sua significativa complexidade, pois pode variar de acordo com a perspectiva de cada indivíduo, área do conhecimento e enfoque teórico.

Destaca-se, então, que se considera aqui neste trabalho, “informação” como o enunciado de sentido a ser transmitido, de forma consciente, por meio de uma mensagem, proposto por Capurro e Hjørland (2007). É esse o entendimento da informação que se encontra em Ribeiro (2016) em estudo sobre pessoas com deficiência visual, de ligação da linguagem e da comunicação interpessoal ao contexto mais amplo, resultante do processo cognitivo individual, como fenômeno social.

Na atualidade, pelo olhar de Almeida (2011), a informação desempenha um papel fundamental como catalisador de mudanças, proporcionando aprendizagens, reflexão e engajamento social aos indivíduos. Nesse contexto, perceber a informação como uma ponte para o mundo que se compartilha, permite considerar o acesso à informação como um exercício de cidadania e uma valorização da dignidade humana, como bem expressa Shera (1957).

Pela perspectiva de Shera (1957), o acesso à informação é fundamental como exercício da cidadania e um elemento essencial para a valorização da dignidade humana. Segundo conta, a informação é um recurso vital para o desenvolvimento da sociedade e para a capacitação dos indivíduos na tomada de decisões conscientes e informadas. Nesse sentido, informação associa-se ao empoderamento social, pois

permite que os cidadãos participem ativamente na construção e manutenção de uma democracia vibrante.

Shera (1957) reforça a importância de instituições, como bibliotecas e escolas, que democratizam o acesso ao conhecimento, garantindo que a informação chegue a todos de maneira equitativa. O autor reforça então a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão informacional como uma estratégia para reduzir desigualdades e promover a justiça social. Nesse sentido, o acesso à informação transcende uma necessidade técnica, tornando-se uma questão de ética e um imperativo para uma sociedade.

Nessa ótica, é pertinente ressaltar que o uso da informação está diretamente ligado à disponibilidade de acesso que, por sua vez, pode ser condicionado por imposições sociais e/ou outros impedimentos. A democratização do acesso à informação é um tema amplo que aborda a inacessibilidade de diferentes grupos sociais aos recursos informacionais.

Ao longo da história, observa-se que apesar dos esforços para facilitar esse acesso, ainda há uma exclusão significativa de certos grupos, como, por exemplo, as pessoas com deficiência. Essa exclusão não é, necessariamente, devido às limitações das próprias deficiências, mas muitas vezes é resultado de negligência e preconceito. Essa situação se torna inaceitável quando ocorre em bibliotecas, cuja finalidade é, por si, a inclusão, demarca que se pode defini-la, tomando como pressuposto determinados grupos que estejam à margem da sociedade, sem recursos materiais para estarem na sala de aula, assim como caracteriza a inclusão como o ato de oportunizar qualidade de ensino a sujeitos que demandem de instrumentos que os acolham nos espaços educacionais (Ainscow, 2009).

Portanto, se a biblioteca é um organismo em constante evolução, deve acompanhar as mudanças sociais para promover o desenvolvimento intelectual e humano da sociedade como um todo. Sendo assim, considerando que cada informação tem um leitor e cada leitor tem um interesse de informação, é fundamental que as bibliotecas sejam acessíveis a todos, sem quaisquer barreiras, como definido por Ranganathan (2009).

Nessa perspectiva, a inclusão de estudantes com deficiência nos espaços educacionais, em especial nas bibliotecas das instituições se constitui instrumento de democratização a fim de se permitir o acesso à informação que, no art. 3 inciso IV, da

Lei n. 13146, de 06 de julho de 2015, dita Lei Brasileira de Inclusão (LBI), são definidos como barreiras à informação (Brasil, 2015).

Todavia, mesmo com mudanças significativas, ainda permeia a seguinte inquietação: para contribuir com a democratização de acesso informacional dos estudantes com deficiência, considerando os avanços¹ nas bibliotecas do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) nos últimos dez anos em relação à acessibilidade comunicacional, arquitetônica, de conteúdo e tecnológica, quais fatores de acessibilidade e inclusão se destacam, considerando na medida com que as bibliotecas do IFMA evoluíram, pautando-se nas respostas das bibliotecas aos critérios do Censo da Educação Superior (CENSUP)?

Almejando responder esta pergunta, delineou-se como objetivo principal identificar fatores de acessibilidade em inclusão que contribuam como instrumento de democratização de acesso informacional dos estudantes com deficiência das bibliotecas do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). Quanto aos objetivos específicos, buscou-se identificar os recursos acessíveis que são disponibilizados nas bibliotecas do IFMA; inventariar os aspectos normativos e práticos que caracterizam os avanços inclusivos nas bibliotecas do IFMA; e, por fim, sugerir boas práticas para a promoção de acessibilidade nas bibliotecas do IFMA.

No tocante aos aspectos metodológicos, trata-se de pesquisa quali-quantitativa com finalidades exploratórias de fatores de acessibilidade, para o que se realizou uma pesquisas bibliográfica e documental, na qual se utilizou do formulário do Censo da Educação Superior (CENSUP), aplicado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) nas instituições de ensino como parâmetro de investigação de acessibilidade nas bibliotecas das extensões do IFMA, no período de 2014 a 2023.

No que diz respeito ao interesse em investigar a questão, é válido mencionar que inicialmente, numa perspectiva mais pessoal, se justifica pela experiência vivenciada pela pesquisadora enquanto bibliotecária no IFMA, campus Barreirinhas, local no qual a inquietação acerca da inclusão instigou a busca por aprender mais sobre acessibilidade, ampliar o debate na esfera acadêmica, pois, em muitas situações estive frente a limitações de alunos com deficiência que frequentam a biblioteca da instituição.

¹ O termo “avanço”, aqui utilizado se refere às mudanças que têm buscado acessibilidade arquitetônica, acessibilidade de conteúdo e tecnológica no IFMA a partir do ano de 2014.

Considerando-se o IFMA quanto a seus espaços institucionais, verifica-se que, entre os anos de 2005 e 2016, teve a criação de 422 novos campi, sendo 214 entre 2005 e 2010; e 208 entre 2011 e 2016. Entre 2017 e 2024, por sua vez, foram entregues ou incorporadas à instituição outras 92 unidades. Atualmente, são 682 campi e mais de 1,5 milhão de matrículas.

A criação dos Institutos Federais, em 2008, pela Lei n. 11.892, em 29 de dezembro de 2008, que instituiu no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação, objetivou, entre muitas coisas, a expansão, interiorização e renovações conceituais e metodológicas da rede de Educação, tanto profissional, quanto tecnológica do país. Sua projeção parte de uma concepção de educação integral, politécnica e emancipadora, oferecendo não apenas ensino básico, mas sobretudo, práticas essenciais para uma formação cidadã para o trabalho e instrumentalização de mentes mais críticas e intelectuais (Brasil, 2008).

Nesse sentido, com caráter integrador e inserido em uma política nacional de educação, os IF, relacionam-se a projetos democráticos e populares, ponto este ratificado pelas expansões em cidades afastadas das capitais, por exemplo. E, nesse cenário as bibliotecas instaladas nessas instituições se configuram determinantes para o alcance dos objetivos educacionais que norteiam a existência dos institutos.

Acresce-se que há a perspectiva da entrega em tempo próximo de mais novos 100 campi, o IF passará a contar com 782 unidades, sendo 702 campi de IF (Brasil, 2024). O objetivo da nova expansão é aumentar a oferta de vagas na sua área de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), criando oportunidades para jovens e adultos. Destaca-se também outros aspectos positivos desse crescimento, pois a construção de novos campi nos municípios promove o setor da construção civil, o que gera emprego e renda nessas localidades, ao que se acresce de as novas escolas, quando estiverem em funcionamento, se espera que sejam indutoras de desenvolvimento local e regional (Brasil, 2024).

Pensar em uma educação integralizadora, como preconiza a concepção do IFMA, demanda que o espaço da biblioteca acessível contribua para que os alunos encontrem recursos que correspondam ao seu estilo de aprendizagem, interesses e necessidades individuais, para facilitar a personalização da aprendizagem, ajudando os alunos a se engajarem mais profundamente com os materiais e a desenvolverem suas habilidades acadêmicas (IFMA, 2023).

A biblioteca, muitas vezes, serve como um espaço de encontro e interação para os alunos. Por essa razão, sendo a biblioteca acessível, se tem mais possibilidades de inclusão social, permitindo que todos os alunos participem de atividades e eventos na biblioteca, promovendo o desenvolvimento de habilidades sociais e relacionamentos interpessoais.

Outro ponto a ser considerado diz respeito ao fato que a acessibilidade na biblioteca escolar está alinhada ao princípio de igualdade de oportunidades na educação. Todos os alunos devem ter acesso equitativo aos recursos educacionais e à informação, independentemente de suas capacidades físicas ou cognitivas determina Capurro e Hjørland (2007), garantindo que todos os alunos tenham a chance de alcançar seu pleno potencial acadêmico e pessoal.

Reflete-se então que, a busca por informações, neste último século, tornou-se mais fácil, haja vista, as inovações tecnológicas existentes. Entretanto, mesmo com todo avanço tecnológico, a biblioteca ainda constitui espaço significativo de informação e conhecimento, em especial, para suprir as necessidades intelectuais dos sujeitos em sociedade. Todavia, para que essa perspectiva seja uma realidade é necessário, criar condições e promover ações que possibilitem a inclusão de todo e qualquer cidadão às bibliotecas, uma vez que, pela Constituição Federal do Brasil seja preconizado o direito ao acesso à cultura, educação, ciência pesquisa e inovação, elementos estes disponibilizados também pelas bibliotecas, enquanto espaço de disseminação de saberes.

1.1 Objetivos

O objetivo geral da pesquisa é identificar fatores de acessibilidade em inclusão que contribuam como instrumento de democratização de acesso informacional dos estudantes com deficiência das bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA).

Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar os recursos acessíveis que são disponibilizados nas bibliotecas do IFMA;
- b) Inventariar os aspectos normativos e práticos que caracterizam os avanços inclusivos nas bibliotecas do IFMA;
- c) Sugerir boas práticas para a promoção de acessibilidade nas bibliotecas do IFMA.

1.2 Justificativa e relevância para a biblioteconomia

Como bibliotecária, entende-se a função de permitir acesso informacional aos estudantes, todavia, pela pluralidade do público, em especial, pelas singularidades dos que possuem alguma deficiência, o ímpeto de contribuir na democratização desse acesso eclodiu a vontade de estudar esta temática.

Do ponto de vista social, compreende-se que a legislação atual, dela destacando-se a citada Lei n. 13146/2015, que preconiza direitos das pessoas com deficiência em diversos espaços, bem como as normas relacionadas à inclusão nas bibliotecas, a saber os parâmetros do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) (CENSUP, 2014-2023), têm se constituído importantes instrumentos de orientações dos espaços institucionais de ensino, prevendo, entre outras coisas, acessibilidade nas bibliotecas dos Institutos Federais (IF).

Nessa perspectiva, se faz necessário debater a temática da inclusão no espaço da biblioteca, uma vez que o acesso a todo e qualquer conhecimento pelo estudante se relaciona à aquisição de informação e saberes, que potencializam o intelectual e o desenvolvimento das habilidades não apenas educacionais, mas sobretudo, de uma construção cidadã digna, com acessibilidade a conhecimento informacional. É relevante ainda refletir sobre essa questão, pois, sendo a biblioteca mais acessível, ela poderá proporcionar aos alunos, independentemente de suas habilidades físicas, sensoriais ou cognitivas, a possibilidade de utilizar melhor os recursos disponíveis.

E, é sob este aspecto, que se apresentaram inquietações que nortearam a se propor esta pesquisa, pois, considerando a pluralidade dos sujeitos em sociedade, especificamente destacando-se as pessoas com deficiência, que têm, pelas políticas atuais, participado mais ativamente de atividades diversas na área profissional, cultural, educação, percebe-se ainda algumas fragilidades na questão da acessibilidade a determinados espaços, fato este que inspirou a investigação da temática, aqui proposta.

1.3 Organização do trabalho

No tocante à organização deste trabalho, demarca-se que se encontra dividida em duas partes, excetuando-se os capítulos 1 - Introdução, 3. Metodologia e 5 - Conclusão. A primeira, referente ao Capítulo 2 -Revisão teórico-conceitual, que se

constitui por cinco seções que versam sobre os conceitos legais e teóricos de acessibilidade; discorre-se sobre a Educação Especial Inclusiva, perpassando pelas preconizações da legislação federal; foi ainda disposto sobre os Institutos Federais, da implementação às extensões; dispôs-se sobre a biblioteca como espaço de ensino e de acessibilidade. A segunda parte apresenta a discussão dos dados no Capítulo 4 - Análise e Discussão dos Resultados que, num primeiro momento, descreve o estado da arte e, num segundo momento, analisa os dados do CENSUP.

2 REVISÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

As discussões acerca da educação inclusiva têm crescido substancialmente, ao longo dos anos, conforme expressa Chahini (2016). Diante das atuais políticas educativas, muitos alunos com necessidades de atendimento diferenciado têm sido inseridos em classes regulares de ensino, mas muitos entraves ainda impedem que a educação destes estudantes seja, de forma eficiente concretizada. Um dos fatores mais discutidos é a questão da acessibilidade, que tem por pretensão oportunizar capacidades iguais a todos, sendo compreendida como a possibilidade de acessar um lugar, serviço, produto ou informação de maneira segura e autônoma, sem nenhum tipo de barreiras, beneficiando a todas as pessoas, com ou sem deficiência, de acordo com Chahini (2012).

Desse modo, apresenta-se um breve referencial teórico sobre o tema em análise, a Biblioteca enquanto instrumento de informação, a educação especial inclusiva no contexto da legislação brasileira e o resgate histórico dos institutos federais, dado que as questões relacionadas ao objeto desta pesquisa necessitam estar situadas em um tempo e em um espaço determinados. Nesse sentido, a contextualização teórica coloca em discussão aspectos relevantes que atravessam a experiência dos estudantes com deficiência nos avanços inclusivos nas bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Maranhão (IFMA), tendo como base comparativa os critérios de acessibilidade estabelecidos no Censo da Educação Superior.

Abordou-se aqui os principais conceitos teóricos e legais relacionados à acessibilidade, destacando-se as definições e os fundamentos que embasam o tema, especialmente no contexto educacional. Foram explorados os princípios da Educação Especial Inclusiva, enfatizando sua importância para a garantia do direito à educação de qualidade para todos. Além disso, discutiu-se o papel e a estrutura dos Institutos Federais do Brasil como agentes promotores de inclusão social e educacional. Por fim, deu-se ênfase à acessibilidade em bibliotecas, analisando como esses espaços podem ser adaptados para atender às diversas necessidades dos usuários, contribuindo para um ambiente mais democrático e acolhedor.

2.1 Acessibilidade: conceitos legais e teóricos

A acessibilidade é um conceito fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Mais do que a simples adaptação de espaços físicos, ela representa a remoção de todas as barreiras físicas, comunicacionais, atitudinais e informacionais, que impedem a plena participação de todas as pessoas na vida em sociedade (Brasil, 2015). Historicamente associada apenas à locomoção de pessoas com deficiência, a acessibilidade hoje é compreendida de forma ampliada, envolvendo o direito ao acesso, à mobilidade, à comunicação e à informação de maneira segura, autônoma e igualitária. Esse entendimento reflete o avanço das discussões sobre inclusão social e a importância de garantir o pertencimento de todos aos espaços públicos e privados. No Brasil, o conceito de acessibilidade está intrinsecamente ligado aos direitos fundamentais e à inclusão social, sendo amplamente regulamentado por legislações específicas que promovem a inclusão e a eliminação de barreiras, conforme vem expressando alguns os dispositivos legais vigentes (Brasil, 2000; 2004; 2015).

A título de exemplo, destaca-se que a Constituição Federal de 1988 estabelece em seu artigo 5º, o princípio da igualdade, garantindo que todos os cidadãos têm os mesmos direitos e deveres perante a Lei. Complementando essa base, o Brasil conta com legislações que abordam a acessibilidade de maneira mais detalhada. A Lei nº 10.098/2000, conhecida como Lei da Acessibilidade, é um marco nesse contexto, ao estabelecer normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade em edificações, transportes, mobiliário urbano e comunicações, mediante a supressão de barreiras existentes nesses espaços (Brasil, 2000).

Esse passo inicial na busca de permitir acesso em sociedade às pessoas com deficiência discorria, entre outras coisas, sobre conceitos importantes nesse contexto, tais como “barreira”, que era definida como “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade [...]” (Brasil, 2000, Art. 2º); evidenciava ainda que pessoa com deficiência era aquela com impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Todavia, ainda naquela década, outro dispositivo legal foi promulgado preconizando de forma mais detalhada a acessibilidade e com atualizações tanto em terminologias como em exigências na busca de uma sociedade mais inclusiva e equitativa, a saber, o Decreto nº 5.296/2004. Este, além de regulamentar a Lei nº 10.098/2000, estabeleceu critérios claros e abrangentes para a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, nos transportes e na comunicação, promovendo a integração plena das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida à sociedade.

Considera-se o Decreto nº 5.296/2004 um marco, não apenas por seu teor normativo, mas também por seu impacto no planejamento e na execução de políticas públicas voltadas para a inclusão. O mencionado dispositivo legal é um instrumento essencial para a implementação de políticas públicas de inclusão, pois define com clareza as condições para garantir a acessibilidade plena. Ele estabelece que a acessibilidade não se limita ao acesso físico a edifícios, mas também abrange a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, nos transportes e nas comunicações. Dessa forma, busca assegurar que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possam usufruir de seus direitos de forma igualitária e sem discriminação.

Um dos avanços mais significativos do decreto é o reconhecimento da acessibilidade como um direito fundamental. Ao detalhar os critérios técnicos e os prazos para adaptação de edificações públicas e privadas de uso coletivo, o decreto promove a igualdade de oportunidades e reforça o compromisso do Estado em criar uma sociedade mais inclusiva.

O Decreto nº 5.296/2004 estabelece diversas diretrizes para a acessibilidade em espaços físicos e serviços. Entre os principais pontos, destacam-se a eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas. O decreto determina que espaços públicos e privados de uso coletivo, como escolas, hospitais, estabelecimentos comerciais e espaços culturais, devem ser projetados ou adaptados para garantir o acesso seguro e independente das pessoas com deficiência. Rampas, elevadores acessíveis e sinalizações táteis são exemplos de medidas obrigatórias (Brasil, 2004).

Narra também sobre transporte acessível, descrevendo que no âmbito do transporte público e coletivo, veículos e terminais devem ser adaptados para atender às necessidades de pessoas com deficiência. Isso inclui a instalação de plataformas

elevatórias, assentos reservados e a disponibilização de informações em formatos acessíveis (Brasil, 2004).

Em relação à acessibilidade de comunicação e informação estabelece que informações veiculadas em órgãos públicos, estabelecimentos de ensino e outros serviços de utilidade pública sejam acessíveis em formatos como Libras, legendas e audiodescrição. O decreto define prazos para a adaptação de espaços e serviços e estabelece sanções para os responsáveis que descumprirem as normas.

Embora o Decreto nº 5.296/2004 seja um marco na promoção da acessibilidade, sua implementação enfrenta desafios práticos. A ausência de fiscalização efetiva, a falta de recursos financeiros e a resistência cultural são entraves recorrentes. Muitas cidades ainda carecem de infraestrutura adequada, e instituições públicas e privadas nem sempre cumprem os critérios estabelecidos, mesmo com a previsão de penalidades.

Por outro lado, o decreto tem contribuído para aumentar a conscientização sobre a importância da acessibilidade. O dispositivo impulsionou a adoção de projetos de urbanismo inclusivo, a criação de tecnologias assistivas e a formação de profissionais especializados em acessibilidade, como arquitetos, engenheiros e pedagogos. Observa-se, então, que se constitui um passo fundamental para a inclusão e a garantia de direitos das pessoas com deficiência no Brasil.

No que diz respeito ao conceito de acessibilidade, o artigo 3º do Decreto nº 5.296/2004 a define como a possibilidade de a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida utilizar, com segurança e autonomia, os espaços, os serviços e os dispositivos de comunicação. Essa definição amplia o entendimento do termo, indo além do acesso físico a espaços e incluindo a interação plena com informações e serviços. A acessibilidade deve ser garantida de forma integral, abrangendo espaços públicos, privados e de uso coletivo.

Assim, ao garantir a acessibilidade em diversos contextos, o Decreto nº 5.296/2004 reforça o princípio da igualdade, promovendo reflexões sobre a importância de uma cidadania plena, reconhecendo que a ausência de acessibilidade compromete os direitos fundamentais das pessoas com deficiência, limitando seu acesso à educação, saúde, lazer e trabalho. Esse decreto também destaca o papel das políticas públicas na construção de uma sociedade inclusiva. A alocação de recursos, a implementação de programas de capacitação e a fiscalização efetiva são

pilares para garantir que as normas de acessibilidade saiam do papel e se transformem em realidade (Brasil, 2004)

Ainda sobre acessibilidade sob a ótica do ordenamento jurídico brasileiro tem-se, mais recentemente, a Lei nº 13.146/2015, conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), sancionada em 6 de julho de 2015. Esta, é um marco legal que estabelece os direitos das pessoas com deficiência e as diretrizes para a promoção de sua inclusão plena e efetiva na sociedade. Inspirada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, a LBI aborda diversos temas fundamentais, como educação, saúde, trabalho, transporte, cultura, lazer e, principalmente, acessibilidade. A seguir, para melhor compreensão dos direitos assegurado pela LBI, o quadro 1 apresenta os principais temas abordados pela lei, com seus respectivos artigos e objetos.

Quadro 1: Quadro Normativo da Lei Brasileira de inclusão (LBI – Lei nº 13.146)

Tema	Artigos da LBI	Objeto (Resumo do que trata)
Acessibilidade	Art. 3º, 53 ao 63	Garante o direito de acesso ao meio físico, aos transportes, à informação e à comunicação; inclui adaptações razoáveis, tecnologia assistiva e desenho universal.
Educação	Art. 27 ao 30	Assegura educação inclusiva em todos os níveis, proíbe cobrança adicional de mensalidades e garante recursos de acessibilidade e formação de profissionais.
Saúde	Art. 17 ao 25	Garante atendimento integral e acesso a serviços de saúde, incluindo reabilitação, habilitação e tecnologia assistiva.
Trabalho	Art. 34 ao 42	Estabelece igualdade de oportunidades no emprego, incentiva a inclusão no mercado de trabalho e prevê acessibilidade nos ambientes profissionais.
Transporte	Art. 46 ao 52	Determina acessibilidade nos sistemas de transporte coletivo e individual, urbano e interurbano, incluindo sinalização e prioridade de assento.
Cultura, Esporte e Lazer	Art. 42 ao 45	Garante o acesso a atividades culturais, esportivas, turísticas e de lazer com adaptações de acessibilidade e recursos de comunicação.
Tecnologia e Comunicação	Art. 63 ao 67	Exige que meios de comunicação e tecnologias digitais estejam acessíveis, com recursos como audiodescrição, legendas e Libras.
Participação Social e Política	Art. 76 ao 79	Assegura o direito ao voto e à participação plena na vida política e comunitária, com condições acessíveis para o exercício da cidadania.

Fonte: Elabora pela autora (2025)

O conceito de acessibilidade é um dos pilares da LBI, sendo tratado de forma ampla e detalhada. A lei reconhece que a eliminação de barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais é essencial para garantir a igualdade de oportunidades

e o exercício pleno da cidadania por parte das pessoas com deficiência. A LBI define acessibilidade como:

[...] Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2015, Art. 2º)

A definição apresentada reflete uma visão ampla e inclusiva da acessibilidade, que não se limita apenas a adaptações físicas como rampas ou banheiros acessíveis, mas também inclui aspectos tecnológicos, comunicacionais e sociais. Isso é essencial para garantir a participação plena das pessoas com deficiência em todos os espaços da sociedade. O excerto em destaque reforça a importância de que o acesso a bens e serviços não deve ser apenas garantido, mas deve ocorrer de forma segura e autônoma. O dispositivo valoriza a dignidade humana e reconhece a necessidade de independência das pessoas com deficiência (Brasil, 2015).

Do ponto de vista teórico, a acessibilidade transcende a simples adaptação física de espaços. Pesquisadores como Sassaki (2009) defendem que a acessibilidade deve ser compreendida como um conceito multidimensional. Corroborando a essa questão Chahini (2016) explica que outro aspecto relevante é a acessibilidade como direito humano. A autora ratifica a relevância em compreender que acessibilidade não se resume apenas ao espaço físico, mas inclui a remoção de barreiras que dificultam os alunos com deficiência e/ou com necessidades educacionais específicas terem acesso aos conhecimentos socioculturais, produzidos.

A LBI interrelaciona a acessibilidade diretamente a outros princípios fundamentais, como por exemplo a universalidade, prevendo que independentemente de suas limitações, as pessoas com deficiência podem acessar e usufruir de bens, serviços e informações. Nesse sentido, propicia o princípio também de autonomia, pois oportuniza independência a essas pessoas em suas atividades diárias. E, assim, não menos importante contribui ao princípio de igualdade de oportunidade, pois cria condições para que todos tenham acesso às mesmas oportunidades, sem discriminação (Brasil, 2015).

Para fins de melhor entendimento a LBI destaca ainda conceitos essenciais que contribuem para a materialização de acessibilidade às pessoas com deficiência em sociedade, como por exemplo o conceito de desenho universal, explicando que se trata de uma “concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva (Brasil, 2015, art. 3º).

Outro conceito importante é referente às tecnologias assistivas, definidas como produto, produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que visam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, em sociedade prevendo autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Brasil, 2015).

E, nesse cenário inserem-se a definição de barreiras, descrevendo-as como:

[...] Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (Brasil, 2015, Art. 3º)

A partir dessa definição de barreiras o dispositivo passa a narrar sobre seis tipos especificando-as:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;

Reflete-se que desde a promulgação da LBI, houve avanços significativos na promoção da acessibilidade. Muitas cidades adotaram iniciativas para adaptar espaços públicos, investir em transporte acessível e criar materiais inclusivos em plataformas digitais. No entanto, ainda existem desafios significativos, tais como, falta de fiscalização efetiva: muitas normas da LBI não são cumpridas devido à ausência de monitoramento regular; há ainda barreiras culturais, ou seja, a acessibilidade não se resume a estruturas físicas, mas também ao enfrentamento de preconceitos e atitudes discriminatórias. Somando-se a isso, a desigualdade regional corrobora para que enquanto em algumas cidades haja investimento em acessibilidade, outras ainda carecem de infraestrutura básica, ampliando as desigualdades no acesso a direitos fundamentais.

Ainda assim, é certo dizer que a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015) representa um avanço significativo na luta pela inclusão e igualdade de direitos das pessoas com deficiência no Brasil. Contudo, para que a acessibilidade garantida pela LBI se torne uma realidade efetiva, é necessário um esforço conjunto entre governo, sociedade civil e iniciativa privada. A promoção de uma cultura inclusiva, aliada à fiscalização rigorosa e ao investimento em infraestrutura, é essencial para transformar os princípios da LBI em práticas concretas que impactem positivamente a vida das pessoas com deficiência.

É válido reforçar que a LBI, em toda a extensão do seu texto, não trata do termo “acessibilidade arquitetônica”, “acessibilidade tecnológica”, entre outras, mas utiliza-se da terminologia “barreiras”. Todavia, sob o ponto de vista teórico, especialmente na perspectiva de Sasaki (2009), o autor utiliza “acessibilidade” sob a perspectiva de algumas dimensões, para explicar a questão da inclusão social, isto é, debate a temática utilizando as concepções de acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.

Estas seis dimensões de acessibilidade debatida por Sasaki (2009) estão alinhadas às concepções narradas pela LBI. Na concepção do autor a acessibilidade é um direito fundamental em diferentes áreas da vida social, destacando o lazer, o trabalho e a educação. No lazer, enfatiza a necessidade de espaços acessíveis em aeroportos, terminais rodoviários, teatros, museus, parques e locais de eventos, promovendo autonomia e inclusão. No ambiente de trabalho, menciona a adaptação de espaços físicos, como entradas, salas e sanitários, além de transportes acessíveis oferecidos pelas empresas.

Na educação, o autor ressalta a importância de eliminar barreiras arquitetônicas nas escolas, incluindo rampas, portas largas, sanitários adaptados, corredores com faixas indicativas e equipamentos tecnológicos que atendam às necessidades de alunos com deficiência. As bibliotecas também são destacadas, necessitando de infraestrutura adequada para garantir acessibilidade (Sassaki, 2009).

O texto referencia legislações como a Lei nº 10.098/2000 e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), além da Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/9/2001, que exigem adaptações nas escolas existentes e estabelecem critérios de acessibilidade para novas construções. A garantia de acessibilidade em ambientes educacionais é apresentada como uma responsabilidade de instituições públicas e privadas, abrangendo todos os espaços utilizados por estudantes e funcionários.

Sobre a acessibilidade na dimensão comunicacional Sassaki (2009) destaca três áreas principais: lazer, trabalho e educação. No lazer, ressalta a adequação de sinalizações para pessoas com deficiência visual e a necessidade de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) em locais de entretenimento. No trabalho, enfatiza a acessibilidade nas interações interpessoais, comunicação escrita (incluindo braille e letras ampliadas) e virtual, por meio de tecnologias assistivas.

Na Educação, o supracitado autor narra sobre as práticas como o ensino básico de Libras para comunicação com alunos surdos, o uso de Braille e Sorobã para alunos cegos, a ampliação de letras para alunos com baixa visão e a adaptação tecnológica para alunos com restrições motoras. Destaca também recursos como desenhos e figuras para facilitar a aprendizagem. Sassaki (2009) à luz da Resolução CNE/CEB nº 2/2001, ressalta a relevância da acessibilidade comunicacional, metodológica e instrumental nos conteúdos curriculares, incluindo a disponibilidade de textos acessíveis, vídeos legendados, intérpretes de Libras e outros recursos.

O autor segue descrevendo sobre a acessibilidade, desta vez em sua dimensão metodológica, asseverando sobre a necessidade de adaptações que considerem as especificidades de pessoas com deficiência.

No lazer, por exemplo, sugere que gestores substituam métodos tradicionais por propostas inclusivas que atendam às necessidades especiais dos usuários. No trabalho, propõe adequações nos métodos e técnicas, como treinamento de recursos humanos, adaptação ergonômica e redesenho de fluxogramas para maior inclusão. Na educação, enfatiza a aplicação da teoria das inteligências múltiplas e dos estilos

de aprendizagem, promovendo práticas que integrem alunos, professores e técnicos escolares (Sassaki, 2009).

Todos devem ser capacitados para entender e aplicar essas teorias, permitindo que os alunos utilizem suas diferentes inteligências nas aulas e atividades. Ele também destaca o papel dos familiares na identificação e no desenvolvimento das inteligências dos alunos. Sassaki (2009), reforça princípios constitucionais de igualdade no acesso e permanência na escola, incluindo bibliotecas acessíveis. Ele defende sistemas que facilitem a busca de materiais por usuários cegos e com deficiência física, promovendo a inclusão e a autonomia no processo educacional.

Sobre a dimensão instrumental da acessibilidade também na esfera do lazer, trabalho e educação, Sassaki (2009) ressalta a necessidade de adaptar ferramentas e dispositivos para atender às pessoas com deficiência. No lazer, defende a adequação de aparelhos e equipamentos em locais recreativos, superando a prática tradicional que ignora limitações físicas, sensoriais e cognitivas. No trabalho, enfatiza a acessibilidade em instrumentos e utensílios, como ferramentas, máquinas e equipamentos, além de itens cotidianos como lápis, canetas e teclados de computador. E na educação, destaca a adaptação de instrumentos usados pelos alunos, como lápis, réguas e equipamentos de escrita, para diferentes contextos escolares. Ressalta a necessidade de bibliotecas acessíveis, com livros em braile e dispositivos que facilitem a utilização de materiais por pessoas cegas ou com deficiência física.

Sobre acessibilidade programática o autor expressa a importância de eliminar lacunas que possam existir nos dispositivos legais (leis, decretos, resoluções, entre outros), que na prática impedem ou dificultam para certas pessoas a utilização dos serviços. E para finalizar as seis dimensões de acessibilidade, Sassaki (2009) aponta para a atitudinal, que se constitui em ações mais individuais, empáticas e respeitadas quando em face de uma pessoa com deficiência, para superar preconceitos e abrir oportunidades de inclusão social a estas pessoas. A acessibilidade atitudinal se caracteriza pela sensibilização e conscientização nos espaços diversos em sociedade estimulando a convivência inclusiva (Sassaki, 2009).

Segundo o modelo social da deficiência², a limitação não está na pessoa, mas nas barreiras impostas pelo meio. Essa visão, amplamente aceita em documentos internacionais como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), ratificada pelo Brasil pelas publicações de políticas inclusivas ao longo dessas últimas quatro décadas, redefine o papel da sociedade na eliminação das barreiras e na construção de ambientes verdadeiramente inclusivos.

A acessibilidade, enquanto conceito legal e teórico, revela-se um elemento central para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao eliminar barreiras e promover a inclusão, o Brasil dá passos importantes em direção ao cumprimento de seus compromissos legais e éticos. No entanto, alcançar uma acessibilidade plena exige não apenas a criação de leis, mas também a transformação de mentalidades e práticas sociais que garantam a participação ativa de todas as pessoas, em todos os contextos, conforme dispõe Chahini (2016).

Com base nas definições apresentadas até aqui sobre os diversos vieses que permeiam o conceito de acessibilidade, ressalta-se que, neste trabalho, serão abordadas especificamente a acessibilidade comunicacional, arquitetônica, de conteúdo e tecnológica. Esse recorte foi escolhido tendo como referência os dados coletados por meio do formulário CENSUP, aplicado pelo INEP nas bibliotecas do IFMA. A escolha por esses aspectos específicos visa aprofundar a análise das condições de acessibilidade nesses espaços, considerando tanto as adaptações físicas quanto as ferramentas e os conteúdos disponíveis para garantir a inclusão de todos os usuários, independentemente de suas limitações ou necessidades específicas.

Entende-se pertinente reafirmar que acessibilidade nesse cenário aqui investigado segue os princípios da inclusão e da equidade, reconhecendo que a sociedade deve ser estruturada para atender às necessidades de todos os indivíduos. Compreender tais conceitos reforça a necessidade de mudanças nas políticas públicas, nas práticas sociais e nas atitudes individuais para garantir uma inclusão e a quebra de barreiras de acessibilidade.

Nesse contexto, é fundamental que a acessibilidade seja abordada de forma intersetorial, abrangendo não apenas a infraestrutura, mas também os serviços, a

² O modelo social da deficiência considera que a limitação está nas barreiras impostas pela sociedade, e não na condição da pessoa. Ele defende que a exclusão ocorre pela falta de acessibilidade e inclusão, e não por deficiências individuais.

comunicação e as tecnologias. A promoção de ações coordenadas entre os setores público, privado e sociedade civil é essencial para implementar soluções práticas que assegurem os direitos das pessoas com deficiência e garantam a igualdade de condições e oportunidades.

Nesse sentido, a conscientização da sociedade sobre a importância da inclusão é um passo determinante. Campanhas educativas, capacitações e a promoção de uma cultura inclusiva devem ser priorizadas, contribuindo para a eliminação de barreiras atitudinais e a valorização da diversidade. Assim, não se trata apenas de cumprir exigências legais, mas de promover uma mudança cultural que reconheça a acessibilidade como um valor social.

As bibliotecas, nesse contexto, assumem um papel estratégico na promoção da inclusão social. Como espaços de acesso público ao conhecimento, elas podem adotar medidas concretas para garantir a acessibilidade, como a disponibilização de obras em braile, audiolivros, leitura ampliada e recursos de tecnologia assistiva. Além disso, a realização de atividades culturais inclusivas, como contação de histórias com intérprete de Libras e oficinas voltadas para pessoas com deficiência, reforça o compromisso das bibliotecas com a equidade. Ao se configurarem como ambientes acolhedores e preparados para receber todos os públicos, as bibliotecas contribuem ativamente para a construção de uma sociedade mais justa e plural.

Por fim, é importante salientar que os avanços em acessibilidade não beneficiam apenas pessoas com deficiência, mas a sociedade como um todo. A construção de ambientes inclusivos, promove conforto, segurança e autonomia para todos os indivíduos, independentemente de suas condições. Dessa forma, a acessibilidade deve ser vista não apenas como uma obrigação legal, mas como uma oportunidade de transformar o espaço social em um lugar mais justo, equitativo e humano.

Compreendidos os fundamentos legais e teóricos da acessibilidade, torna-se essencial analisar como esses princípios se materializam no âmbito educacional, especialmente no que se refere à garantia do direito à educação para pessoas com deficiência. A educação especial inclusiva emerge, nesse cenário, como uma política pública fundamentada na equidade e na valorização da diversidade, respaldada por importantes marcos legais federais. A seguir, serão abordadas as diretrizes normativas e os avanços legislativos que sustentam essa modalidade educacional,

evidenciando o compromisso do Estado brasileiro com a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

2.2 A educação especial inclusiva no contexto da legislação federal

A educação é um princípio fundamental que corrobora diretamente no desenvolvimento individual dos sujeitos, assim como numa perspectiva mais ampla, influencia no progresso do país, atribuindo à humanidade enriquecimento social e cultural. O acesso à educação oportuniza ao cidadão o entendimento que este possui outros direitos, tornando-o conhecedor de que a saúde, alimentação, moradia e muitos outros aspectos sociais lhes devem ser assegurados. Indiscutivelmente é um mecanismo de informação e de conhecimentos diversos, conforme já vinha, décadas atrás, pontuando Freire (1967).

Face à relevância que a educação possui nas sociedades contemporâneas, como elemento de progresso não apenas individual e pessoal, mas como um fator essencial às relações humanas e ao crescimento de uma nação, pressupomos que esta deva ser concebida como prioridade e indistintamente possa ser disponibilizada a todo cidadão. Entretanto, o que se percebe é que, por muitos momentos e épocas diferentes, a educação foi vista como um veículo de manutenção de privilégios, percepção esta que perdura até hoje. De acordo com Toscano (2010), as sociedades modernas precisam, cada vez mais, tomar consciência de que a educação é fator de desenvolvimento e progresso, como se observa em:

Não é por coincidência que todas as nações contemporâneas veem na educação um dos alicerces fundamentais de seu corpo social, ao lado da base econômica e disputando com esta as honras de posição-chave na infraestrutura da sociedade, responsáveis, ambas, pela funcionalidade plena de todas as outras instituições que a ela se superpõe (Toscano, 2010 p. 33).

Nesse sentido, as relações com o mundo e com os outros exercem relações de poder significativas, no processo de transformações dos posicionamentos sociais e, neste ponto, a educação é fator preponderante. Tem sido assim, especialmente para o jovem socialmente desprivilegiado, que busca na escola uma chance de mudar a própria vida, assim como para o indivíduo que passou metade de sua existência sem estudar, mas que, mesmo tardiamente, vislumbra nesta a oportunidade de

mudar, ainda que no auge da idade. Tem sido assim, a realidade do pai e mãe de família que apostam todas as economias nos estudos dos filhos. É a educação assumindo papel de ponto de partida, para exercício digno da cidadania. Esta tomada de consciência foi demarcada por Freire (1967), no intuito de compreender a nossa “incompleticidade”, o que o autor chamou de tomar consciência que nada está feito e acabado, que não somos seres completos. Nessa direção, discorre ainda:

O ponto de partida dessa busca está no próprio homem. Mas como não há homem sem mundo, o ponto de partida da busca se encontra no homem-mundo, isto é, no homem em suas relações com o mundo e com os outros. No homem em seu aqui e seu agora. Não se pode compreender a busca fora desse intercâmbio homem-mundo. Ninguém vai mais além, a não ser partindo daqui. A própria ‘intencionalidade transcendental’, que implica na consciência do além limite. Só se explica na medida em que, para o homem, seu contexto, seu aqui e agora, não sejam círculos fechados em que se encontre. Mas para superá-los, é necessário que esteja neles e deles seja consciente (Freire, 1967, p. 126).

Compreende-se assim, a partir do autor, que a educação é um elemento de organização social, de cidadania; é também um aspecto que supera condições de atraso e oportuniza condições de novas possibilidades. Uma concepção crítica, acerca da temática, é exposta por Sobral (2000), sendo relevante refletir a ideia de educação num campo de competitividade, que se relaciona ao progresso científico e tecnológico, colocando no topo os que mais oportunidade possuem, para lá estarem. Todavia nem sempre a educação é assim disposta, sobretudo para pessoas com necessidades educacionais especializadas.

A Educação Especial na perspectiva Inclusiva tem suas raízes na Declaração Mundial da Educação para Todos - Jomtien, Tailândia, 1990 – que, entre outras coisas, prevê o direito à educação como prioridade a toda pessoa com deficiência, garantindo oportunidades de aquisição de conhecimento, desenvolvimento, potencialidades e habilidades de formação cidadã. Indiscutivelmente, um evento que voltou os olhares mundiais para a temática da inclusão educacional de pessoas com deficiência (Jannuzzi, 2012).

Destaca-se ainda a Declaração de Salamanca como, em 1994, de acordo com (Unesco, 1994), momento este que apresentava o debate numa perspectiva global. Ali, com mais de 200 nações, foi acordado que o direito a uma educação com qualidade faria parte da realidade nas instituições formais de ensino, conforme conta

Jannuzzi (2012). Indiscutivelmente, um marco significativo que reverberou em políticas inclusivas fundamentais.

No que diz respeito à Educação Especial aqui no Brasil, esta modalidade foi, oficialmente, reconhecida em 1854, no período imperial com a inauguração do Imperial Instituto dos Meninos Cegos – hoje Instituto Benjamin Constant e o Imperial Instituto dos Surdos Mudos (1857) – atualmente chamado de Instituto Nacional de Educação de Surdos – ambos no Rio de Janeiro. Tais instituições preconizavam o atendimento assistencial e terapêutico, oferecendo residência e trabalho à pessoa com deficiência e às suas famílias (Jannuzzi, 2012).

Somente com a Constituição Federal de 1988 se iniciou o marco político institucional no Brasil, partindo daí uma série de ações oficiais rumo à promoção ao acesso de todos à educação escolarizada. Posteriormente, alguns dispositivos legais, desde a virada do século, buscam assegurar-lhes este direito. No Brasil, a Constituição Federal prevê, entre outras coisas, o direito ao acesso educacional de pessoas com deficiência, assim como a Lei de Diretrizes e Base da Educação LDB, Lei nº 9.394/96; A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146/2015, entre outras vigentes que vêm narrando acerca do acesso e permanência das pessoas com deficiência nos espaços educacionais.

A educação especial inclusiva é um tema central no debate sobre os direitos à educação no Brasil, especialmente no que tange à garantia de acesso, permanência e qualidade para todos os estudantes, independentemente de suas especificidades. Pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, Lei nº 9.394/1996, estabeleceu-se as bases legais para a organização da educação especial no Brasil.

De acordo com o art. 58 da lei, a educação especial é definida como "a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotados"(Brasil, 1996). Esse trecho é significativo por enfatizar a necessidade de integração dos estudantes na rede regular de ensino, rompendo com modelos históricos de segregação escolar.

Essa modalidade de educação, segundo a LDB, não apenas significa a inserção física de estudantes com necessidades educacionais especiais³ nas escolas

³ Observa-se que os estudantes com necessidades educacionais especiais se tratam dos estudantes com deficiências e daqueles sem deficiências, porém com dificuldades em acompanhar as turmas.

regulares, mas também requer que o sistema educacional esteja adaptado para garantir o atendimento adequado. Isso inclui a formação de professores, a adaptação curricular e a oferta de recursos de acessibilidade, como tecnologias assistivas e salas de recursos multifuncionais.

Para Mazzotta (2001) a educação especial não deve ser vista como um sistema paralelo ou complementar, mas sim como parte integrante do sistema educacional geral. A inclusão requer uma transformação estrutural na organização escolar, de modo que todos os estudantes possam ser atendidos de maneira equitativa. O autor reforça a ideia de que a educação inclusiva promove o respeito à diversidade, valorizando as diferenças individuais como parte essencial do processo de ensino-aprendizagem, conforme expressa:

Educação Especial é um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, complementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, para garantir a educação formal dos educandos que apresentam necessidades educacionais muito diferentes das da maioria das crianças e jovens (Mazzotta, 2001, p. 39).

De acordo com o trecho em destaque, o autor apresenta uma visão abrangente da Educação Especial, evidenciando que ela é composta por recursos e serviços planejados com o objetivo de atender às necessidades específicas de educandos que possuem demandas educacionais distintas da maioria dos alunos. Na visão de Mazzotta (2001) a Educação Especial envolve diversas estratégias, métodos, materiais, tecnologias assistivas, adaptações curriculares e serviços especializados, todos voltados a garantir o acesso, a permanência e o sucesso na educação formal de alunos com necessidades educacionais especiais.

Compreende-se então que essa modalidade de educação fornece suporte aos sistemas de ensino regulares, ajudando a promover a inclusão do aluno com deficiência no ambiente escolar comum, por meio de adaptações ou suporte pedagógico. Em alguns casos, Mazzotta (2001) explica que os alunos podem precisar de serviços complementares, como salas de recursos, reforço escolar ou atendimento educacional especializado (AEE), para atender as necessidades que não são plenamente contempladas em sala de aula regular.

Em situações mais complexas, quando o ensino comum não consegue atender às necessidades do aluno, pode haver a necessidade de substituição parcial ou total,

como o atendimento em classes ou escolas especializadas. Mazzotta (2001) complementa ainda que o foco da Educação Especial, é assegurar que esses alunos tenham acesso à educação em sua forma mais ampla e sistemática, garantindo a equidade e os direitos educacionais, mesmo que isso exija adaptações significativas ou ambientes diferenciados.

Um aspecto fundamental em Mazzotta (2001) diz respeito à reflexão sobre a diversidade das necessidades educacionais especiais, que podem incluir deficiências físicas, sensoriais, intelectuais, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Portanto, a Educação Especial não é apenas uma alternativa ou um sistema separado, mas uma abordagem integrada e flexível que busca promover a inclusão e a equidade, adaptando-se às especificidades de cada aluno para garantir o direito universal à educação.

Outro ponto relevante na perspectiva de Mazzotta (2001) é a importância da articulação entre as políticas educacionais e as práticas pedagógicas, para que se possa efetivar a inclusão, uma vez que depende de investimentos em formação docente e no desenvolvimento de materiais e metodologias que contemplem as necessidades dos estudantes com deficiência e outros transtornos.

Sob este aspecto Chahini (2012) discorre que a limitação enfrentada por uma pessoa com deficiência, ao longo da vida, geralmente não está relacionada apenas à sua condição física ou sensorial, mas sim à forma como a sociedade a percebe e se posiciona em relação a essa questão. Na maioria dos casos, é a própria sociedade que atribui à deficiência um caráter incapacitante, resultando em impactos negativos para aqueles que vivem essa realidade. Por isso é essencial que os espaços institucionais, tais como as escolas revejam a inclusão nos ambientes que os compõem, como a biblioteca, por exemplo, haja vista ser este local de informação e aquisição de saberes diversos.

Nessa direção, Mantoan (2019) apresenta uma visão crítica sobre os desafios e potencialidades da inclusão no âmbito escolar. Segundo conta, a inclusão não deve ser reduzida a um conjunto de técnicas ou adaptações, mas deve ser compreendida como uma mudança de paradigma na educação. A autora explica que a verdadeira inclusão requer que a escola se torne um espaço de aprendizado coletivo, onde todos os alunos participem das mesmas atividades e interações, independentemente de suas condições.

Mantoan (2019) também destaca a importância da convivência e do respeito à diversidade como elementos centrais para a inclusão escolar, pois, ao promover a inclusão, a escola cumpre sua função social de formar cidadãos mais solidários e preparados para lidar com a complexidade das relações humanas. Para tanto, é necessário que os professores sejam capacitados a lidar com a diversidade em sala de aula e que haja uma colaboração efetiva entre todos os atores envolvidos no processo educativo e dispõe ainda:

A inclusão questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, já que prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular (Mantoan, 2019, p. 19).

Atuar dentro de uma perspectiva inclusiva exige o reconhecimento e a valorização das diferentes formas de saber. Como aponta Mantoan (2019), educar para a inclusão implica repensar paradigmas e superar preconceitos, o que requer uma transformação no modelo educacional vigente. A autora também destaca que a inclusão não será plenamente efetiva enquanto a sociedade continuar a se arrogar o direito de decidir quem pode ou não ser incluído. O preconceito presente em parte dos educadores, da sociedade em geral e até mesmo de alguns familiares ainda constitui um obstáculo significativo para que crianças com deficiência tenham seu direito de frequentar a escola regular plenamente assegurado.

Ao analisar a Educação Especial Inclusiva sob o ponto de vista teórico evidencia-se que a inclusão é um processo complexo que demanda transformações estruturais, pedagógicas e culturais no sistema educacional. Na perspectiva da LDB, reflete-se sobre como é importante implementar práticas verdadeiramente inclusivas, que respeitem e valorizem a diversidade humana. Nesse sentido, a construção de uma escola inclusiva requer um esforço coletivo, no qual políticas públicas, formação docente e mudanças culturais caminhem juntas para garantir o direito à educação de qualidade para todos.

Embora os princípios norteadores da educação especial sejam pensados numa perspectiva inclusiva, muitos autores vêm narrando acerca das dificuldades neste cenário. Conforme pontua Bellamy (1999 *apud* Ainscow 2009, p.11), um dos maiores entraves internacionais no contexto da educação é a inclusão. A autora pontua que

em países menos desenvolvidos, economicamente, há significativa evidência de crianças que nunca estiveram dentro de uma sala de aula; enquanto em países desenvolvidos as oportunidades são maiores de uma experiência acadêmica com todo suporte para suas necessidades educacionais especializadas.

O percurso da educação especial, segundo Rogalski (2010), vem evidenciando maior preocupação, sobretudo após a década de 1970, quando esta passou a ser discutida por instituições públicas, privadas e órgãos políticos normativos. Anterior a esta data os estudantes com deficiência não frequentavam a escola regular, não faziam parte do sistema educacional. Seu acesso ao processo de ensino e de aprendizagem acontecia por meio da inserção em escolas ou classes especiais, formadas completamente por pessoas com deficiência, conforme aponta Miranda (2003).

Ainda no cerne de definir inclusão, Ainscow (2009) demarca que se pode defini-la, tomando como pressuposto determinados grupos que estejam à margem da sociedade, sem recursos materiais para estarem na sala de aula, assim como caracteriza a inclusão como o ato de oportunizar qualidade de ensino a sujeitos que demandem de instrumentos que os acolham nos espaços educacionais. A autora descreve ainda inclusão, perspectivando estudantes com problemas familiares, trabalho infantil e, acrescenta ainda que a “Inclusão em educação pode ser vista, dessa forma, como um processo de transformação de valores e ação, resultando em práticas e serviços educacionais em sistemas e estruturas que incorporam tais valores” (Ibid, p. 21). Corroborando à assertiva, Elias *et al.*, (2012) discorre que a esfera escolar inclusiva demanda a efetivação de currículos adequados, bem como a prática profissional, na perspectiva de materialização da inclusão dos sujeitos. Sobre a questão, os autores salientam ainda:

O ensino batizado na perspectiva inclusiva ressignifica o papel do professor enquanto educador, seja na escola, na educação e em práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente em diversos níveis de ensino. Chama-se a atenção para o argumento - frequentemente utilizado por docentes para resistir a algumas práticas inclusivas - de que não estão ou não foram preparados para receber alunos com necessidades específicas de aprendizado (Elias *et al.*, 2012, p 50).

Desta forma, verifica-se, pois, que incluir está para além do que propõe os aparatos legais da educação especial; envolve atores, tais como professores e demais

profissionais em instituições educacionais, partindo da premissa de que estes estejam preparados para o processo de ensino e de aprendizagem de seus alunos. Envolve também, resoluções de problemas como os elementos físicos da esfera escolar, enquanto barreiras em determinadas especificidades de mobilidade ou aspectos comunicacionais (barreiras atitudinais), por exemplo. Corroborando às palavras de Chahini (2016) quando demarca a necessidade de ações atitudinais, sendo este um ponto crucial para esta perspectiva de educação.

A análise da educação especial inclusiva no contexto da legislação federal evidencia os esforços normativos para garantir o direito à aprendizagem em ambientes escolares comuns, respeitando as singularidades dos estudantes com deficiência. No entanto, apesar dos avanços legais, a efetivação dessa política ainda encontra diversos obstáculos no cotidiano educacional e social. A identificação e a superação dessas barreiras são fundamentais para que a inclusão se concretize de forma plena. Nesse sentido, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) oferece um importante marco para compreender os entraves ainda presentes e propõe diretrizes para sua eliminação. A próxima seção examina essas barreiras sob a ótica da LBI, buscando ampliar a compreensão sobre os desafios e possibilidades da inclusão.

2.2.1 As barreiras da inclusão: um breve olhar na perspectiva da Lei brasileira de Inclusão (LBI) – Lei nº 13.146/2015

Ainda sobre a questão da Educação Especial Inclusiva, em 2015 com a criação da LBI, que como já visto, buscou, entre outras coisas, quebrar diversas barreiras entre as pessoas com deficiência e a sociedade, observou-se movimentações da legislação nacional preconizando a inclusão, bem como evidenciando que a educação é um direito universal reconhecido para todos os indivíduos e consignado em diversos documentos produzidos por organismos internacionais que fomentam o desenvolvimento de políticas de inclusão de alunos com deficiência.

Todavia, nesse cenário ainda se tem percebido muitas barreiras, definidas pela LBI como quaisquer entraves e obstáculo, atitude ou “comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à

comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros [...]” (Brasil, 2015).

Com base no exposto pela LBI, se faz necessário compreender como a quebra dessas barreiras podem ser realizadas, a fim de garantir acesso às pessoas com deficiência, que no caso em tela, trata-se do acesso às bibliotecas de instituição educacional, associando então a acessibilidade ao compromisso de promover a melhora da qualidade de vida das pessoas com mobilidade reduzida e com deficiência que sofrem os impactos diretos ou indiretos mediante as barreiras, nos ambientes e/ou na oferta de produtos e serviços. Levando em consideração a evolução dos estudos e da literatura inclusiva, percebe-se um significativo aprofundamento teórico na perspectiva da acessibilidade.

Compartilhando a esta coleção, Sassaki (2009) afirma, que acessibilidade assume caráter multifacetado, tomando assim, em suas seis dimensões a necessidade de oportunizar igualdade e vivências equitativas aos estudantes. No alvorecer desta narrativa, Leitão e Viana (2014) apontam que a acessibilidade é condição fundamental a todo processo de inclusão, logo que, sem acesso não é possível incluir e, por isto, tendo em vista os amplos aspectos de sua atuação a mesma se apresenta de múltiplas formas, incluindo aquelas de natureza atitudinal, física, tecnológica, informacional, comunicacional, linguística, pedagógica, dentre outras.

Acompanhando o pensamento do autor, a LBI também define acessibilidade, evidenciando ser esta a:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2015, Art. 3º)

No que diz respeito à compreensão dos aspectos referente à acessibilidade, a legislação do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, define que a acessibilidade é a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por

pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. Logo é imprescindível relacionar acessibilidade com educação inclusiva, considerando-se o ponto central desta pesquisa.

Para a Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 9050/94 (ABNT, 2004) a acessibilidade é definida como a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de edificações; espaço; mobiliário e equipamento urbano e elementos. Vista a tamanha dimensão e alcance da atuação dos aspectos da acessibilidade, visualiza-se então, um amplo espaço para atuação das instituições e dos profissionais que podem acessibilizar seus ambientes para além do viés físico e arquitetônico. Essa definição no contexto da inclusão nas bibliotecas precisa ser vista com atenção, a fim de se permitir acesso ao público estudantil usuário desses espaços.

A acessibilidade é um direito de todo cidadão, um dever do Estado, e uma extensão do fazer humano em sociedade no despertar de uma nova consciência social. É também uma construção coletiva e, portanto, uma terminologia polissêmica que conceitua uma totalidade de aspectos e dimensões, complementares e indispensáveis para que se concretize o ideal da sociedade inclusiva.

Sobre acessibilidade na educação inclusiva Sousa (2018) explica que incluir está para além de simplesmente disponibilizar rampas, elevadores, portas largas, para a entrada do público nas bibliotecas, mas compreende o acesso aos acervos e serviços informacionais em sua plenitude. Assim, no pensamento do autor, é preciso dispor rampas, elevadores, portas largas para o conhecimento e pensar acessibilidade para a informação.

2.2.2 Quebrando as barreiras: aspectos teóricos-metodológicos sobre acessibilidade

As pessoas com Deficiência (PCD) já ocupam os espaços nas escolas, seus lugares nas universidades, e buscam cada vez mais a realização profissional. Entretanto a defesa da cidadania e do direito à educação dos deficientes são atitudes recentes em nossa sociedade. Avançamos um pouco considerando o processo de aceitação dos PCDs, mas cabe ressaltar que os ambientes devem avançar em melhorias para que proporcione um país melhor para todo e qualquer cidadão.

O atendimento educacional dos PCDs, ou mesmo, a valorização como cidadão destes, de acordo com Mazzotta (2001, p. 16) é uma atitude bem recente em nossa

sociedade, “[...] até o século XVIII, as noções a respeito da deficiência eram basicamente ligadas a misticismo e ocultismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções realísticas”.

De acordo com Buytendorp (2011) o conceito de diferenças individuais não era compreendido ou avaliado. Ou seja, as Pessoas com deficiência (PCD) eram vistas dentro da sociedade como pessoas castigadas por Deus, como é explicado na literatura, da qual se destaca:

Se retornarmos a História da Educação, identifica-se nos códigos de Esparta e Roma, o estado não permitindo a presença de pessoas disformes determinando que o próprio pai matasse o filho que nascesse nessa condição. Em a República de Platão aponta em suas legislações ideais, que a medicina e a jurisprudência cuidarão apenas dos cidadãos bem formados de corpo e alma, deixando morrer os que forem corporalmente defeituosos. (Buytendorp, 2011, p. 15).

A falta de conhecimento trazia sérios problemas aos PCDs, pois os mesmos eram marginalizados, sendo até posto “[...] à margem da condição humana”. (Mazzota, 2005, p. 16). Diante deste contexto observamos que a realidade estabelecida a essas pessoas era a exclusão, apenas, não tendo competências, segundo a sociedade, para ter os mesmos direitos sociais. “A regra da competência também decide de antemão, portanto, quais são os excluídos do circuito de comunicação e de informação”. (Chauí, 2016, p. 249).

Segundo Pereira e Saraiva (2017), o processo de exclusão referenciado perde com o passar dos anos sua força, e a partir do século XIX na Europa surgem os primeiros movimentos pelo atendimento aos PCDs, e a partir daí os excluídos nesse processo passam a ser observados em outros contextos, passando assim a refletir mudanças em grupos sociais, através de medidas concretas educacionais para os excluídos, no processo informacional.

Buscam-se metodologias de ensino para aplicar às necessidades das pessoas com deficiências, porém até então eram criados espaços separados para o ensino das pessoas que possuíam algum tipo de deficiência.

Segundo Mazzotta (2001, p. 17), “[...] até o final do século XIX diversas expressões eram utilizadas para referir-se ao atendimento educacional dos PCDs: Pedagogia dos Anormais, Pedagogia Teratológica, Pedagogia Curativa ou Terapêutica, Pedagogia da Assistência Social, Pedagogia Emendativa”. Todas essas

expressões nasceram para tentar oferecer um melhor atendimento educacional às pessoas com deficiências, propondo novas práticas educativas no processo de ensino/aprendizagem desses estudantes.

Como aliado ao processo de Inclusão e acessibilidade a escola precisa se preparar para o atendimento, nesse sentido, a Educação especial nasce como uma resposta específica, direcionada às reais necessidades educativas especiais, moldando-se, a partir, de então os critérios pedagógicos-educacionais objetivando a promoção no desenvolvimento educacional do aluno.

Nos dias atuais, as escolas precisam estar preparadas para receber todo cidadão, com qualquer tipo de deficiência, e o espaço escolar como um todo tem que se adequar ao cotidiano desse público, oferecendo suportes: físicos, pedagógicos e tecnológicos, os quais, se fazem necessário para o atendimento das pessoas com deficiência, de forma a equiparar de maneira igualitária esse processo.

A educação inclusiva tem que ser fornecida por qualquer escola, ou seja, o espaço escolar precisa fornecer estruturas pedagógicas para que os alunos com deficiência possam ser incluídos dentro do processo político pedagógico de toda escola. Sassaki (1998) cita que a inclusão e a integração são formas de inserção social, entretanto o autor avalia que os mesmos possuem conceitos distintos.

Sobre isso, de Lima (2006, p. 24), destaca-se:

Tanto a integração quanto a inclusão são formas de inserção social, mas enquanto a primeira trata as pessoas com deficiência como problema pessoal dos sujeitos, e visa à manutenção das estruturas institucionais, a segunda considera as necessidades educacionais dos sujeitos como problema social e instrucional, procurando transformar as instituições.

Nesse sentido, as instituições precisam está procurando soluções em suas estruturas e culturas organizacionais, para que possam atuar nos problemas sociais, tornando assim possível montar dentro de seus espaços uma real inclusão.

Pieczkowski e Gavenda (2021) tratam que a inclusão e acessibilidade tem se fortalecido através da Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015, a mesma trata, o quanto as barreiras existentes na sociedade potencializam os problemas para os PCDs, a Lei trata em seu Artigo Primeiro, que a mesma, visa assegurar e promover em condições de igualdade, a liberdade fundamental, o exercício dos direitos da pessoa com deficiência.

Cabe salientarmos, que tem várias leis, decretos, normativas e jurisprudências que trazem como ponto central o atendimento igualitário, o tratar o outro sem diferenças, mas no dia a dia, ainda podemos observar, pessoas às margens, das propostas de inclusão e acesso, que desconhecem os seus direitos e as garantias já determinadas por Lei.

Nessa acepção, percebe-se com base em Frigotto (2015), a necessidade em compreender a função das instituições educacionais enquanto fator determinante na instrumentalização dos indivíduos, para exercício dos direitos e deveres. Essa é uma realidade social contemporânea, mas claro, prezando por formas conscientes, críticas e participativas. Nesse cenário, cabe então, a educação, a democratização de saberes, historicamente construído, pela humanidade, de modo qualitativo e, principalmente, inclusivo.

Sobre a questão do termo “inclusivo”, ponto debatido nesta pesquisa, ressalta-se que no campo educacional ainda se nota fragilidades de acesso e permanência a determinadas minorias, em especial nas instituições de ensino em suas esferas diversas, enquanto ambiente de conhecimento. Reflete-se então que, sobretudo, estudantes com deficiência têm enfrentado barreiras diversas para acessar a escola em sua plenitude (Mantoan, 2019).

Reflete-se então, que o fortalecimento da acessibilidade e da inclusão em ambientes educacionais tem sido objeto de transformações significativas nas últimas décadas, mas o desafio de quebrar barreiras estruturais e culturais ainda persiste em muitos contextos. Apesar de avanços como os trazidos pela Lei Brasileira de Inclusão, que estabelece direitos fundamentais para pessoas com deficiência, ainda há uma discrepância entre a teoria e a prática.

Sob o olhar de Chahini (2012) as barreiras impostas pela sociedade agravam as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência, dificultando sua plena inclusão. Portanto, a criação de ambientes acessíveis exige ações que vão além do cumprimento legal, envolvendo uma mudança cultural nas instituições de ensino. De acordo com Sassaki (2009), a distinção entre inclusão e integração é fundamental para esse entendimento. Enquanto a integração busca inserir o indivíduo sem questionar a estrutura existente, a inclusão visa transformar as próprias instituições para que se adaptem às necessidades dos indivíduos. Dessa forma, a escola inclusiva não é apenas um espaço de acolhimento, mas também um ambiente que promove autonomia e empoderamento para todos os alunos.

O paradigma da inclusão ganhou visibilidade internacional durante a Conferência de Salamanca, em 1994, que lançou as bases para uma educação que reconhece a diversidade como elemento essencial para a qualidade e equidade educacional. Desde então, a abordagem inclusiva vem sendo incorporada nas políticas públicas de diversos países, inclusive no Brasil. Contudo, conforme aponta Mantoan (2019), ainda existem barreiras que dificultam o acesso pleno e a permanência de estudantes com deficiência, especialmente em instituições de ensino superior e técnico. Essas barreiras não são apenas físicas, mas também atitudinais e estruturais, evidenciando a necessidade de uma mudança profunda no modelo educacional.

Para que a inclusão seja efetiva, é fundamental que a formação dos profissionais da educação seja repensada. Os educadores precisam estar capacitados não apenas para identificar as necessidades específicas dos alunos, mas também para aplicar metodologias que promovam o aprendizado colaborativo e a valorização das diferenças. Segundo Frigotto (2015), as instituições educacionais têm o papel de instrumentalizar os indivíduos para o exercício pleno de seus direitos e deveres, promovendo uma educação crítica e emancipatória. Nesse contexto, a utilização de tecnologias assistivas desempenha um papel crucial na inclusão educacional. Ferramentas como softwares de leitura de tela, tradutores de Libras e materiais didáticos adaptados são exemplos de recursos que podem potencializar o aprendizado de estudantes com deficiência.

A acessibilidade, portanto, não deve ser vista como um aspecto secundário, mas como um princípio central do planejamento pedagógico. Um ambiente acessível e inclusivo é aquele que reconhece a singularidade de cada indivíduo e promove a convivência harmoniosa entre as diferenças. Isso requer a superação de preconceitos e a implementação de políticas educacionais que assegurem a equidade. Nesse sentido, como argumenta Mazzotta (2001), a Educação Especial deve ser compreendida como parte integrante do sistema educacional e não como uma alternativa segregada.

Nessa acepção, a luta pela inclusão e acessibilidade é, acima de tudo, uma luta pela democratização do conhecimento e pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reforça a importância de garantir educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos, com ênfase na eliminação

de desigualdades e na promoção da inclusão. O ODS 4, especificamente, busca assegurar que todos os indivíduos, sem exceção, tenham acesso à educação de qualidade e a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida⁴. Por sua vez, o ODS 10, em sua meta 10.2, busca que no Brasil e outros países signatários da agenda, as pessoas, independentemente da deficiência, bem como idade, gênero, raça, etnia, nacionalidade, religião, condição econômica ou outra, possam até 2030, estarem empoderadas e a inclusão social, econômica e política de todos venham a estar promovidas, de forma a reduzir as desigualdades⁵.

Esse compromisso global reflete a necessidade de uma ação conjunta entre governos, organizações e a sociedade civil para promover um ambiente educacional inclusivo, adaptado às diversas necessidades. É necessário que todos os atores envolvidos no processo educacional – gestores, professores, alunos e famílias – se engajem em um esforço coletivo para transformar as escolas em espaços de pertencimento, respeito e aprendizado para todos. Essa transformação é um processo contínuo, mas essencial para garantir que nenhuma pessoa, independentemente de suas condições, seja deixada para trás.

2.3 Os institutos federais: da implementação às expansões

Em cenário brasileiro, a educação nos mais diversos âmbitos, sempre demanda que se faça uma leve digressão para melhor compreender o seu caminho até aqui. Sendo assim, é pertinente lembrar que a promulgação da Constituição de 1988, se constituiu, indiscutivelmente, uma busca de redemocratização do país, momento estes que podem ser demarcados pelas questões essenciais, que transformaram a educação no país, evidenciando-a enquanto um direito social de todos.

Entre outras coisas, conforme destacado em seu capítulo terceiro, artigos 205 e 206, a educação em solo brasileiro passava a garantir um ensino gratuito, com igualdade de condições de acesso e permanência, desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, gestão democrática, e muitos outros (Brasil, 1988).

Posterior à promulgação da Constituição Federal (Brasil, 1988), houve a ampliação do acesso à educação, com orientações mais específicas, Decretos e Leis

⁴ https://www.ipea.gov.br/ods/ods4_card.html

⁵ <https://www.ipea.gov.br/ods/ods10.html>

que visavam potencializar o acesso a este direito. E, com a chegada dos anos de 1990, desponta a universalização do ensino fundamental, que se torna um ponto de partida para os outros níveis da educação básica e do ensino superior, proporcionando-se busca por melhorias, nessas etapas de ensino, ao longo dos anos, segundo conta Saviani (2018).

Nesse contexto, considerando o ponto central desta pesquisa, qual seja, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), é preciso mencionar que os primeiros passos nessa direção começam com as escolas técnicas no Brasil, com o então presidente Nilo Peçanha, que prevendo a criação de 19 escolas de aprendizes artifices, considerou que, naquela época, havia uma necessidade de acolher pessoas menos favorecidas economicamente, preparando-as tecnicamente ao mercado de trabalho e que segundo afirmam Pacheco, Pereira e Sobrinho (2009) foi o início do que hoje se conhece como educação profissional, científica e tecnológica instituída em Lei (Brasil, 2008).

Esse sistema de escolas técnicas surge em uma conjuntura social de ascensão industrial, fazendo parte muito mais de interesses ligados ao progresso econômico do que da educação, segundo pontuam Pacheco, Pereira e Sobrinho (2009). De acordo com estes autores, as Escolas de Aprendizes Artífices são transformadas em Escolas Industriais e Técnicas e, dessa forma, passam a oferecer formação profissional em nível equivalente ao do secundário. Os alunos formados nesses cursos técnicos ficam aptos a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação.

A partir, pois, deste processo de fomentação das Escolas de Aprendizes Artífices, a educação técnica ascende no Brasil, amparada pela Lei nº 6.545 que atuou na transformação de três Escolas Técnicas Federais, sendo estas nos estados do Paraná, com sede na cidade de Curitiba; Minas Gerais, sediada em Belo Horizonte e Rio de Janeiro com sede também na capital, os conhecidos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) que foram os pioneiros nesse contexto da formação técnica, reunindo eficientes condições institucionais, para a construção em matrizes de inovação tecnológica, bem como propiciando conhecimentos produtivos.

Mais recentemente, no ano de 2003 o debate sobre a modalidade técnica de ensino foi retomado e, segundo Saviani (2005), passa a ser vista como uma possibilidade de possuir domínio de conhecimentos científicos das diferentes áreas, sendo posteriormente aceita pelo Decreto nº 5.154/2004 que passou a permitir integração do nível de ensino técnico com o nível médio de ensino.

Pacheco (2010) ratifica a eficiência da solução transitória no cenário educacional e visualiza a integração da ciência, da tecnologia, da cultura e do trabalho como bases importantes e que contempla um desenvolvimento eficaz da educação tecnológica ou politécnica. Essas concepções não só se tornaram exequível no contexto das políticas que norteiam o país, como também em meados do ano de 2005, a Lei nº 11.195/2005 propõe nova redação à Lei nº 8.948/1994 nos trechos que explanam sobre a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a qual dispõe sobre a exigência de criação “de novas unidades de ensino por parte da União, que ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal [...] que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino” (Brasil, 2005).

Dessa forma, houve a construção de 64 novas unidades de ensino (Brasil, 2005), ampliando a oferta da educação técnica no país, já que de 1909 a 2002 de acordo com Ferreira (2020) foram construídas 140 unidades, em todo o Brasil. Entre esses, o Instituto Federal do Estado do Maranhão.

Outro marco, nessa citada época, foi o surgimento do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que se configura até os dias atuais, como instituição de qualificação para o trabalho que, por muito tempo, esteve atrelado ao setor dos interesses do capital industrial, de acordo com a perspectiva de Cunha (2005).

Saviani (2018) pontua, ainda, que essa proposta pedagógica de escolas técnicas foi evidenciada de forma substancial, no Estado pós-64, baseada nas teorias gerais de administração de Taylor e Fayol, que preconizavam questões interligadas à produção e eficiência, com redução de gastos no ensino brasileiro.

Nessa linha temporal da criação e desenvolvimento da educação tecnológica e profissional, Ferreira (2020) acrescenta que em:

Em 2007, é lançada a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que estabeleceu como meta a criação de mais 150 novas unidades, totalizando 354 unidades até o fim de 2010. Nesse ano, é também promulgado o Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, que estabelece as diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IF, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica (Ferreira, 2020, p. 64).

Logo, em 2008, com a promulgação da Lei nº 11.892/2008 surgiram os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os IF, com base na integração dos CEFET e das escolas técnicas federais agrotécnicas, com polos pluricurriculares e multicampi (Brasil, 2008). A Lei que determinou a criação destes institutos prevê, entre outras coisas, a disponibilização de educação superior, básica, profissional e tecnológica com práticas pedagógicas que desenvolveram processo educativo que gerem adaptação de soluções técnicas e respeite, especificidades regionais, uma vez que estas instituições estão presentes em 38 regiões diferentes do Brasil.

A Lei nº 11.892/2008 demarca que os institutos federais devem promover a integração e verticalização da educação básica à profissional e superior, otimizando infraestrutura, fortalecendo a produção, num contexto que envolve o social e cultura local, assim como prevê a potencialização do progresso econômico, no âmbito em que esteja inserido.

No que concerne a seus objetivos, o dispositivo postula acerca de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica; (Brasil, 2008); e destaca como objetivo, a realização de pesquisas aplicadas, atividades de extensão e entre outras coisas, estimular e apoiar processo educativo que se relaciona com trabalho, renda e emancipação do sujeito, enquanto cidadão responsável pela ascensão econômica nacional.

Segundo aponta Ferreira (2020) as diretrizes nacionais de educação têm direcionado para potencialidades dessas instituições no sentido de que possam integrar com um pensamento que priorize a produção científica e tecnológica no âmbito do mercado de trabalho e na cena cultural.

No caso do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), este supracitado autor afirma que a instituição é norteada por valores significativos reverberando em todos os atores nele envolvido e que, diante da exigência mercadológica, o instituto tem conseguido propiciar um contraponto político e ideológico que permite aos alunos manterem concepções mais humanistas, as quais consideram o diálogo e as potenciais éticas, ecológicas, entre outras.

Nesse pensamento, Pacheco (2010) complementa:

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia dá visibilidade a uma convergência de fatores que traduzem a compreensão do atual governo quanto ao papel da educação profissional e tecnológica no contexto social do Brasil e deve ser reconhecida como ação concreta das atuais políticas para a educação brasileira. Esta compreensão considera a educação profissional e tecnológica estratégica não apenas como elemento contribuinte para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, mas também como fator para fortalecimento do processo de inserção cidadã de milhões de brasileiros (Pacheco, 2010, p. 15-16).

Nesse contexto, o Instituto Federal aponta para um novo tipo de instituição, identificada e pactuada com o projeto de sociedade em curso no país. Para este mesmo autor, a criação dos IF,

Representa, portanto, um salto qualitativo em uma caminhada singular, prestes a completar cem anos. Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social (Pacheco, 2010, p. 16).

A consolidação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) no Brasil trouxe um novo paradigma educacional, promovendo a integração entre os níveis de ensino e a aproximação das instituições com as realidades regionais. Desde a criação pela Lei nº 11.892/2008, os IF têm sido fundamentais na democratização do acesso à educação, atuando em regiões historicamente negligenciadas e fomentando o desenvolvimento sustentável (Pacheco, 2010).

Um dos maiores legados da criação dos Institutos Federais foi a interiorização da educação técnica e superior. Enquanto os grandes centros urbanos já contavam com instituições tradicionais de ensino, as regiões periféricas e rurais enfrentavam dificuldades de acesso. A presença dos IF em municípios de menor densidade demográfica tem contribuído significativamente para reduzir as desigualdades regionais, facilitando o acesso à educação de qualidade em áreas remotas.

Além disso, a expansão para essas áreas favoreceu o fortalecimento das economias locais, uma vez que os campi não apenas oferecem cursos alinhados às demandas regionais, mas também geram empregos diretos e indiretos. Por exemplo, em comunidades agrárias, os cursos técnicos em agropecuária e meio ambiente têm

capacitado estudantes para adotar práticas mais sustentáveis e produtivas, o que reverbera diretamente no aumento da produtividade e na preservação ambiental.

A estrutura organizacional dos Institutos Federais permite a oferta de educação em diferentes níveis: ensino técnico integrado ao médio, cursos técnicos subsequentes, graduação, pós-graduação e cursos de formação continuada. Essa verticalização proporciona ao estudante a possibilidade de construir sua formação de maneira contínua, dentro da mesma instituição, criando um ambiente educacional propício à troca de conhecimentos e experiências (Pacheco, 2010).

Outro ponto relevante é o fortalecimento das práticas pedagógicas que articulam ensino, pesquisa e extensão. A interdisciplinaridade presente nos projetos desenvolvidos pelos IF garante que o conhecimento produzido dialogue com as demandas da sociedade. Isso se reflete em ações que visam à resolução de problemas locais, como desenvolvimento de tecnologias apropriadas, capacitação de mão de obra e incentivo ao empreendedorismo.

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023, os Institutos Federais (IF) desempenham um papel fundamental na promoção de práticas educativas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU (IFMA, 2023), principalmente nos seguintes ODS:

1. **ODS 4 – Educação de Qualidade:** Os IF contribuem diretamente para a promoção de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, garantindo acesso à educação técnica e superior para diversos grupos da sociedade, especialmente aqueles em contextos de vulnerabilidade.
2. **ODS 10 – Redução das Desigualdades:** Por meio de suas políticas afirmativas, como as cotas para alunos de escolas públicas e para populações marginalizadas, os IF ajudam a reduzir desigualdades no acesso à educação e oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal.
3. **ODS 5 – Igualdade de Gênero:** Os Institutos Federais também estão comprometidos com a promoção da igualdade de gênero, implementando ações e projetos que visam garantir o mesmo acesso a oportunidades de educação e desenvolvimento para mulheres e homens, além de trabalhar para erradicar a discriminação baseada no gênero.
4. **ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima:** A sustentabilidade e a educação ambiental são temas frequentemente abordados nos projetos de extensão e nos cursos oferecidos pelos IF. Muitas dessas ações estão

alinhadas com o ODS 13, que busca promover a ação para combater a mudança climática e seus impactos.

Portanto, os IF desempenham um papel essencial na implementação e disseminação dos ODS, buscando integrar práticas sustentáveis, inclusivas e igualitárias em suas atividades educativas e comunitárias.

O ensino técnico em áreas como energias renováveis, saneamento ambiental, gestão de recursos hídricos e tecnologias da informação e comunicação (TIC) contribui para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável. Além disso, as pesquisas aplicadas realizadas pelos IF muitas vezes se convertem em soluções práticas que beneficiam diretamente a comunidade.

Outro aspecto essencial dos Institutos Federais é sua contribuição para a transformação social. Muitos estudantes que ingressam nesses institutos são oriundos de famílias de baixa renda e têm nos IF a oportunidade de acesso a uma educação pública, gratuita e de qualidade. Os programas de assistência estudantil, como bolsas de permanência, auxílio-transporte e alimentação, desempenham um papel crucial na garantia da permanência e êxito desses alunos.

O impacto dessa transformação pode ser percebido na inserção dos egressos no mercado de trabalho. Os cursos ofertados são desenhados com base em estudos sobre as demandas regionais, o que facilita a empregabilidade dos formandos. Muitos estudantes passam a contribuir com suas comunidades de origem, levando conhecimento e promovendo melhorias locais.

Apesar de todo o progresso alcançado, os Institutos Federais enfrentam desafios significativos. A insuficiência de recursos financeiros, o aumento da demanda por matrículas e a necessidade de modernização das infraestruturas são questões que impactam diretamente o funcionamento e a expansão dos IF (Ferreira, 2020).

Outro desafio é a busca constante por adequação às mudanças no mercado de trabalho e às novas tecnologias que exige das instituições alinhamento às tendências tecnológicas, garantindo que os alunos estejam preparados para lidar com um cenário em constante transformação.

No entanto, as perspectivas para os Institutos Federais continuam positivas. O fortalecimento das parcerias com empresas e governos locais pode contribuir para o financiamento de projetos de pesquisa e extensão. Além disso, o aprimoramento das

políticas públicas de educação profissional e tecnológica será determinante para consolidar os IF como referência no ensino integrado e inclusivo (Ferreira, 2020).

Os Institutos Federais representam mais do que instituições de ensino; eles são verdadeiros agentes de transformação social e econômica. Ao proporcionar educação de qualidade, gratuita e alinhada às demandas regionais, os IF têm demonstrado que é possível reduzir desigualdades, promover o desenvolvimento sustentável e preparar cidadãos críticos e atuantes, conforme ratifica Pacheco (2010):

Atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania constitui uma das finalidades dos Institutos Federais. Para tanto, é necessário um diálogo vivo e próximo dessas instituições com a realidade local e regional, buscando a compreensão de seus aspectos essenciais, ou seja, do que existe de universal nessa realidade. Há de se considerar que local e universal não existem como antítese, não expressam necessariamente oposição de ideias, um não existe em detrimento do outro, mas por vezes se justapõem, permeiam-se, complementam-se e separam-se (Pacheco, 2010, p. 18).

Os Institutos Federais apresentam uma estrutura única de organização e gestão, articulando as necessidades regionais e locais com as demandas globais. Essas instituições tecem uma rede educacional capaz de criar soluções e tecnologias alinhadas ao desenvolvimento sustentável e inclusivo. Têm o potencial de se tornar um marco nas políticas educacionais brasileiras, refletindo uma visão de país mais equitativo social e economicamente. Em um momento de transformações, esses institutos simbolizam a oportunidade de construir novos caminhos para a produção e democratização do conhecimento.

Nesse sentido, é imprescindível que os esforços para fortalecer e expandir os Institutos Federais continuem sendo prioridade na agenda educacional do Brasil. Afinal, investir na educação técnica e tecnológica é investir no futuro do país e na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

2.4 A Biblioteca enquanto Instrumento de Informação e Comunicação Social

A necessidade informacional dos usuários é focada, de acordo com as suas prioridades, e os níveis de conhecimento de suas buscas. As bibliotecas são centros de conhecimento e compartilhamento de informação, suas ações precisam estar voltadas a atender todo o público de maneira equânime, de forma que consiga sanar

as buscas informacionais dos usuários reais e potenciais, não importando o tipo de biblioteca, ou a especificidade do público que vise atender, segundo pontuam Maciel e Mendonça (2006).

A biblioteca é bem mais que uma coleção de livros, ou documentos congêneres, é um espaço voltado para o estudo, leitura e consultas, um espaço para compartilhar um bem social, seja ele voltado para o público infantil (Bibliotecas Infantis), alunos da educação básica (Biblioteca escolar) alunos de universidades (Biblioteca universitária) para um público específico (Biblioteca especializada) comunidades (comunitária), ou para o público em geral (Biblioteca pública). O mesmo espaço constitui-se de estruturas variadas, como as bibliotecas dos Institutos Federais, as quais, possibilitam em seus espaços, estruturas com características variadas, podendo ser escolar, universitária, tecnológica e pública.

Milanesi (1983) traz um contexto relevante e histórico acerca das bibliotecas, no qual, apresenta o nascimento das coleções voltadas à própria história do homem, sendo registradas em diversos suportes rudimentares. O mesmo autor, enfatiza a existência de arquivos acerca dos povos assírios, sumérios e babilônios em placas de argila, com a guarda dos documentos sendo alterado, a partir de suportes aprimorados por tecnologias para esta finalidade. As bibliotecas são espaços que fazem referência ao conhecimento e devem aprimorar o acesso aos seus usuários, sendo eles, reais ou potenciais, de forma que possibilite o acesso de todos, com igualdade de direitos, de maneira acessível a todos os públicos.

A acessibilidade traz princípios efetivos que se permeiam através de Leis específicas, elaboradas com o intuito da equiparação de direitos das pessoas com deficiência, sejam permanentes, ou não. Tornar os ambientes acessíveis, é uma obrigação da sociedade como um todo, e sendo a biblioteca um espaço de compartilhamento de informação, deve estar pronta a atender de forma igualitária todos que vierem a buscar esses espaços.

A Biblioteconomia, segundo Fonseca (2007), na etimologia da sua palavra se divide em *biblíon* (livro), *théke* (caixa) e *nomos* (regra), o que resulta para a biblioteconomia, em ser aquela que estabelece regras para organização de livros. A formação em Biblioteconomia estuda diversos princípios para estabelecimento dessas normas/regras utilizando teorias, estabelecendo métodos, de modo que, as informações não se percam, mas sejam recuperadas, por quem as procurar. Para que tenhamos pessoas (usuários reais e potenciais) é necessário termos, dentro das

bibliotecas, ambientes sem barreiras, que sejam acessíveis, inclusivos e que possibilitem a autonomia de todos.

A biblioteca precisa ser um espaço pronto a atender ao mais variado público, ser um ambiente inclusivo, a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA, 1999) trata que a biblioteca e consequentemente o bibliotecário deverá garantir e facilitar o acesso, tornando as atividades intelectuais acessíveis, de forma a garantir a variedade de materiais, para que reflita a pluralidade e diversidade da sociedade, a biblioteca precisa ser um espaço de todos, sem distinções, promovendo de maneira igualitária o acesso à informação.

A biblioteca desempenha um papel fundamental como instrumento de informação e comunicação social, sendo um espaço que transcende a simples catalogação de livros ou documentos. Em seu cerne, a biblioteca é um elo vital entre o conhecimento e a sociedade, conectando indivíduos às informações necessárias para a formação intelectual, profissional e social. Nesse contexto, a biblioteca não apenas reflete as demandas de seu tempo, mas também contribui ativamente para moldar a sociedade, atendendo às necessidades informacionais de uma população cada vez mais diversificada e em constante transformação, de acordo com Milanese (1983).

Um ponto essencial a ser destacado é a democratização do acesso à informação, que é a base da existência das bibliotecas. Esse princípio está profundamente enraizado na ideia de que todos os cidadãos têm o direito de acessar o conhecimento, independentemente de suas condições socioeconômicas, geográficas ou físicas. É aqui que a acessibilidade desempenha um papel primordial. A biblioteca, como espaço público e inclusivo, deve estar preparada para acolher pessoas com deficiência, garantindo infraestrutura, equipamentos e serviços que promovam a autonomia e a equidade, consoante às colocações de Santos, Diniz e Fernandes (2017).

A acessibilidade em bibliotecas vai além das questões físicas, como rampas de acesso e elevadores. Ela engloba também recursos informacionais em formatos variados, como livros em braile, audiolivros, leitores de tela e tecnologias assistivas que permitem que pessoas com deficiências visuais, auditivas ou motoras tenham acesso pleno ao acervo. Isso requer um compromisso contínuo das instituições em investir em tecnologia e em treinamento para seus profissionais, a fim de garantir que

todos os usuários sejam atendidos com qualidade e eficiência (Santos; Diniz; Fernandes, 2017).

Nessa perspectiva, é preciso refletir sobre como a biblioteca precisa atuar como um espaço de interação social e de trocas culturais, pois estes espaços consolidam como um ponto de encontro onde diferentes públicos podem se conectar, compartilhar experiências e ampliar seus horizontes culturais. As bibliotecas públicas, comunitárias e universitárias, por exemplo, podem promover eventos, oficinas, debates e exposições que estimulem o diálogo e o aprendizado coletivo. Dessa forma, o ambiente da biblioteca deixa de ser apenas um local de consulta e estudo, transformando-se em um espaço dinâmico e vibrante de construção de saberes (Nogueira; Vahl; Willis, 2019).

Outro aspecto relevante diz respeito à mediação da informação. O bibliotecário, como um agente essencial nesse processo, assume a responsabilidade de orientar os usuários na busca por fontes confiáveis e na organização do conhecimento. Em um mundo cada vez mais saturado por informações, muitas vezes de procedência duvidosa, o papel do bibliotecário se torna ainda mais determinante para ajudar os indivíduos a desenvolverem habilidades de letramento informacional. Isso inclui saber como buscar, avaliar e utilizar informações de maneira ética e eficaz (Nogueira; Vahl; Willis, 2019).

Além de ser um espaço físico, as bibliotecas têm expandido sua presença para o ambiente digital, ampliando o alcance de seus serviços. Plataformas online, catálogos digitais e bibliotecas virtuais possibilitam que os usuários acessem conteúdos de qualquer lugar, rompendo barreiras geográficas e temporais. Aspecto este que tem transformado as bibliotecas em centros híbridos, que combinam serviços presenciais e digitais para atender às demandas de uma sociedade conectada (Fonseca, 2007).

A dimensão social das bibliotecas também é evidenciada em seu papel na promoção da inclusão e da democratização do saber. Ao oferecer serviços e programas específicos para comunidades marginalizadas, como pessoas em situação de vulnerabilidade social, populações indígenas, comunidades rurais ou moradores de áreas periféricas, as bibliotecas ampliam seu impacto na sociedade. Esse compromisso com a inclusão reafirma a biblioteca como um agente transformador, capaz de promover a cidadania e o desenvolvimento humano.

Por fim, é essencial considerar o papel das bibliotecas como guardiãs do patrimônio cultural e histórico. Elas preservam documentos, registros e memórias que ajudam a construir a identidade de uma nação e de seus povos. Essa função é particularmente relevante em bibliotecas especializadas e arquivos históricos, que atuam como repositórios do saber acumulado ao longo das gerações. Ao conectar o passado com o presente e o futuro, as bibliotecas contribuem para a continuidade e evolução do conhecimento humano, segundo Milanesi (1983).

Portanto, a biblioteca enquanto instrumento de informação e comunicação social vai muito além de sua função tradicional de armazenamento de livros. Ela é um espaço inclusivo, dinâmico e multifuncional, que promove a democratização do conhecimento, a interação cultural, a acessibilidade e a preservação da memória. Para cumprir plenamente sua missão, é necessário que continue a se adaptar às mudanças da sociedade e às novas demandas informacionais, consolidando-se como um verdadeiro agente de transformação social.

2.5 Bibliotecas nos espaços institucionais de ensino: a questão da acessibilidade

A biblioteca, segundo pontua Castro, Silva e Castellanos (2011) é um espaço democrático, logo, precisa atender diferentes tipos de usuários, assim como precisa propiciar recursos e tecnologias que atendam especificidades variadas. No que se refere sua função social Ortega e Gasset (2005) a descreve como espaço de interação de conhecimento, local de informação institucionalizado. Em se tratando das bibliotecas públicas Santos, Diniz e Sá (2014, p. 2) destacam que são conceituadas na contemporaneidade “como um espaço com igualdade de acesso para todos os usuários independentemente de sua condição social, física, sensorial, entre outras”.

Conforme destacam Santos, Diniz e Sá (2014) as bibliotecas, nessa categoria pública, são mantidas, em geral, pelo poder público e, ao longo dos anos, os serviços oferecidos foram ampliados, muito embora ainda se tenha muitas fragilidades nesse cenário. Conforme a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas, no que tange as diretrizes para as bibliotecas públicas, tem-se que:

[...] É uma instituição criada, mantida e financiada pela comunidade, seja por meio local, regional ou nacional, seja por meio de outra forma de organização da comunidade. Ela proporciona acesso ao conhecimento, à informação, à educação permanente e as obras da imaginação por meio de uma variedade de recursos e serviços, e se coloca à disposição, de modo igualitário, a todos os membros da comunidade, independente de raça, nacionalidade, idade, gênero, religião, língua, dificuldade física, condição econômica e nível de escolaridade. (Federação, 2012, p.2)

Observa-se que a essência da biblioteca se constitui uma instituição pública que desempenha um papel social fundamental, evidenciando alguns aspectos, como por exemplo, a origem comunitária. A biblioteca é uma instituição que nasce da iniciativa e do apoio da comunidade, seja local, regional ou nacional. Isso significa que sua existência e manutenção são resultado do esforço coletivo, tanto financeiro quanto organizacional.

Com base ainda no excerto da Federação (2012) entende-se que a biblioteca desempenha funções essenciais, pois promove acesso a conhecimentos, proporcionando informações úteis e confiáveis; inclui ainda educação permanente e valorização da criatividade, oferecendo acesso a obras de imaginação, como literatura e artes. Logo, vislumbra-se a biblioteca enquanto uma instituição inclusiva e essencial para a democratização do conhecimento, promovendo a igualdade e o desenvolvimento humano através do acesso livre e igualitário a informações, educação e cultura.

Em face do descrito destaca-se que o lócus da pesquisa, aqui proposta, as Biblioteca do IFMA, congregam características de diferentes tipologias de biblioteca e público, dotadas de especificidades e singularidades e exigindo novos estudos e novas práticas profissionais. É uma instituição pública que se caracteriza por atender diversos níveis de ensino, tanto escolar, universitária, especializada, pública ou comunitária, por esse motivo, não existe consenso entre os autores no que tange à nomenclatura adotada para a classificação dessas bibliotecas quanto a sua tipologia a biblioteca é considerada por muitos autores como multiníveis. Almeida (2015), afirma que o país conta com um novo tipo de biblioteca que seriam as Bibliotecas Multiníveis, que são unidades de informação, que devem atender às necessidades de estudo, consulta e pesquisa de um público variado e com necessidades formativas e informativas diferenciadas, ele cita como exemplo, as bibliotecas das instituições da Rede Federal (EPCT).

Sobre a questão das Bibliotecas Multiníveis, Veiga, Pimenta e Blackman (2019) explicam também que são aquelas que atendem a diferentes níveis educacionais, informacionais e sociais dentro de uma mesma instituição ou espaço físico. Esse tipo de biblioteca é projetado para suprir as necessidades de públicos variados, oferecendo acervos, serviços e recursos adaptados a cada faixa etária, nível de escolaridade ou área de interesse.

As bibliotecas multiníveis possuem como principal característica a integração de diferentes tipos de bibliotecas em um único ambiente, o que permite uma abordagem abrangente e democrática do acesso à informação. Têm então, estudantes do ensino básico, médio, técnico e superior, pesquisadores e professores e comunidade em geral. Há ainda uma diversidade de acervos: livros e materiais para crianças e adolescentes, obras acadêmicas e científicas para estudantes universitários e recursos técnicos e especializados para cursos profissionalizantes (Veiga, Pimenta e Blackman, 2019).

A partir da reconfiguração do IF com oferta em diversas modalidades de ensino, surge também a necessidade da construção de uma nova identidade organizacional para as suas bibliotecas. Nesse contexto, destacam-se algumas contribuições acadêmicas científicas com o propósito de definir uma classificação para estas bibliotecas. Sônia Moutinho, bibliotecária do Instituto, na sua dissertação de mestrado em 2014, propõe que o surgimento de uma instituição ímpar em nosso país, multinível e multimodal, na qual se torna necessária uma classificação para o tipo de biblioteca que essa instituição possui, a classifica como Biblioteca Multinível, pois ela atenderá usuários de vários níveis de ensino (Moutinho, 2014).

Sob este aspecto é importante trazer à discussão o papel do bibliotecário enquanto agente mediador nesses espaços que, segundo pontuam Santos e Diniz (2018), tem se esforçado, em especial quando lidam com usuários que tenham especificidades educacionais, por exemplo.

Tem sido perceptível a procura por formações na área da educação especial, para melhor desenvolver o pleno exercício de suas atividades. O bibliotecário é um dos principais atores que permitem a acessibilidade nas bibliotecas a partir da mediação nas pesquisas, sendo, portanto, atores determinantes no que se refere o direito à aquisição de informação e conhecimento. E, uma vez aqui mencionada, é preciso definir acessibilidade com base em Sassaki (2010) que a concebe como a ação de incluir, de não deixar à margem.

Essa terminologia é muito utilizada no contexto dos estudos sobre Educação Especial que é uma modalidade de educação na qual é oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos com deficiência e, segundo Mazzotta (2001, p. 31), na atualidade, apresenta-se de forma plural, pois segundo destaca: “a clientela da educação Especial é bastante diversificada, uma vez que inclui uma grande variedade de alunos. [...] Essas necessidades educacionais especiais [...] decorrem do confronto dos recursos educacionais comuns com as condições individuais de cada aluno.

Essa clientela, destacada por Mazzotta (2001), está presente além das salas de aulas formais, adentram também os diversos espaços sociais, entre estes a biblioteca. Por isso, é tão importante que os bibliotecários possuam, além de sua formação acadêmica, a sensibilidade ao interagir com uma pessoa com deficiência. Em uma de suas pesquisas Santos e Diniz (2018) investigando a acessibilidade de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), em uma biblioteca escolar, inferiram que os profissionais das bibliotecas, numa ação conjunta com demais agentes no espaço escolar precisam criar práticas que superem barreiras arquitetônicas e atitudinais.

Nessa perspectiva, demarca-se que as bibliotecas desempenham um papel central no desenvolvimento acadêmico e cultural dentro das instituições de ensino, configurando-se como espaços essenciais para a promoção do conhecimento, da leitura e da pesquisa. Mais do que depósitos de livros, as bibliotecas são ambientes de troca de ideias, reflexão e aprendizagem ativa. Em espaços educacionais, elas funcionam como centros de suporte pedagógico, auxiliando professores, alunos e a comunidade escolar no acesso à informação e na construção de saberes.

A relevância das bibliotecas em instituições, especialmente as bibliotecas dos IF, vai além do fornecimento de material de leitura. Elas têm o potencial de fomentar a autonomia dos estudantes, promover o letramento informacional e integrar as práticas pedagógicas em diversas áreas do conhecimento. No entanto, desafios como a falta de investimento, a ausência de infraestrutura adequada e a necessidade de modernização frequentemente dificultam a plena realização de seu papel.

Dentro dos espaços institucionais de ensino, as bibliotecas são elementos-chave na formação acadêmica dos estudantes. Elas oferecem acesso a uma vasta gama de recursos que possibilitam a ampliação do repertório cultural e o aprofundamento em temas específicos. Proporcionam ainda um ambiente propício

para o desenvolvimento de habilidades como, pesquisa e análise crítica, autonomia na aprendizagem e no cenário da educação especial inclusiva esses fatores são essenciais, como visto pela concepção de Santos, Diniz e Fernandes (2017).

É válido ainda mencionar que as bibliotecas também desempenham um papel fundamental no desenvolvimento da competência leitora, ajudando a formar leitores proficientes que são capazes de interpretar e produzir textos em diferentes formatos e gêneros. Isso é especialmente importante em um mundo cada vez mais digitalizado, onde a habilidade de navegar por informações pode ser determinante, como bem destacam Veiga, Pimenta e Blackman (2019).

Nesse sentido, uma característica indispensável das bibliotecas nos espaços educacionais é seu potencial inclusivo. Elas devem estar preparadas para atender às necessidades de todos os usuários, independentemente de suas condições físicas, sociais ou culturais. Logo, refletindo junto a Gomes *et al.*, (2023) pensa-se que:

O princípio da democratização e o pressuposto do poder transformador social da informação nos levam a vincular a prática bibliotecária diretamente às medidas voltadas para a inclusão, ao respeito à diversidade e ao tratamento equitativo dispensado a todos os sujeitos de diferentes culturas, classes sociais e com condições físicas e/ou intelectuais diversas. Considerar a diversidade humana no funcionamento das bibliotecas impõe uma série de medidas que facilitem o acesso a seus espaços e acervos (digital ou impresso), por qualquer usuário, independentemente de quaisquer condicionantes físicos, sociais, políticos ou econômicos (Gomes *et al.*, 2023, p. 18).

Nesta acepção, as bibliotecas acessíveis e inclusivas precisam levar em conta a amplitude que esses conceitos envolvem, seja em seus espaços internos quanto externos, haja vista o direito que deve ser de alcance de todas as pessoas com as mesmas possibilidades e condições de uso. Para tanto, pensa-se na necessidade de que haja, nesses ambientes, disponibilização, de pessoal, equipamento, serviços oferecidos, entre outros, que propiciem um local inclusivo, que considere a diversidade usuária (Gomes *et al.*, 2023).

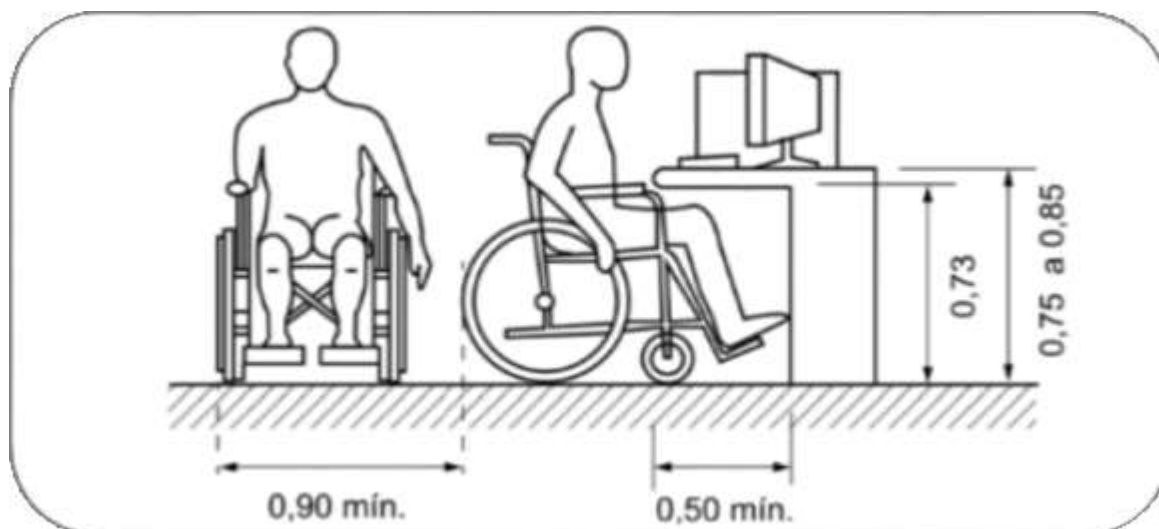
Assim sendo, remete-se ao entrelace acessibilidade-inclusão reforçando a importância de espaços físicos com acessibilidade arquitetônica, tendo, portanto, rampas, elevadores, mobiliário adaptado e sinalização em Braille, para que assim os estudantes com deficiência possam utilizar o espaço de forma autônoma. Sobre a acessibilidade de conteúdos, pressupões a disponibilização de livros e outros materiais que reflitam diferentes perspectivas culturais, sociais e históricas, mas que

possam ser acessadas por uma pessoa com cegueira ou baixa visão, por exemplo (Gomes *et al.*, 2023).

Nessa direção a ABNT NBR 9050:2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos –, que normaliza a acessibilidade e dedica uma seção específica para tratar das bibliotecas e centros de leitura, expressa que toda a norma é orientada para proporcionar “[...] a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção” (ABNT, 2020, p. 2).

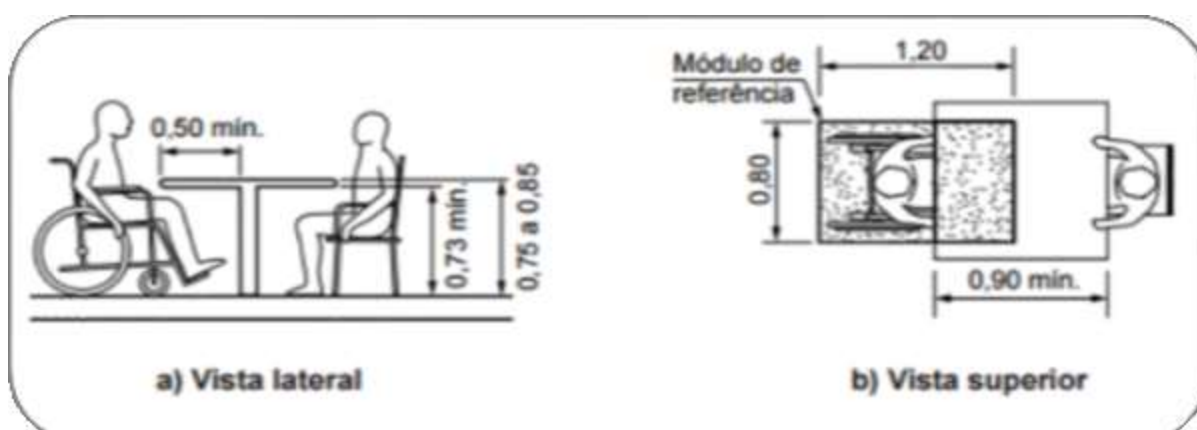
Em relação às bibliotecas e centros de leitura, a NBR 9050:2015 estabelece diretrizes específicas para a criação de espaços acessíveis, abrangendo áreas como locais de pesquisa, fichários, salas de estudo e leitura, terminais de consulta, balcões de atendimento e espaços de convivência (ABNT, 2015). Neste contexto, são destacadas as recomendações relacionadas ao mobiliário e à organização física desses ambientes, incluindo orientações sobre sanitários, sinalização e segurança, embora esses aspectos não estejam diretamente vinculados às exigências específicas para acessibilidade em bibliotecas e centros de leitura.

No que tange às salas de estudo e leitura, a norma enfatiza que, no mínimo, uma mesa deve ser acessível. Recomenda-se que 5% das mesas totais sejam adaptadas para acessibilidade e que 10% possam ser ajustadas conforme necessário. É fundamental que essas mesas sejam identificadas de forma clara e localizadas em trajetos contínuos, livres de obstáculos e devidamente sinalizados, garantindo o acesso por uma rota acessível. O planejamento deve assegurar espaço suficiente para que uma pessoa com mobilidade reduzida consiga realizar giros completos de 180° com facilidade, conforme também expressam Gomes *et al.*, (2023) (figura 1).

Figura 1: Medidas de aproximação das mesas nas bibliotecas

Fonte: Normas técnicas ABNT (2020)

Como visto na figura 1, essas mesas devem permitir aproximação frontal para atender às necessidades de pessoas com mobilidade reduzida, considerando dimensões que priorizem conforto e autonomia. Além disso, as mesmas condições e proporções de acessibilidade devem ser aplicadas aos terminais de consulta (figura 2), como aqueles destinados ao uso de computadores ou acesso à internet. Aspectos adicionais, como iluminação, localização adequada, organização de filas e facilidade de interação com atendentes, também devem ser considerados para assegurar uma experiência inclusiva para todos os usuários.

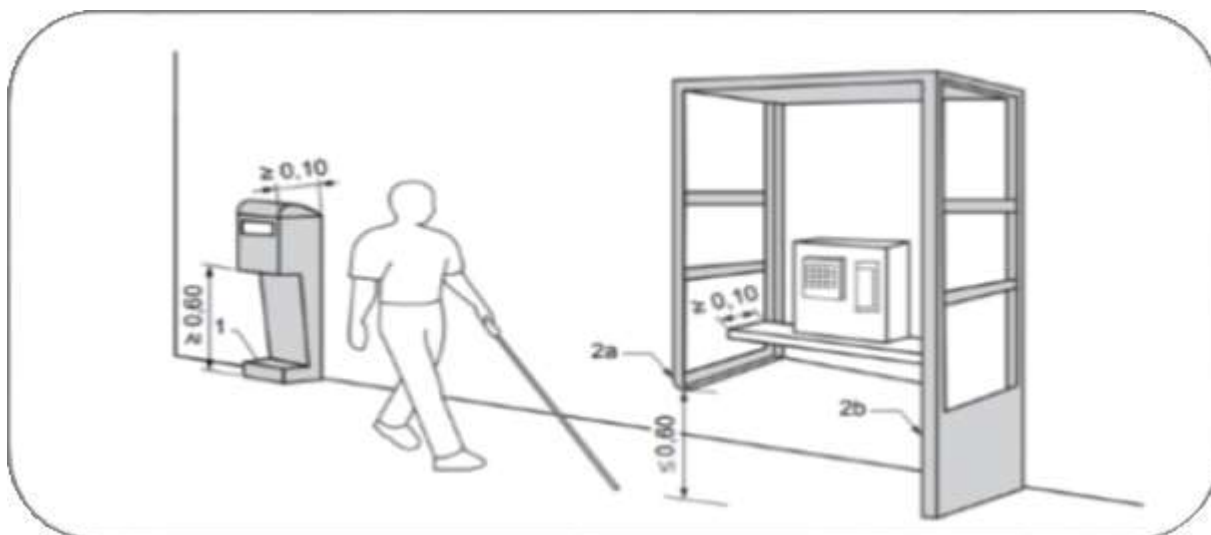
Figura 2: Terminal de consultas

Fonte: Normas técnicas ABNT (2020)

Quanto ao espaçamento entre as estantes, a NBR 9050:2020 propõe diretrizes considerando a circulação de pessoas que utilizam bengalas (figura 3), andadores, muletas, cães-guia e cadeiras de rodas. Entre as principais orientações está a

necessidade de áreas destinadas à circulação e manobras para cadeirantes a cada 15 metros. Essas áreas devem apresentar dimensões de, no mínimo, 1,20 m x 1,20 m para giros de 90°, 1,50 m x 1,20 m para giros de 180° e um diâmetro de 1,50 m para giros completos de 360° (ABNT, 2020, item 4.3.3).

Figura 3: Mobiliário na rota acessível



Fonte: Normas técnicas ABNT (2020)

É preferível evitar a disposição de mobiliário em rotas de acesso; contudo, caso isso seja inevitável, o mobiliário deve ser projetado com um contraste de pelo menos 30 pontos no índice de reflexão de luz (LRV) em relação ao plano de fundo, conforme descrito no item 5.2.9.1.1 da norma, e deve ser detectável por meio do uso de bengalas longas ou seguir as especificações do item 5.4.6.3 da mesma norma.

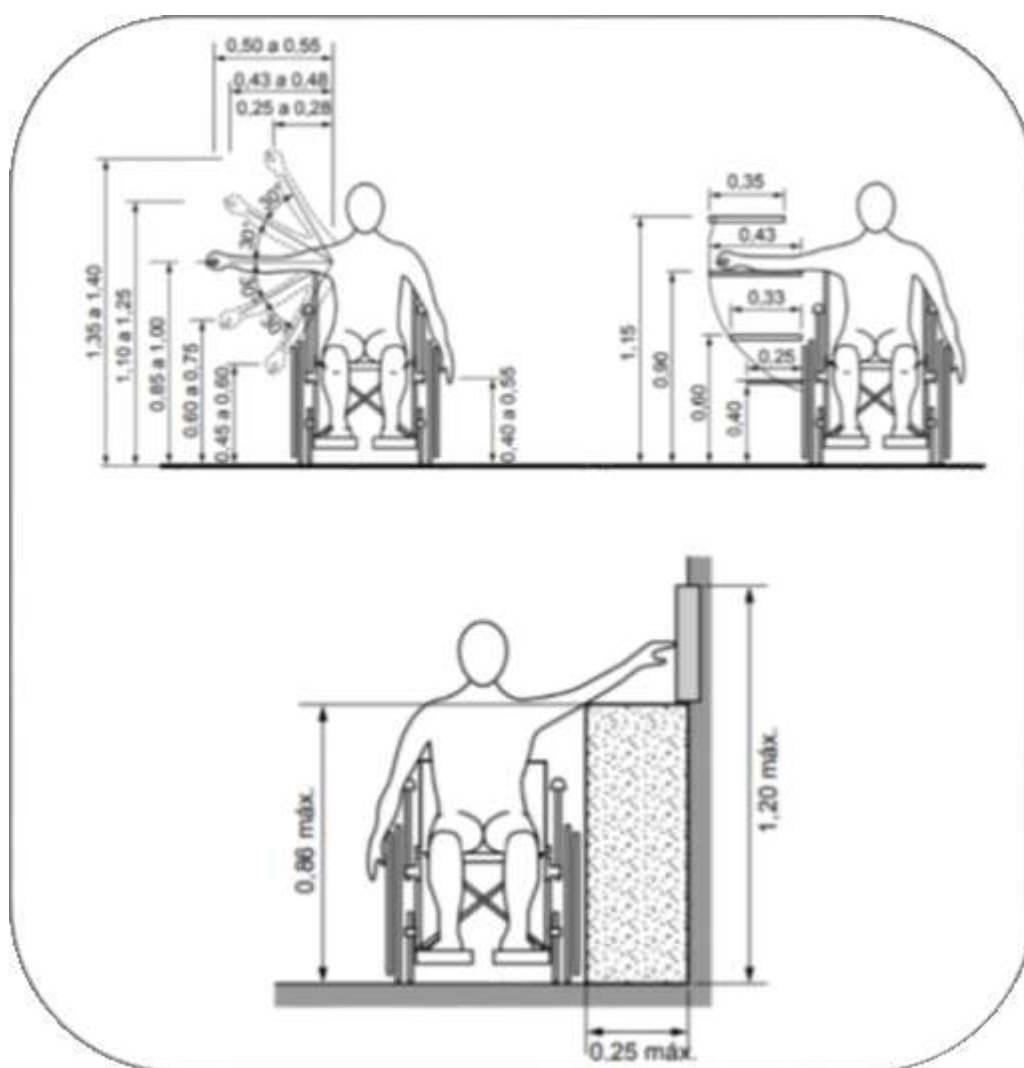
A largura dos corredores entre as estantes também deve atender a diferentes cenários: no mínimo 0,90 m para a passagem de uma pessoa em cadeira de rodas, 1,50 m para a locomoção simultânea de uma pessoa sem restrições de mobilidade e uma pessoa em cadeira de rodas, e 1,80 m para possibilitar a passagem de duas pessoas em cadeiras de rodas lado a lado. Quanto aos casos de obstáculos isolados com extensão de até 0,40 m, o espaço reservado para a transposição deve ser de 0,80 m a 0,90 m, aumentando proporcionalmente quando os obstáculos ultrapassarem essa dimensão.

Outro aspecto relevante é a altura dos mobiliários presentes na rota acessível. Para itens posicionados entre 0,60 m e 2,10 m do piso, é necessária atenção especial, pois saliências nesses móveis podem representar riscos para pessoas com deficiência

visual. É fundamental garantir que esses elementos não comprometam a segurança e a autonomia dos usuários.

A altura do mobiliário, especialmente das estantes, deve ser projetada considerando o alcance manual e o ângulo visual, priorizando sempre o conforto do usuário. Neste contexto, é importante destacar as medidas de referência para o alcance lateral e a profundidade de pessoas que utilizam cadeiras de rodas, com ou sem deslocamento do tronco (figura 4).

Figura 4: Alcance manual lateral sem deslocamento do tronco

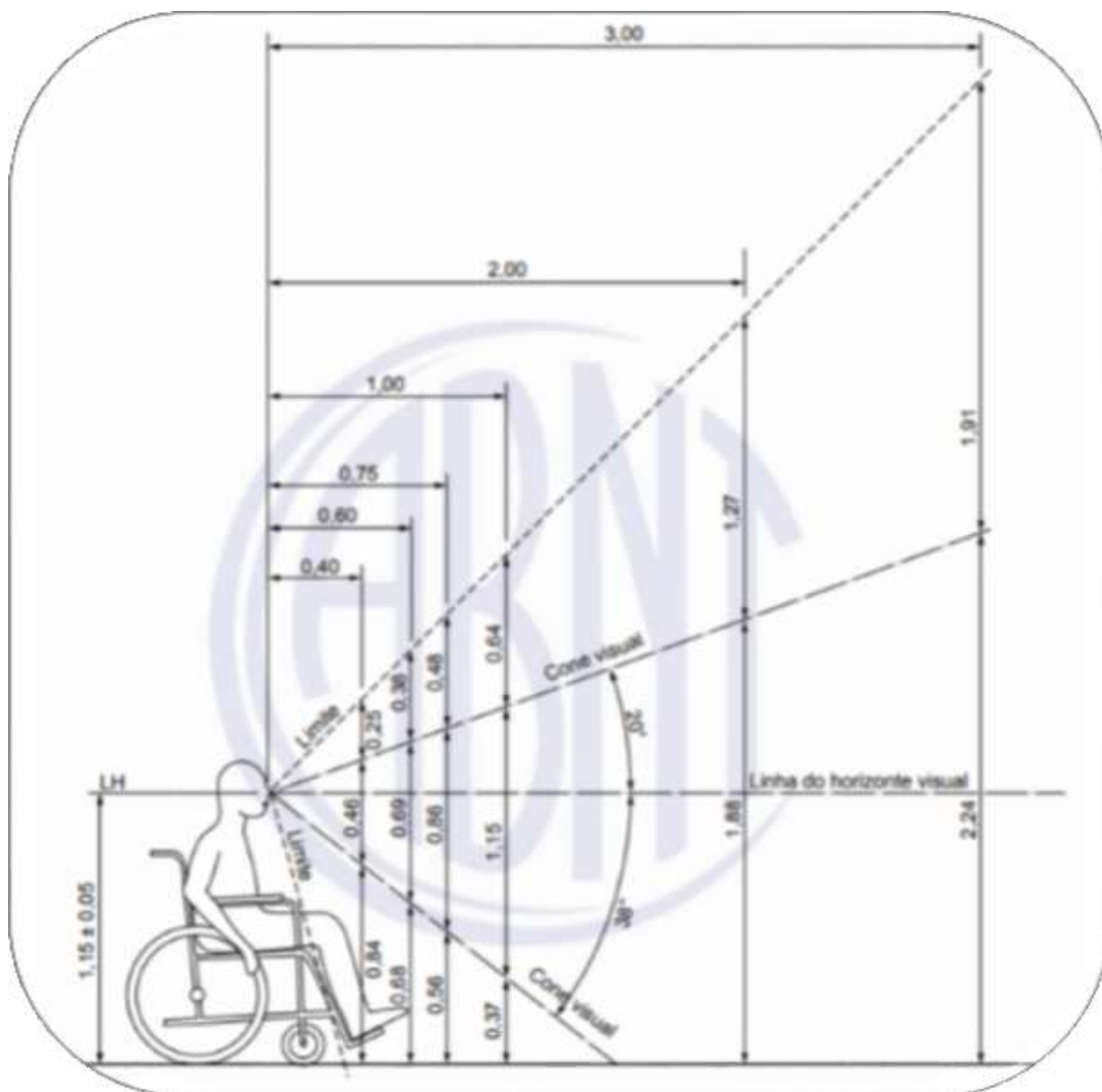


Fonte: Normas técnicas ABNT (2020)

Para atender às normas, recomenda-se o uso de prateleiras posicionadas entre 0,40m e 1,50m do piso. Essa orientação enfatiza que as bibliotecas evitem utilizar as prateleiras mais baixas ou mais altas em estantes que excedam 1,50m de altura a

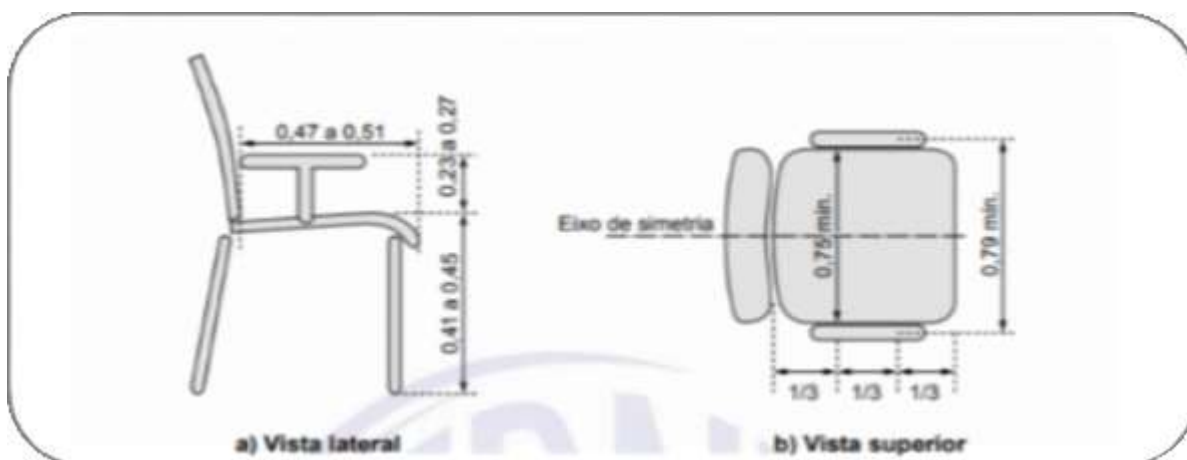
partir do piso para acomodação do acervo. Esses critérios também correspondem ao campo visual de uma pessoa em cadeira de rodas, conforme ilustrado na.

Figura 5: Cones visuais da pessoa em cadeira de rodas



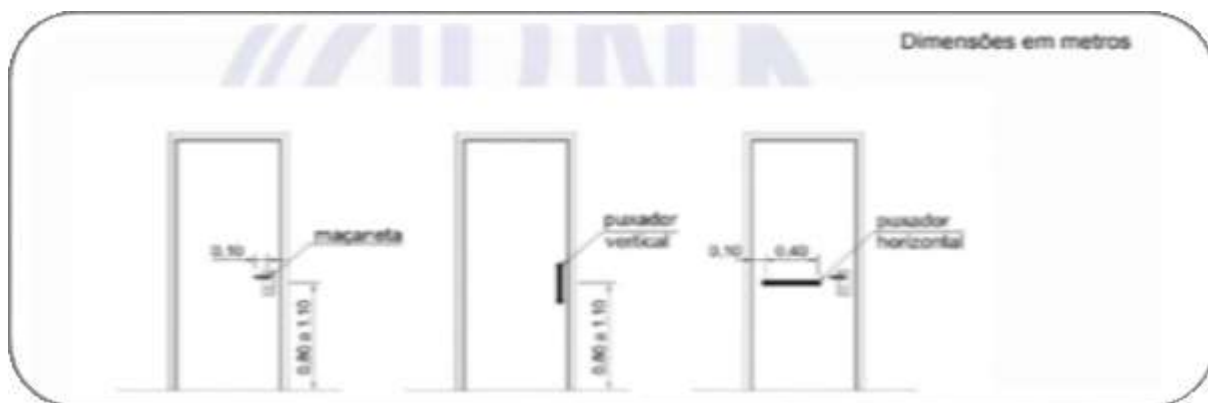
Fonte: Normas técnicas ABNT (2020)

De acordo com a norma, a biblioteca também deve possuir cadeiras para pessoas obesas (PO). Essas cadeiras devem, além de suportar uma carga de 250 kg, atender às medidas de profundidade; largura, sendo “admissível que o assento para pessoa obesa tenha a largura resultante de dois assentos comuns, desde que seja superior a esta medida de 0,75 m” (ABNT, 2020, p. 26); altura; ângulo de inclinação e ângulo entre assento e encosto de 100° a 105° (figura 6).

Figura 6: Dimensões do assento para pessoa obesa

Fonte: Normas técnicas ABNT (2020)

Os puxadores de portas podem ser verticais ou horizontais, e suas características devem seguir especificações adequadas. Para puxadores verticais, recomenda-se um diâmetro entre 25 mm e 45 mm, afastamento mínimo de 40 mm em relação à superfície da porta e comprimento de no mínimo 0,30 m, instalados a uma altura entre 0,80 m e 1,10 m do piso. Já para puxadores horizontais, as mesmas medidas de diâmetro e afastamento são sugeridas, com instalação na mesma faixa de altura, entre 0,80 m e 1,10 m do piso (ABNT, 2020, p. 22), conforme ilustrado na Figura 7. Em relação às barras antipânico, estas devem ser compatíveis com o tipo de porta utilizada e seguir integralmente as orientações da ABNT NBR 11785. No caso de portas corta-fogo, devem apresentar resistência ao fogo compatível com a da porta e ser instaladas a uma altura de 0,90 m do piso acabado.

Figura 7: Localização de maçanetas e puxadores

Fonte: Normas técnicas ABNT (2020)

Os dispositivos de comando ou acionamento, como controles, botões e teclas, devem ser projetados para permitir acionamento por pressão ou alavanca (ABNT, 2020, p. 25). Esses dispositivos devem ser fáceis de usar, possibilitando o manuseio até mesmo com o dorso da mão. Recomenda-se que possuam ao menos uma dimensão igual ou superior a 2,5 cm e sigam os princípios do desenho universal.

As recomendações da NBR 9050:2020 são fundamentais para garantir a acessibilidade nos ambientes de leitura. O Quadro 2 a seguir resume as principais orientações aplicáveis ao contexto das bibliotecas, destacando aspectos como circulação, mobiliário, sinalização e tecnologia assistiva.

Quadro 2: Acessibilidade em Bibliotecas – Principais Recomendações da NBR 9050

Aspecto	Recomendação da NBR 9050
Acesso e Circulação	Rotas acessíveis devem conectar todas as áreas da biblioteca, com largura mínima de 1,20 m.
Pisos	Devem ser antiderrapantes, firmes, estáveis e com sinalização tátil onde necessário.
Mobiliário	Mesas e balcões devem ter altura entre 73 cm e 85 cm, com espaço inferior livre para joelhos e pés.
Corredores entre estantes	Largura mínima de 90 cm (sendo ideal 1,20 m para permitir a manobra de cadeiras de rodas).
Estantes	Os livros devem estar posicionados entre 40 cm e 160 cm do piso para garantir alcance manual.
Sinalização	Deve ser visual (com contraste adequado), tátil e, quando necessário, em braille.
Banheiros acessíveis	Devem estar disponíveis e sinalizados, com barras de apoio e espaço para manobra de cadeira de rodas.
Elevadores ou rampas	Devem ser previstos em ambientes com mais de um pavimento, conforme especificações da norma.
Tecnologia assistiva	Recomenda-se a disponibilização de leitores de tela, lupas eletrônicas, audiolivros, entre outros.
Iluminação	Deve ser uniforme, sem ofuscamento, para favorecer a leitura e a navegação de pessoas com baixa visão.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Um dos desafios mais significativos para garantir acessibilidade em bibliotecas é a adaptação ou construção de sanitários adequados. Muitas bibliotecas, especialmente as públicas, enfrentam limitações financeiras ou dificuldades estruturais, sobretudo quando estão instaladas em prédios históricos protegidos como patrimônio cultural, o que restringe modificações.

Embora existam diversas normas e diretrizes voltadas para atender às necessidades de pessoas com deficiência, a transformação de espaços bibliotecários para torná-los mais inclusivos exige um planejamento cuidadoso. É fundamental iniciar com medidas simples e de baixo custo, com o objetivo de ampliar e melhorar as possibilidades oferecidas a essas pessoas, segundo explicam Gomes *et al.*, (2023, p.39):

Existe, portanto, um número vasto de normas, orientações e critérios para atender pessoas com deficiência. As bibliotecas podem, em seu planejamento, contemplar medidas para tornar seus espaços mais inclusivos e acessíveis. Acreditamos que isso não ocorra da noite para o dia, mas é necessário começar adotando algumas medidas relativamente simples e de baixo custo.

Apesar dos avanços, as barreiras arquitetônicas e sociais ainda são frequentes, especialmente em edifícios antigos e na estrutura de muitas bibliotecas. Historicamente, pessoas com deficiência passaram por diferentes fases: intolerância, invisibilidade, assistencialismo e, atualmente, inclusão. Na fase de inclusão, busca-se remover barreiras através de projetos arquitetônicos, ajustes nos interiores e práticas comunicativas que respeitem as especificidades de pessoas com deficiência física, sensorial, intelectual e mental (Gomes *et al.*, 2023).

A acessibilidade, objeto que tem por pretensão oportunizar capacidades iguais a todos os diferentes, vem ganhando força no atual contexto das bibliotecas. Sendo compreendida como a possibilidade de acessar um lugar, serviço, produto ou informação de maneira segura e autônoma, sem nenhum tipo de barreiras, beneficiando a todas as pessoas, com ou sem deficiência, em todas as fases da vida, ela se torna uma temática imprescindível para todo e qualquer serviço realizado no âmbito das bibliotecas que, embora sendo o equipamento cultural mais popular no país, se vê continuamente desafiada a promover o bem de todas e de todos.

Nesse sentido, as bibliotecas constituem espaços importantíssimos, uma vez que assumem papel preponderante no processo de desenvolvimento de competências em literacia de informação, tanto para o público civil em geral, quanto

para pessoas com deficiência. Quando presentes nos espaços institucionais de ensino, tais como universidades, Institutos Federais e outros, pressupõem-se que a sua utilização seja de alcance de todos os usuários, conforme pontuam Leitão e Viana (2014).

Para que assim, possa contribuir no desenvolvimento das competências e habilidades de informação. Nesse sentido, faz-se necessário que haja apoio ao público usuário a partir da disponibilização dos recursos de informação e através, também, da utilização de equipamentos específicos que facilitem o acesso a esse conteúdo, como bem pontuam Leitão e Viana (2014).

Sob este aspecto ressalta-se a importância de debater a inclusão nas bibliotecas das instituições de ensino, prevendo acessibilidade a estes espaços. Assertiva esta confirmada por Stroparo (2014), que discorre ainda sobre a evolução das ações inclusivas acompanharem parâmetros de acessibilidade. Nesse sentido, o que seria ou não uma biblioteca inclusiva? Como comparar estes locais ao ponto de vislumbrá-los como acessíveis?

Tais reflexões têm sido respondidas a partir das criações legislativas que preconizam avaliação das instituições de ensino, como por exemplo, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 que institui o Sistema Nacional de Avaliação Superior (SINAES) e dá outras providências. Este dispositivo estabelece indicadores de qualidade, complementares entre si, em que todos os aspectos são considerados: ensino, pesquisa, extensão, desempenho dos alunos, gestão da instituição, corpo docente e infraestrutura, entre outros. A biblioteca universitária enquanto componente e de uma Instituição de Ensino Superior (IES), também se apresenta também como objetivo da avaliação de qualidade.

O citado documento dispõe das referências de acessibilidade na educação superior e a avaliação *in loco* do SINAES, “A relevância desse sistema se dá à medida que os resultados obtidos possibilitam avaliar a eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social de cada instituição; formular e (re)dimensionar políticas públicas [...]” (Brasil, 2013, p.3). O mesmo documento que orienta essa avaliação reitera que para fins de análise, a acessibilidade é tratada a partir da dimensão “[...] atitudinal, arquitetônica, metodológica, programática, instrumental, nos transportes, nas comunicações e digital” (*Ibid*, p. 7).

Com isto, se compreende que para que a biblioteca seja de fato, um espaço para todos, é necessário incorporar a sua prática cotidiana elementos da

acessibilidade e da inclusão de pessoas com deficiência, que por sua vez se configuram também como parâmetros de avaliação da qualidade da biblioteca em uma instituição de ensino superior.

A existência de tais dispositivos é destacada no pensamento de Ribeiro (2016) quando expõe que o espaço institucional de ensino precisa ser um local para todos. A biblioteca é configurada como um espaço multifacetado, tida como lugar de preservação e acesso à memória, cultura, educação, informação e conhecimento.

Em se tratando de instituição educacional a biblioteca ganha um papel fundamental: é um lugar de protagonismo no que concerne o desenvolvimento da intelectualidade, avanços informacionais, competências acadêmicas e, conforme dispõe Guerra (2019), a biblioteca é um instrumento produtor de efeitos intelectuais. Sua grandiosidade não se limita apenas às palavras em registros livrescos, mas do domínio da memória escrita.

Os acervos, ali presentes, com significações políticas, poéticas, históricas, verdadeiros instrumentos de poder, precisam ser acessíveis a todo e qualquer usuário. Ribeiro (2016) chama atenção também, para o fato da mediação entre o usuário e a informação, nessa relação de promoção de saber. Saberes estes, que incidirá na atuação intelectual dos sujeitos, nos processos ensino-aprendizagem e de autoaprendizagem.

O diálogo entre a biblioteca em ambiente educacional amplia a disseminação de informação, fomentando a potencialidade crítica e intelectual. De fato, é um suporte informacional, que complementa as atividades curriculares, facilita a pesquisa científica, aprimora a aquisição de saberes. Interrelaciona-se com o contínuo crescimento humano e social, em especial às minorias, como estudantes com deficiência, considerando algumas limitações em relação aos demais alunos sem deficiência (Ribeiro, 2016).

O movimento de inclusão social objetiva a construção de uma sociedade para todas as pessoas, e por isto é norteado por fatores que contribuem para a celebração das diferenças; direito de pertencer; valorização da diversidade humana; solidariedade humanitária; igual importância das minorias; cidadania com qualidade de vida (Sasaki, 2009). Sendo assim, reflete-se sobre como é possível compreender as políticas inclusivas enquanto elementos de rompimento das barreiras de desigualdade com vistas a garantir oportunidades de acesso aos direitos com dignidade.

A concepção dialógica entre os parâmetros de acessibilidade e as bibliotecas universitárias, surge exatamente a partir do momento em que estes, são incorporados à biblioteca e toda estrutura como fatores orientadores para uma gestão mais democrática, e, conseqüentemente para o planejamento de uma unidade de informação mais inclusiva. A transversalidade dos aspectos da acessibilidade é utilizada como critérios de avaliação da biblioteca universitária, posto que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), exerce a atividade de avaliação, regulação e supervisão das instituições e dos cursos superiores que compõem o sistema público de ensino. Esta, por sua vez, tenciona promover a qualidade na oferta da educação superior com base na legislação vigente. (Brasil, 2006)

No contexto da biblioteca, Almeida (2011, p. 12) afirma que “avaliar é atribuir valor, julgar mérito e relevância e medir o grau de eficiência e eficácia e o impacto causado pelas ações de determinada organização ou pela implementação de políticas, programas e projetos de informação.” Com isso, é relevante considerar que os processos de avaliação de uma unidade informacional apontam uma ampla possibilidade de alinhar seu atendimento com os parâmetros de excelência estabelecidos por exames dessa natureza. Essa perspectiva está diretamente relacionada aos fundamentos da Organização e Administração de Bibliotecas, uma vez que a avaliação sistemática dos serviços e recursos contribui para o aprimoramento da gestão, do planejamento estratégico e da qualidade informacional. Segundo Fonseca (2005), a avaliação é um instrumento indispensável na tomada de decisões administrativas, pois fornece indicadores de desempenho e eficiência. Complementando essa visão, Lancaster (1996) destaca que a avaliação contínua é parte integrante da gestão de bibliotecas, sendo essencial para garantir a relevância e o alinhamento das ações com as demandas da comunidade usuária. Dessa forma, o processo avaliativo se consolida como uma ferramenta estratégica para a administração bibliotecária orientada para resultados.

Nesse sentido, a variedade de demandas e comportamentos informacionais, exigem da biblioteca e seus requeridos profissionais competências que se alinhem aos ideais propostos pela instituição na qual essa está alocada. No panorama em que a biblioteca universitária também se apresenta como uma organização social é importante elucidar o seu papel no processo de democratização do acesso à

informação e conseqüentemente ao conhecimento, para o quê se considerou os ensinamentos de Maciel e Mendonça (2006).

A propósito, nessa ótica, mais que em todas as instâncias, se percebe a macro contribuição da biblioteca como agente de transformação social. Diante dessa importante mudança do paradigma educacional, a chegada desse novo perfil de discentes às universidades, marca o início de um momento desafiador para as unidades de informação, uma vez que, emerge nesse contexto não tão somente novas demandas, mas, demandas específicas por informação. (Tarapanoff, 1982)

Ao acolher alunos com deficiência no ambiente da biblioteca, acolhe-se também a missão de promover a acessibilidade dos espaços de conhecimento. As instituições sem fins lucrativos, como é o caso das bibliotecas universitárias públicas, existem por causa da sua responsabilidade, na qual se tem como objetivo fazer a diferença na sociedade na vida dos indivíduos (Ribeiro, 2016).

Na qualidade de organização do conhecimento a biblioteca universitária possui informações e conhecimentos que a tornam bem-informada e capaz de percepção e discernimento. Isso lhe confere assim uma vantagem, que lhe possibilita agir com inteligência, criatividade e, ocasionalmente, com esperteza para alcançar seus objetivos e atender as demandas de seus clientes, para Ribeiro (2016).

Com isto, compreende-se que a biblioteca (enquanto agente transformador da realidade) é dotada de capacidade intelectual e metodológica para promover a universalização do acesso ao conhecimento. Subjacente à concepção de biblioteca para todos está o ideal proposto pelo desenho universal. Neste, o design dos serviços, produtos e edificações oferecidos ao meio social devem estar acessíveis a toda diversidade humana. No entanto, nem todos esses espaços se apresentam inclusivos aos usuários com deficiência, ainda há muitas barreiras de acessibilidades nas bibliotecas das instituições de ensino, sejam elas de institutos federais da educação básica, técnico e até do ensino superior, dificultando, portanto, a autonomia dessas pessoas, segundo conta (Abreu; Diniz, 2023). Essas autoras se valeram dos critérios do CENSUP para estudar acerca da inclusão nas bibliotecas do IFMA, destacando-os como parâmetros para estudos de acessibilidade.

3 METODOLOGIA

As sociedades humanas têm historicamente buscado compreender o mundo e desvendar os fenômenos que explicam os elementos que as cercam. Essa busca por saberes e conhecimentos configura-se como um processo fundamental para a sobrevivência, como aponta Gil (2008). Nesse contexto, a investigação dos fenômenos contribui diretamente para a aquisição de conhecimentos, culminando no desenvolvimento e na consolidação da ciência.

Fachin (2006) ao definir ciência a descreve como um processo para alcançar respostas e verdades, que se caracteriza ainda pelas resoluções de problemáticas diversas. Segundo este autor, para que assim seja concebida, a ciência é desenvolvida pela articulação de métodos que possibilitam explicar fenômenos de forma legítima.

Seguindo esse pensamento, Marconi e Lakatos (2017) complementam que o método científico é uma espécie de um saber produzido com base no raciocínio lógico, que se conecta à prática de investigação e observação, envolvendo técnicas sistemáticas. Dessa forma, o método científico assume um papel fundamental na produção do conhecimento, ao proporcionar instrumentos que permitem organizar, sistematizar e validar informações, tornando-as aplicáveis em diversos contextos.

Para Prodanov e Freitas (2013), o método científico não é apenas uma sequência de etapas a serem seguidas, mas também um processo contínuo de reflexão, construção e reconstrução do saber, possibilitando uma compreensão mais aprofundada da realidade investigada. Assim, a ciência avança ao integrar teoria e prática, fundamentando-se em metodologias que garantam a coerência e a credibilidade das descobertas realizadas.

Nesse sentido, é necessário reconhecer que o processo científico não ocorre de forma isolada, mas é influenciado pelo contexto histórico, cultural e social em que está inserido. Fachin (2006) argumenta que o desenvolvimento da ciência é marcado por paradigmas que moldam a maneira como os fenômenos são interpretados e compreendidos em diferentes épocas. Dessa forma, a escolha de métodos e abordagens em uma pesquisa está intimamente ligada ao paradigma predominante e aos objetivos específicos do estudo, exigindo do pesquisador uma postura crítica e reflexiva.

Portanto, conforme Gil (2008), a metodologia de um trabalho científico deve ser cuidadosamente planejada, considerando não apenas os métodos mais adequados para alcançar os objetivos propostos, mas também os limites e desafios inerentes à investigação. A definição de estratégias metodológicas, como a adoção de abordagens e métodos, reflete o compromisso do pesquisador em explorar os fenômenos de maneira ética, rigorosa e consistente. Esse compromisso é fundamental para que os resultados obtidos contribuam significativamente para a ampliação do conhecimento e para a transformação da realidade social.

3.1 Tipo de pesquisa

Escolheu-se como metodologia, quanto aos fins, a pesquisa exploratória; e na abordagem, a qualiquantitativa, que, segundo Marconi e Lakatos (2017), trata-se de um enfoque metodológico que combina aspectos da pesquisa qualitativa e quantitativa, permitindo uma análise mais abrangente e integrada dos fenômenos estudados.

Essa estratégia metodológica busca potencializar as vantagens de ambas as metodologias, favorecendo uma compreensão aprofundada e uma análise mais precisa dos dados coletados. Nesse contexto, Prodanov e Freitas (2013, p. 70) argumentam que, na abordagem qualitativa, “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”. Alinhando-se a essa perspectiva, Gil (2008) destaca que a abordagem qualitativa privilegia a análise subjetiva dos fenômenos.

Por outro lado, no que diz respeito à abordagem quantitativa, os mesmos autores indicam que “tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 69). Complementando essa definição, Gil (2008) a descreve como aquela que se concentra na investigação de dados numéricos.

Diante dessas considerações, a pesquisa aqui proposta adota uma abordagem mista, qualitativa e quantitativa, como estratégia metodológica para a análise dos dados, a fim de se entender o objeto de estudo, que no caso em tela, é discutir sobre a acessibilidade dessas bibliotecas.

Como toda pesquisa precisa estar organizada e devidamente estruturada para se configurar artefato científico idôneo e cada passo, característica e forma de

desenvolvê-la é fundamental para se alcançar os objetivos traçados, ressalta-se, que este trabalho se apoiou em pesquisa bibliográfica, caracterizada por Severino (2013) como aquela desenvolvida em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Sendo assim, este trabalho utilizou-se do artefato teórico de autores como Sassaki (2009); Chahini (2016); Santos, Diniz e Fernandes (2017); Nogueira, Vahl e Willis (2019); Gomes *et al.* (2023), entre outros, para explanar sobre acessibilidade e acessibilidade nas bibliotecas.

Utilizou-se ainda a bibliografia de Mazzotta (2001), Mantoan (2019), Ainscow (2009), Jannuzi (2012), Chahini (2012), entre outros para versar sobre a Educação Especial Inclusiva.

Para melhor explanar sobre os institutos federais a bibliografia de Ferreira (2020), Pacheco (2010), Cunha (2005), Pereira e Sobrinho (2009) e os dispositivos que organizaram as criações e expansões dos IF (Brasil, 2005; Brasil, 2008), foram determinantes para ampliar o entendimento sobre o contexto.

A bibliografia elencada virtualmente foi extraída de bases de dados já consolidadas no meio científico, como o *Scielo*, Google Acadêmico e Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações, encontradas a partir do uso de descritores, ou seja, expressões-chave, como por exemplo: “biblioteca e acessibilidade”, “acessibilidade nos institutos federais”, “biblioteca e inclusão”, “acessibilidade no IFMA”, “biblioteca universitária”.

Esta investigação se constitui também por pesquisa documental descrita por Gil (2008) como aquela que se organiza pela coleta de dados em fontes primárias, como documentos escritos ou não, pertencentes a arquivos públicos; arquivos particulares de instituições e domicílios, e fontes estatísticas. Este tipo de pesquisa demanda atenção às fontes utilizadas, prezando pela qualidade das fontes utilizadas, pois o uso de dados equivocados reproduz ou, mesmo, amplia seus erros.

Para esta pesquisa, elencou-se os principais dispositivos legais vigente no Brasil que discorrem sobre as políticas educativas e inclusivas, a saber, (Brasil, 1996; Brasil, 2004, Brasil, 2015), entre outros; e utilizou-se os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), disponibilizado no site do órgão, referente às repostas dos quesitos sobre acessibilidade do CENSUP que são enviados anualmente ao INEP. Essa coleta de dados virtual nas bibliotecas é feita

através de um questionário estruturado disponível em um site⁶. Esse questionário⁷ foca na acessibilidade e no atendimento às Pessoas com Deficiência (PCD). Após o preenchimento, as respostas são enviadas automaticamente para o setor responsável na instituição, que encaminha os dados ao INEP.

3.2 Delineamento da pesquisa documental

Conforme descrito, a pesquisa documental demanda seriedade e organização com a qualidade da fonte, sendo assim, escolheu-se o recorte temporário do ano de 2014 a 2023, do CENSUP, aplicado pelo INEP, pois 2014 foi o ano em que o Censo da Educação Superior começou a avaliar o quesito acessibilidade. Em 2013, ocorreu uma reunião técnica entre representantes da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU) e técnicos do INEP, para realizar a revisão dos quesitos que compõem os módulos “biblioteca e informações adicionais”, e então a partir desse momento, o Censo passou por alterações em atender às exigências da lei no que diz respeito à acessibilidade.

De forma detalhada, nas figuras 8, 9 e 10, a seguir, apresenta-se o recorte do questionário utilizado, como parâmetro para a investigação aqui proposta. Trata-se do Censo da Educação Superior, uma pesquisa estatística realizada anualmente pelo INEP em articulação com as Instituições de Educação Superior (IES) que oferecem cursos de graduação no Brasil, sendo obrigatória aos estabelecimentos públicos e privados, conforme determina o art. 4º do Decreto nº 6.425/2008.

Os dados são coletados exclusivamente pela internet, utilizando o Sistema do Censo da Educação Superior. Todas as instituições de ensino superior no Brasil, tanto públicas quanto privadas, são obrigadas a registrar as informações no sistema. Neste, ocorre o tratamento dos dados automaticamente e disponibilizado os resultados com os dados assim tratados ao público no site do INEP.

Torna-se ainda essencial mencionar que foi utilizada a Norma NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) como parâmetros de exigências

⁶ <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>

⁷ Modelo do questionário:

https://download.inep.gov.br/pesquisas_estatisticas_indicadores_educacionais/censo_da_educacao_superior/orientacoes/modulo_ies_2023.pdf

e plataformas acessíveis, plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico); e ferramentas e serviços de suporte (leitores de tela, serviços de impressão em Braille, teclado virtual). Os seus parâmetros serão então considerados como variáveis desta pesquisa e são apresentados na Tabela 1 que segue.

Tabela 1: Lista dos parâmetros investigados no CENSUP de 2014 a 2023 pelo INEP.

ÍTEM	VARIÁVEIS	
1.	Oferece e Disponibiliza	Condições de acessibilidade
2.	Acessibilidade comunicacional	a) Atendimento em Libras
3.	Recursos de acessibilidade arquitetônica ou física	b) Sinalização tátil; c) Rampa de acesso com corrimão; d) Entrada/Saída com vão livre acessível para a circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida; e) Ambientes acessíveis para a movimentação/deslocamento/circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida; f) Bebedouros acessíveis. Sinalização sonora; g) Sinalização visual. Equipamento eletromecânico; h) Banheiros e lavabos acessíveis. Espaço para atendimento acessível; e i) Mobiliário acessível.
4.	Acessibilidade de conteúdo	a) Sinalização tátil; b) Acervo em formato acessível para pessoas com deficiência visual (cegueira e baixa visão); c) Sítios, plataformas e programas acessíveis para que pessoas com deficiência naveguem e utilizem os serviços oferecidos com autonomia; e d) Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em formato acessível.
5.	Acessibilidade tecnológica	a) Leitores de tela para pessoas com deficiência visual (cegueira e baixa visão); b) Serviços de impressão em Braille; c) Teclado virtual.

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

3.3 Universo da pesquisa

O universo da pesquisa se constituiu dos dados sobre acessibilidade das 23 bibliotecas do IFMA, situada cada uma em diferentes campi da instituição, e a amostra foi composta das respostas dos dados do INEP, a partir da aplicação do questionário

do CENSUP 2014 a 2023, uma vez que esse censo, realizado anualmente, solicita informações relativas ao ano anterior à sua realização.

As bibliotecas investigadas se tratam das 23 bibliotecas nos *campi* do IFMA que possuem ensino superior, as quais atendem os cursos desses respectivos espaços, sendo elas localizadas nas regiões maranhenses de Açailândia; Alcântara; Bacabal; Barreirinhas; Barra do Corda; Buriticupu; Caxias; Centro Histórico; Coelho Neto; Codó; Grajaú; Imperatriz; Maracanã; Monte Castelo; Pedreiras; Pinheiro; Santa Inês; São João dos Patos; São José de Ribamar; São Raimundo das Mangabeiras; Timon; Viana e Zé Doca.

A seguir, ilustrou-se na tabela 2 a identificação das bibliotecas e suas respectivas localizações em cada campus. Embora o IFMA tenha atualmente 30 campi ativos, apenas 23 deles contam com bibliotecas.

Tabela 2: Lista das bibliotecas do IFMA analisadas

ÍTEM	LOCALIZAÇÃO DO CAMPUS / CIDADE	NOME DAS BIBLIOTECAS
1.	Açailândia	Biblioteca IFMA Campus Açailândia
2.	Alcântara	Biblioteca Moacyr Melquiades Brito Amorim
3.	Bacabal	Biblioteca IFMA Bacabal
4.	Barra do Corda	Biblioteca Maranhão Sobrinho
5.	Barreirinhas	Biblioteca IFMA Barreirinhas
6.	Buriticupu	Biblioteca Chico Mendes
7.	Caxias	Biblioteca Professor Luís Queirós
8.	Centro Histórico / São Luís	Biblioteca Matilde Carvalho
9.	Codó	Biblioteca IFMA Campus Codó
10.	Coelho Neto	Biblioteca Antônio Nonato Sampaio
11.	Grajaú	Biblioteca João Renôr Ferreira de Carvalho
12.	Imperatriz	Biblioteca Josué Montello - Imperatriz
13.	Maracanã / São Luís	Biblioteca Jose Murilo de Souza Muniz
14.	Monte Castelo / São Luís	Biblioteca Tebyreca de Oliveira
15.	Pedreiras	Biblioteca João do Vale
16.	Pinheiro	Domingos de Castro Perdigão
17.	Santa Inês	Biblioteca Aluísio Azevedo
18.	São João dos Patos	Biblioteca IFMA Campus São João dos Patos
19.	São José de Ribamar	Biblioteca Maria Firmina dos Reis
20.	São Raimundo das Mangabeiras	Biblioteca Ministro Raimundo Carreiro
21.	Timon	Biblioteca Aurélio de Brito
22.	Viana	Biblioteca Sinézia Pereira Cutrim de Jesus
23.	Zé Doca	Biblioteca Machado de Assis

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

3.4 Lócus da pesquisa: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA

Como instituição pública, promotora de educação superior, básica e profissional, o IFMA se faz presente em quase trinta cidades do Maranhão, com campi, centro de referência e campi avançados, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos humanos, técnicos e tecnológicos. (IFMA, 2019).

O IFMA é uma instituição pública, gratuita de educação superior, básica, profissional e pluricurricular, com atuação no estado do Maranhão, que possui autonomia financeira, administrativa, patrimonial, disciplinar e didático-pedagógica. Foi criado pela Lei no 11.89//2, de 29 de dezembro de 2008, a partir da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (CEFET) e das Escolas Agrotécnicas Federais de Codó, São Luís e São Raimundo das Mangabeira. (IFMA, 2019).

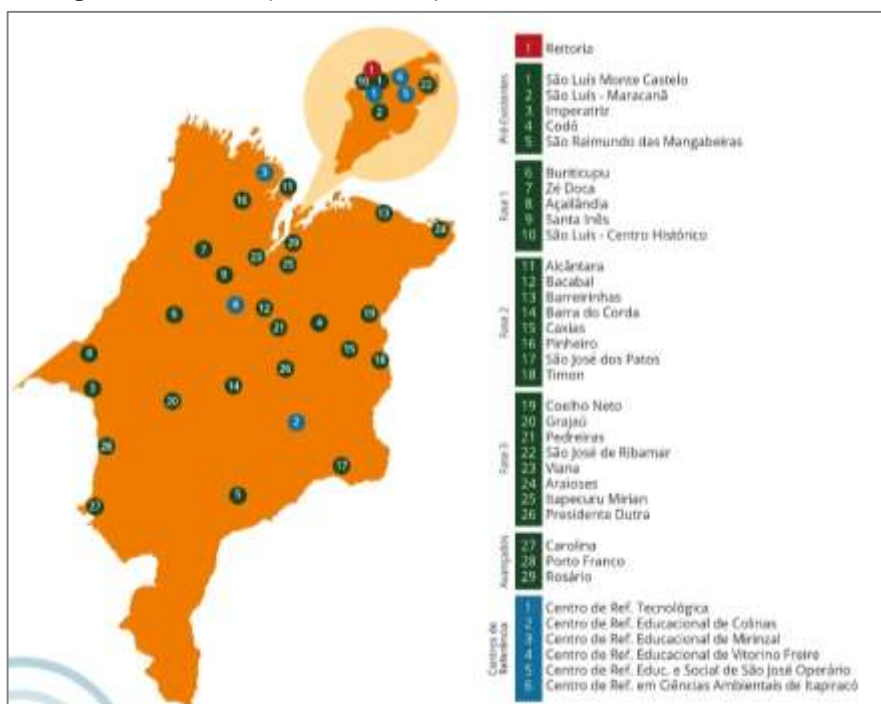
Dispõe de uma organização composta por 30 (trinta) campi: Reitoria, São Luís-Monte Castelo; São Luís – Maracanã; São Luís - Centro Histórico, Codó, Imperatriz, Zé Doca, Buriticupu, Açailândia, Santa Inês, Caxias, Timon, Barreirinhas, São Raimundo das Mangabeiras, Bacabal, Presidente Dutra, Viana, Barra do Corda, São João dos Patos, Pinheiro, Alcântara, Coelho Neto, Pedreiras, Grajaú, São José de Ribamar, Araisos, Itapecuru Mirim, Carolina (Campus Avançado), Rosário (Campus Avançado), Porto Franco (Campus Avançado), que ofertam educação profissional e tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, por meio do ensino presencial e a distância. Como parte de sua estrutura pedagógica e administrativa, possui ainda, um Centro de Referência Tecnológica, um Centro de Pesquisas Avançadas em Ciências Ambientais, um Centro de Referência Tecnológica, três Centros de Referências Educacional, quinze Polos de Educação a Distância UAB e trinta e oito Polos Institucionais, como mostrado na figura 11.

Além da oferta de cursos técnicos integrados, subsequentes e concomitantes ao Ensino Médio, o IFMA também disponibiliza graduações e pós-graduações lato e stricto sensu, atendendo às demandas do setor produtivo e da sociedade maranhense. A instituição se destaca na promoção da pesquisa, inovação e extensão, incentivando projetos interdisciplinares e parcerias com empresas, órgãos públicos e

organizações sociais. Dessa forma, busca não apenas a formação de profissionais qualificados, mas também a geração de conhecimento e desenvolvimento regional.

O compromisso do IFMA com a inclusão e a diversidade reflete-se em políticas institucionais voltadas à acessibilidade, assistência estudantil e programas específicos para grupos em situação de vulnerabilidade. A instituição também investe na capacitação contínua de seus docentes e técnicos administrativos, promovendo cursos, seminários e eventos acadêmicos que fortalecem a qualidade do ensino. Por meio dessas ações, o IFMA reafirma sua missão de oferecer educação pública, gratuita e de excelência, alinhada às transformações tecnológicas e sociais contemporâneas.

Figura 11 - Municípios com campi do Instituto Federal do Maranhão



Fonte: PDI 2019 – 2023 (IFMA, 2019)

Como observado, trata-se de uma instituição pública e gratuita de educação básica, profissional e superior, de forma presencial e à distância, tendo cursos técnicos, tecnológicos, licenciaturas, bacharelados, pós-graduação lato e stricto sensu.

É uma instituição de ensino que tem se destacado de forma favorável no cenário educacional brasileiro. Com uma abordagem inclusiva e inovadora, o IFMA

tem desempenhado um papel fundamental na formação de profissionais qualificados e na promoção do desenvolvimento socioeconômico da região.

Demarca-se ainda que o IFMA se destaca pela sua oferta de cursos alinhados com as demandas do mercado de trabalho e com as necessidades locais. Os cursos técnicos, tecnológicos e de graduação são desenvolvidos em estreita colaboração com empresas e instituições parceiras, garantindo que os alunos adquiram as competências e habilidades necessárias para atuar com sucesso em suas áreas de atuação.

Outro aspecto relevante a ser mencionado diz respeito ao selo IFMA afirmativo, um projeto institucional que foi incluído no âmbito do planejamento estratégico institucional, que visa desenvolver ações que garantam a inclusão em todas as dimensões. O projeto selo de certificação em políticas de ação afirmativa atende diretamente aos objetivos traçados no mapa estratégico: Cidadão críticos e qualificados para o mundo do trabalho;

Destaca-se, nesse projeto a Parceria com o Instituto Benjamin Constant para capacitação de servidores no desenvolvimento de materiais e equipamentos para tecnologia assistiva; convênio com o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES; Estudo para oferta de Pós-Graduação, à nível de especialização, em Atendimento Educacional Especializado (AEE) como ferramenta para a educação inclusiva. De acordo com informações do Instituto⁸ busca-se a partir deste selo, mobilizar a rede IFMA no sentido de assegurar a implantação e/ou implementação das políticas e ações afirmativas educacionais propostas nas diretrizes curriculares educacionais para a educação em direitos humanos e demais legislações afins – Certificar os campi que melhor implementarem anualmente essas políticas (IFMA, 2022).

O projeto IFMA Afirmativo tem mobilizado o Instituto Federal para assegurar a implantação das políticas de ações afirmativas educacionais propostas nas diretrizes curriculares. Em 2019, o Conselho Superior da instituição aprovou a política institucional de ações afirmativas, por meio da Resolução nº 035, tendo, como um de seus princípios, o direito à educação inclusiva, em ambiente adequado.

⁸ Disponível em: <https://planejamentoestrategico.ifma.edu.br/rae-5o-ciclo-selo-ifma-afirmativo/>.

Para fomentar e acompanhar o acolhimento, a permanência e o êxito dos discentes, na perspectiva de garantir a formação integral e desenvolver as suas potencialidades, o IFMA possui ainda o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), para a adequada execução das políticas educacionais no âmbito da Instituição, adotando ações necessárias ao desenvolvimento do processo educativo e à qualidade do curso.

A educação inclusiva na educação remete à valorização do direito de todos à educação. Nestas ações são previstas a adoção de políticas públicas capazes de atender às diversas necessidades educacionais, valorizando a singularidade como condição indispensável à construção da sociedade.

No tocante às perspectivas de um ensino mais inclusivo o IFMA tem investido na formação continuada de seus docentes e técnicos administrativos, promovendo cursos e capacitações voltados ao atendimento de estudantes com necessidades educacionais específicas. Essas iniciativas incluem o ensino de Libras, produção de materiais acessíveis e metodologias pedagógicas inclusivas, garantindo que a aprendizagem seja acessível a todos. A instituição também busca parcerias com entidades especializadas para aprimorar suas práticas inclusivas e ampliar a oferta de recursos de acessibilidade em seus diversos campi.

Outro aspecto relevante é o compromisso do IFMA com a acessibilidade física e tecnológica em suas unidades. O Instituto tem buscado implementar adaptações estruturais, como rampas, elevadores e sinalização tátil, além de disponibilizar tecnologias assistivas que favorecem a participação ativa dos estudantes com deficiência, todavia, muito embora essas ações reforcem a missão institucional de promover uma educação equitativa e de qualidade, alinhada aos princípios da inclusão e do respeito à diversidade, muitas lacunas podem ainda ser destacadas na instituição, como se discutirá na seção a seguir.

3.5 O produto Educacional

O produto educacional fruto da pesquisa foi um guia de orientações intitulado “Guia de boas práticas inclusivas para uma biblioteca universitária inclusiva”. Elaborou-se este guia objetivando sugerir boas práticas para que os alunos com deficiência possam ser acolhidos, mas sobretudo, utilizarem os serviços ali oferecidos.

O guia (figura 12, 13 e 14) conta além da parte introdutória e conclusiva, com quatro capítulos. Sendo o primeiro intitulado “Acessibilidade-dimensões conceituais”, no qual descreveu-se definições importantes das terminologias e como sua aplicação em ambientes públicos oportuniza inclusão.

Figura 12: Imagem da capa do Guia de boas práticas inclusivas



Fonte: Criação da autora em janeiro de 2025

Figura 13: Imagem da apresentação e sumário do Guia de boas práticas inclusivas



Fonte: Criação da autora em janeiro de 2025

Figura 14: Imagem da apresentação e sumário do Guia de boas práticas inclusivas



Fonte: Criação da autora em janeiro de 2025

No capítulo segundo intitulado “Educação Especial Inclusiva”, explanou-se além dos conceitos teóricos e legais, acerca da importância de permitir acesso

equitativo aos estudantes na esfera escolar, especialmente em espaços os quais o conhecimento é um direito.

No terceiro capítulo, “Biblioteca espaço do saber”, descreveu-se sobre a importância e a dimensão da biblioteca à formação humana e como ela precisa manter dimensões de acessibilidades, considerando para além de sua função informacional, seu papel inclusivo.

No capítulo quarto “Sugestões para boas práticas inclusivas nas bibliotecas”, elencou-se além de dicas, links e sugestões de canais que contribuem na construção de um ambiente mais inclusivo.

Diante do exposto, reforça-se a relevância da informação como um direito fundamental de todo cidadão, especialmente daqueles com deficiência, cuja inclusão nos espaços de conhecimento deve ser garantida de forma equitativa. As bibliotecas, como ambientes de formação e difusão do saber, precisam estar alinhadas aos princípios da acessibilidade, permitindo que todos os estudantes usufruam de seus recursos de maneira plena.

Este guia, ao apresentar conceitos fundamentais e sugestões práticas, busca contribuir para a construção de uma realidade educacional mais inclusiva, em que a informação seja verdadeiramente acessível a todos, promovendo autonomia, pertencimento e desenvolvimento social.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Entendeu-se pertinente nesse primeiro momento realizar um levantamento de estudos que versam sobre a temática, aqui proposta, para que se tivesse uma dimensão de como a problemática vem sendo tratada em âmbito nacional. Sendo assim, organizou-se nesta seção um recorte de algumas pesquisas que buscaram investigar a acessibilidade nas bibliotecas dos institutos federais do Brasil e em Universidade Federais, num espaço temporal de quatro anos, recorte temporal este escolhido por se situar no pós-pandemia.

4.1 Um percurso pela temática em tempos atuais: Estado da Arte

Os estudos elencados foram retirados das bases de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); *Scielo*; e Google Acadêmico, encontrados a partir dos descritores: “avaliação”, “acessibilidade”, “bibliotecas IFMA”, “condições de acessibilidade”, “censo da educação superior” e “bibliotecas universitárias”.

Vale mencionar que outros estudos foram encontrados, mas fora do espaço de tempo de quatro anos e alguns não debatiam a temática no contexto das bibliotecas universitárias como foco, por isso, selecionou-se estes descritos na tabela 3. Sob este aspecto demarca-se ainda que houve certa escassez de estudos sobre a temática, isto é, ainda se tem inexpressivos estudos que debatem diretamente a acessibilidade nas bibliotecas do IFMA.

Dito isto, ilustrou-se na tabela 3 os estudos encontrados com os autores e ano de publicação, título da pesquisa, objetivo, metodologia utilizada e os resultados obtidos, conforme se observa a seguir:

Tabela 3: Estudos que abordam acessibilidade nas bibliotecas dos IF e IES Federais

AUTOR/ANO	TÍTULO	OBJETIVO	METODOLOGIA	RESULTADOS
Ramos; Biff (2023)	Avaliação das condições de acessibilidade e inclusão da biblioteca do IFSul ⁹ - Campus Sapucaia do Sul: projeto Biblioteca Acessível.	Avaliar as condições de acessibilidade e inclusão da biblioteca do Instituto Federal Sul-rio-grandense - Campus Sapucaia do Sul para o atendimento de pessoas com deficiência.	Pesquisa exploratória de cunho descritivo, e de abordagem mista, por meio de revisão de literatura e pesquisa de campo.	Biblioteca parcialmente acessível.
Abreu; Diniz (2023)	Quesitos do censo da educação superior como parâmetros para políticas de inclusão em bibliotecas: estudo de caso do Instituto Federal do Maranhão.	Oferecer um panorama da situação da acessibilidade nas bibliotecas do IFMA da ótica do CENSUP 2023.	Estudo de caso quantitativo, apoiado por pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com fins descritivos.	Há necessidade de mais recursos de acessibilidade e a possibilidade de quesitos do Censo serem adotados como parâmetros úteis para nortear políticas de inclusão para as bibliotecas universitárias.
Barbosa; Carvalho (2022)	Acessibilidade nas bibliotecas do Instituto Federal de Sergipe: diagnóstico para alcançar acessibilidade física e informacional.	Propor uma possível transformação nos ambientes informacionais dessa instituição.	Estudo de caso	Inferiram que a maioria das bibliotecas não atende às normas da ABNT, bem como as leis correspondentes à acessibilidade em bibliotecas.
Stroparo; Moreira (2021)	Bibliotecas universitárias federais brasileiras: acessibilidade/avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)	Avaliar as políticas públicas de inclusão efetivadas em bibliotecas universitárias e as questões avaliativas pertinentes à acessibilidade.	Pesquisa de campo (questionários)	Inclusão dos estudantes com deficiência nas bibliotecas universitárias e as práticas avaliativas atuais ainda os excluem; Condições de acessibilidade e inclusão nas bibliotecas universitárias são inadequadas.

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

⁹ IFSul é outra forma de abreviação utilizada para "Instituto Federal"

O estudo de Ramos e Biff (2023) que investigou o IFSul, avaliou a partir de uma pesquisa de campo exploratória as instalações da biblioteca, contemplando acervos, serviços, equipe e espaço físico e digital. Foi utilizado como instrumento de coleta de dados um roteiro de diagnóstico, elaborado com base no instrumento de avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas, disponibilizado pela Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários (FBAB, 2018) e a partir do que preconizam a NBR 9050/2020 e NBR 15599/2008.

A pesquisa contou com 302 itens verificados. Entre as categorias de acessibilidade foi avaliado a arquitetônica, comunicacional, informacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. A análise dos dados destacou os aspectos positivos e negativos de cada categoria analisada, com base no aporte teórico e metodológico utilizado pelas autoras (Ramos; Biff, 2023).

O resultado deste estudo apontou que a acessibilidade arquitetônica é parcialmente inclusiva no IFSul, com fragilidades na manutenção do piso parquet nas áreas em que não está bem fixado e da calçada ao redor da instituição, com sinalização referente aos desníveis e interferências (Ramos; Biff, 2023).

Sobre a acessibilidade comunicacional, a biblioteca do IFSul - Campus Sapucaia do Sul não apresentou uma comunicação inclusiva, sendo relevante a confecção de piso tátil, o estabelecimento de rotas acessíveis e melhor identificação das obras acessíveis nas estantes, além da disponibilização de informações em braille para os usuários cegos ou com baixa visão (Ramos; Biff, 2023).

Houve ainda inacessibilidade informacional, instrumental e metodológica. As autoras entenderam relevante renovar as ações inclusivas no espaço investigado, constatando por fim, que a inclusão ainda se mostrava parcialmente satisfatória (Ramos; Biff, 2023).

No tocante à pesquisa de Abreu e Diniz (2023), foi um estudo de caso quantitativo, documental e de campo, que mostrou o panorama de acessibilidade das bibliotecas do IFMA. As autoras investigaram 23 unidades que ofereciam cursos do ensino superior. Este estudo utilizou como parâmetro de avaliação o CENSUP 2023.

A partir de uma metodologia na qual elaboraram uma planilha no *Google Forms* para levantar as respostas referentes aos quesitos sobre acessibilidade propostos pelo CENSUP 2023, inferiram que “que 15 das 23 possuem condições de acessibilidade e se destaca o quantitativo, das 15, apenas oito bibliotecas possuem atendimento em Libras, entretanto, das sete que disseram não possuir atendimento

em Libras, todos possuem o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas –NAPNE, oferecendo de modo geral esse atendimento” (Abreu; Diniz, 2023, p. 5).

Abreu e Diniz (2023) observaram ainda que há necessidade de mais recursos de acessibilidade e a possibilidade de quesitos do Censo serem adotados como parâmetros úteis para nortear políticas de inclusão para as bibliotecas universitárias.

Outro estudo elencado foi o de Barbosa e Carvalho (2022), que investigou as bibliotecas do Instituto Federal de Sergipe (IFS), buscando fornecer embasamento para a transformação dos espaços das bibliotecas do instituto, adotaram como parâmetros as diretrizes de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e as recomendações do GT Acesso da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB). As autoras realizaram a pesquisa de campo *in loco*, junto aos gestores responsáveis nas bibliotecas do Sistema do Instituto Federal de Sergipe.

O resultado da pesquisa mostrou dados quantitativos e qualitativos gerados a partir do diagnóstico realizado individualmente em cada biblioteca fruto de reuniões com os gestores, bem como, o preenchimento do *checklist* da FEBAB que direciona seus questionamentos a acessibilidade em bibliotecas. Assim, foi possível inferir que a maioria das bibliotecas não atende às normas da ABNT, nem cumpre as exigências das leis correspondentes à acessibilidade em bibliotecas (Barbosa e Carvalho, 2022).

No que se refere ao espaço físico atendem às normas da ABNT as bibliotecas dos campi: Itabaiana, Nossa Senhora do Socorro e Tobias Barreto. Nas bibliotecas avaliadas estão disponíveis parcialmente apenas na biblioteca do campus Lagarto, “com jogos em braille, calculadora para baixa visão, audiolivros, livros em braille, teclado ampliado baixa visão, lupa eletrônica, mouse óptico ergonômico” (Barbosa; Carvalho, 2022, p. 152).

Quanto ao espaçamento mínimo de 0,90m entre as estantes e corredores, todas as bibliotecas atendem a essa norma. No entanto, existem lacunas no tocante aos mecanismos para acessibilidade (física e informacional), incluindo itens tais como: mobiliário não acessível para pessoas com cadeiras de roda, não havia sinalização visual, os materiais bibliográficos não eram acessíveis, não havia equipamentos eletrônicos para pessoas com baixa visão, recursos humanos insuficientes para atender de forma eficaz todos os usuários.

Por fim, até aqui elencados, tem-se os estudos de Stroparo e Moreira (2021) que objetivaram avaliar as políticas públicas de inclusão efetivadas em bibliotecas universitárias e as questões avaliativas pertinentes à acessibilidade. As autoras organizaram a pesquisa por meio de visitas à biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina, biblioteca da Universidade de Brasília e biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Norte por se caracterizarem como referenciais na temática.

O questionário *online* foi enviado a 25 coordenadores de Sistemas de bibliotecas de universidades federais brasileiras e 31 avaliadores do INEP. Também a diretoria de Avaliação de Educação Superior (DAES) e a Coordenadoria Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior do INEP, por meio de entrevista semiestruturada. A análise considerou as categorias; concepção acerca da política de inclusão nas bibliotecas universitárias; acessibilidade física; acessibilidade informacional; acessibilidade nos serviços; acessibilidade atitudinal; avaliação do INEP e política institucional inclusiva (Stroparo; Moreira, 2021).

As autoras inferiram que estudantes com deficiência nas bibliotecas das instituições federais investigadas eram excluídos por práticas que não compreendem a inclusão nesses espaços. Muitas bibliotecas são inadequadas para recebê-los e demandam medidas urgentes que vislumbrem acolhimento no atendimento às especificidades.

Com base nos estudos elencados observou-se que o paradigma da inclusão na educação superior tem sido firmado em direitos fundamentais, orientados por diretrizes nacionais, oriundas de grupos com especificidades que tem reivindicado a implantação de políticas que lhes oportunizem estarem incluídos nos diversos âmbitos das instituições, em busca de mais igualdade social (Stroparo; Moreira, 2021).

Ao se mencionar a inclusão nos espaços da biblioteca, reflete-se em como isto se torna um subsídio e ferramentas para a obstrução de barreiras não apenas nos ambientes físicos, mas também nos virtuais, nos sites, na internet e em outros meios de disponibilização da informação. A biblioteca é ambiente de disseminação de conhecimento, portanto, suprir as necessidades informacionais, eliminar as barreiras de acesso e, possibilitar a igualdade de oportunidade para todos, é reforçar, sobretudo, a conscientização do respeito às diferenças e da construção de práticas acessíveis em sociedade.

4.2 A acessibilidade nas bibliotecas do IFMA: o que dizem os dados do CENSUP de 2014 a 2023

Com base nas amostras dos dados CENSUP, inferiu os seguintes aspectos de acessibilidades comunicacional no recorte temporal de 2014 a 2023, nas bibliotecas do IFMA (tabela 4):

Tabela 4: Distribuição das bibliotecas do IFMA segundo suas respostas quanto a Haver ou não Recursos de Acessibilidade e Atendimento em Libras 2014 a 2023.

ANO	Total de Bibliotecas	Com recursos de acessibilidade	Sem recursos de acessibilidade	Com recurso de acessibilidade e atendimento em libras	Com recurso de acessibilidade e sem atendimento em libras
2014	15	10	05	02	08
2015	16	11	05	04	07
2016	16	13	03	05	08
2017	17	13	04	04	09
2018	18	13	05	05	08
2019	18	15	03	05	10
2020	PANDEMIA				
2021	21	11	10	09	02
2022	21	16	05	10	06
2023	23	15	08	10	05

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

No tocante à acessibilidade comunicacional, parâmetro presente no questionário do CENSUP, a comunicação em Língua Brasileira de Sinais (Libras), foi um dos elementos investigados nas bibliotecas do IFMA. Como mostra a tabela 4, no ano de 2014, eram 15 bibliotecas no total, distribuídas nos campi e, apenas, dez tinham recursos de acessibilidade e cinco dessas investigadas não apresentaram estes recursos. Em se tratando especificamente de acessibilidade em Libras, apenas duas apresentaram recursos, enquanto oito, mesmo tendo outros recursos acessíveis não tinham atendimento em Libras.

É pertinente demarcar que o item “recursos de acessibilidades” expresso na tabela 4 e no decorrer dessa seção diz respeito aos leitores de telas para pessoas com deficiência visual; sítios, plataformas e programas acessíveis para que pessoas com deficiência naveguem e utilizem os serviços oferecidos com autonomia; serviços de impressão em Braille, teclado virtual, acervo em formato acessível para pessoas com deficiência visual (cegueira e baixa visão), entre outros, detalhados mais à frente neste trabalho.

No ano de 2015 e 2016 o número de bibliotecas aumentou para 16 e, enquanto em 2015 havia apenas 11 bibliotecas com acessibilidade, 2015 apresentou-se com 13, e os espaços sem recursos diminuíram de cinco para três, em relação ao ano anterior. Em 2015 houve um aumento no atendimento em Libras, pois de duas bibliotecas com recurso, passa para quatro, aumentando ainda mais em 2016, com cinco espaços acessíveis em Libras. Sobre as bibliotecas com recursos, mas sem atendimento em Libras que em 2014 eram oito, em 2015 apenas sete, volta ao quantitativo de oito no ano de 2016.

Em 2017 o número de bibliotecas passa a ser 17, permanecendo o quantitativo de 13 espaços com recursos de acessibilidade, e quatro locais sem recursos de acessibilidade, aumentando a lacuna para um espaço em relação a 2016, que nesse tópico apontava apenas três bibliotecas. Sobre o atendimento em Libras diminui também um espaço, em relação a 2016, tendo apenas quatro bibliotecas com recursos e atendimento em Libras. E totalizando nove bibliotecas com acessibilidade, mas sem o atendimento em Libras.

O total de bibliotecas no IFMA passa para 18 nos anos de 2018 e 2019. Sendo que o ano de 2019 mostrou um avanço nos recursos de acessibilidades em relação a 2018, diminuindo os espaços sem recursos para apenas três, mantendo o quantitativo de 2018, de apenas cinco bibliotecas com recurso e atendimento em Libras, totalizando dez espaços com recurso e sem atendimento em Libras.

Em decorrência da pandemia de Covid-19, não houve aplicação do questionário em 2020, voltando, portanto, a ser investigado no ano de 2021, ano este que o aumento de bibliotecas passou para 21 unidades. Todavia, os espaços com recursos de acessibilidades diminuíram consideravelmente para 11. O atendimento em Libras era disponibilizado em nove espaços, um número contraditoriamente expressivo, haja vista os anos anteriores terem alcançado apenas cinco nesse tópico,

reverberando em apenas duas bibliotecas em 2021 que não possuíam atendimento em Libras.

Em se tratando desse parâmetro da acessibilidade comunicacional, o ano de 2021 mostrou um avanço significativo, especialmente, para estudantes surdos, pela presença do recurso de atendimento em Libras, consoante ao colocado pela LBI, que entre outras coisas, preconiza “oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação” (Brasil, Art. 27).

O ano de 2022 permanece com 21 bibliotecas, aumenta também os recursos de acessibilidade para 16, um quantitativo significativo comparando os anos anteriores. Consegue diminuir os espaços sem recursos de acessibilidade para cinco, em relação ao ano anterior que eram dez. Para finalizar a aplicação nesse quesito, o CENSUP em 2023, constatou que o IFMA passou a ter 23 bibliotecas, todavia, o quantitativo de ambientes com recursos de acessibilidade mostrou-se em queda para 15, em relação ao ano de 2022, aumenta também os ambientes sem recurso de acessibilidade para oito e mantém dez locais com recursos e atendimento em Libras.

Nota-se então, conforme analisado pela tabela quatro, que de 2014 a 2023 houve avanço no número de bibliotecas nos campi, disparando de 15 unidades para 23; no tocante aos ambientes com recurso de acessibilidade, também houve um avanço de dez para 15. Entretanto, contraditoriamente, o item referente aos espaços sem recursos de acessibilidade que em 2014 havia apenas cinco, aumentou para oito, demonstrando um retrocesso. O avanço considerável se deu na acessibilidade em Libras das bibliotecas que em 2014 havia somente dois, passando em 2023 para dez unidades. O item correspondente às bibliotecas com recursos de acessibilidade, mas sem atendimento em Libras pontuado em 2023 apontaram somente cinco unidades, pelo CENSUP, e a última aplicação em 2022 mostrou seis unidades, um quantitativo menor em relação a 2014.

Os avanços aqui analisados se mostram parciais, pois dois itens apontaram consideráveis progressos nesse recorte temporal de 2014 a 2023, enquanto dois itens evidenciaram certo retrocesso. Tal fato assemelha-se às colocações de Mazzotta (2001) ao expressar que os aspectos relacionados à inclusão na esfera educacional é um processo complexo, que exige transformações estruturais, pedagógicas e culturais, sobretudo.

Pela LDB e LBI, ressalta-se a relevância de implementar práticas inclusivas, que considerem a diversidade humana. Sob este prisma, a construção de uma biblioteca inclusiva exige um esforço coletivo, com o apoio de políticas públicas, formação profissional para aqueles que atuam diretamente com esse público; e mudanças culturais para garantir acessibilidade em todos os espaços escolares, sobretudo, as bibliotecas.

Não se pode deixar de mencionar que as alterações de quantitativos das unidades com espaços acessíveis podem ser explicados, entre outras coisas, por condicionadores diversos, tais como, reformas nas bibliotecas. De forma mais específica a tabela 5 ilustra os aspectos inferidos pelo CENSUP sobre a acessibilidade de conteúdo, conforme se observa:

Tabela 5: Quantitativos de bibliotecas do IFMA com recursos de acessibilidade segundo o CENSUP 2014 a 2023 quanto à acessibilidade de conteúdo

ANO	QUANTITATIVO DE BIBLIOTECAS / ANO																	
	2014		2015		2016		2017		2018		2019		2021		2022		2023	
RECURSO (SIM - S) (NÃO - N)	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N
Acervo em formato acessível para Pessoas com Deficiência visual, cegueira e baixa visão)	4		3		7		8		9		1		5		7		10	
Sítios, plataformas e programas acessíveis para que pessoas com deficiência naveguem e utilizem os serviços oferecidos com autonomia	3		2		4		4		5		5		1		2		6	
Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em formato acessível	2		3		3		3		3		1		2		3		3	

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Isso sugere que no período de aplicação do questionário CENSUP, algumas destas unidades possa ter sido investigada em meio à reforma, pontuando com

diminuição de espaço inclusivo. Como foi o caso da biblioteca Campus Monte Castelo no ano de 2022¹⁰.

No item acervo em formato acessível para pessoas com deficiência visual (cegueira e baixa visão) em 2014 havia quatro bibliotecas que possuíam, 2015 oscilou para três unidades e de 2016 a 2019 aumentaram para nove espaços com o recurso mencionado, todavia, em 2019 um retrocesso considerável apontou para apenas uma unidade munida do recurso.

Como em 2020 não houve aplicação do formulário CENSUP, o ano de 2021 passa a recuperar o quantitativo em cinco; 2022 para sete e em 2023 totalizando dez, demonstrando avanço, mesmo em meio a uma queda expressiva em 2019.

Os dados relacionados ao item “sítios, plataforma e programas acessíveis para que pessoas com deficiência visual naveguem e utilizem os serviços oferecidos com autonomia” oscilaram de 2014 a 2023, apontando o quantitativo de três, duas, quatro, quatro, quatro, cinco, um, dois, seis, respectivamente. Um ponto interessante foi a diminuição desse item em 2021, podendo ser explicado em decorrência da pandemia de Covid-19 quando as obras para construção das sedes definitivas dos campi avançados Carolina e Porto Franco foram retomadas, segundo notícia da TV IFMA.¹¹

Nesse mesmo período houve uma ordem de serviço que autorizava a conclusão das unidades de São Luís -Centro Histórico, Campus Carolina e da unidade de Porto Franco, após ações litigiosas e abandonos por parte das empresas licitadas. Em Imperatriz foi assinada a autorização para adequação ao projeto de rede elétrica do prédio da nova biblioteca do Campus. Segundo informações da TV IFMA, o instituto chegou ao total de 29 obras em andamento, incluindo as bibliotecas. Foi um volume expressivo de obras executadas de forma consecutiva na instituição desde a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle(SIMEC), ferramenta do Ministério da Educação para cadastro e acompanhamento de obras, entre outras atividades.

Ponto este que pode ter contribuído para que no ano de 2021 tenha sido apontado um número inexpressivo de acessibilidade do item sítios, plataforma e

¹⁰ Disponível em: <https://sindsep.org.br/2022/05/25/depois-de-audiencia-no-ifma-servidores-serao-realocados-ate-reformas-pontuais-serem-efetivadas/#:~:text=Depois%20de%20audi%C3%Aancia%20no%20IFMA%2C%20servidores%20ser%20C3%A3o,Castelo%2C%20quando%20foi%20constatado%20problemas%20graves%20de>

¹¹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=oA_ipMrs-O8

programas acessíveis para que pessoas com deficiência visual naveguem e utilizem os serviços oferecidos com autonomia”. Mas é válido lembrar que, muito embora tenha havido essa oscilação, em 2023 o quantitativo foi muito bom em relação aos anos anteriores.

Quanto ao item “plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos”, os dados apontaram acessibilidade em duas unidades em 2014, e nos anos seguinte: 2015, 2016, 2017 e 2018 manteve o quantitativo de três bibliotecas com o mencionado recurso. Caindo para um em 2019, contabilizando duas unidades em 2021 e permanecendo três espaços com o recurso em 2022 e 2023.

Sobre a acessibilidade de conteúdo Sassaki (2009) explica a relevância em assegurar no processo educativo que conteúdos sejam acessíveis, logo, conteúdos em Libras, em braille, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, recursos ópticos e não-ópticos, barra de leitura livros falados, sorobã, vídeos com legendas, entre outros são imprescindíveis a uma biblioteca universitária inclusiva. Neste aspecto, o IFMA apontou avanços de 2014 a 2023.

Pensar na biblioteca enquanto espaço de conhecimento é, sobretudo, vislumbrá-la como um local acessível, onde todos possam frequentar e usufruir das informações disponíveis, conforme apontam Abreu e Diniz (2023). Para isso, é essencial que as bibliotecas universitárias garantam um ambiente inclusivo, promovendo o acesso equitativo ao acervo e aos serviços oferecidos. A acessibilidade de conteúdo, nesse contexto, emerge como um parâmetro fundamental para assegurar que pessoas com diferentes necessidades possam utilizar os recursos disponíveis de maneira autônoma e eficiente.

Conforme preconiza a LBI, a acessibilidade de conteúdo nas bibliotecas universitárias não se restringe apenas à eliminação de barreiras arquitetônicas, mas envolve também a disponibilização de materiais em formatos acessíveis, como audiolivros, textos digitalizados compatíveis com leitores de tela, obras em braille e vídeos legendados ou com interpretação em Libras. Além disso, é imprescindível que as plataformas digitais das bibliotecas sejam responsivas e atendam aos critérios de acessibilidade web, permitindo que estudantes com deficiência visual, auditiva ou motora possam navegar sem impedimentos e encontrar os materiais de forma intuitiva.

Outro aspecto relevante é a capacitação dos profissionais que atuam nas bibliotecas. Bibliotecários e demais funcionários devem estar preparados para oferecer suporte adequado aos usuários com deficiência, compreendendo suas necessidades

específicas e auxiliando na busca e utilização dos recursos informacionais. Treinamentos regulares sobre acessibilidade e inclusão podem contribuir significativamente para melhorar o atendimento e promover um ambiente acadêmico mais igualitário.

Além das medidas estruturais e tecnológicas, é fundamental que as bibliotecas universitárias incentivem políticas institucionais voltadas para a acessibilidade. A implementação de práticas inclusivas, como a oferta de eventos, oficinas e palestras sobre acessibilidade informacional, pode estimular o engajamento da comunidade acadêmica na construção de um espaço mais democrático. Dessa forma, a biblioteca se consolida não apenas como um centro de pesquisa e aprendizado, mas também como um agente de transformação social, garantindo que todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades de acesso ao conhecimento.

Foram analisados também os dados referentes à acessibilidade tecnológica, como visto na tabela 6, a seguir:

Tabela 6: Quantitativos de bibliotecas do IFMA segundo o CENSUP 2014 a 2023 quanto a acessibilidade tecnológica

ANO	QUANTITATIVO DE BIBLIOTECAS ANO																	
	2014		2015		2016		2017		2018		2019		2021		2022		2023	
Recurso (SIM - S) (NÃO - N)	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N
Leitores de tela para pessoas com deficiência visual (cegueira e baixa visão)	2		2		5		5		7		9		2		4		4	
Serviços de impressão em Braille	0		1		2		2		2		2		3		2		0	
Teclado virtual	2		2		3		3		4		6		4		5		4	

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A acessibilidade tecnológica é apontada a partir dos dados da tabela 6, evidenciando que no ano de 2014 e 2015 havia em apenas 2 bibliotecas leitores de tela para pessoas com deficiência visual (cegueira e baixa visão). Em 2016 e 2017 aumentou para cinco unidades; em 2018 o recurso esteve presente em sete bibliotecas, mostrando um aumento, com nove unidades em 2019, caindo bruscamente para dois

em 2021, no pós-pandemia; mantendo quatro bibliotecas no ano de 2022, e 2023, respectivamente.

Sobre os serviços de impressão em braille, em 2014 não havia nenhuma biblioteca do IFMA dispondo do recurso. Timidamente em 2015 evoluiu para uma unidade e de 2016 a 2019 manteve-se com o quantitativo de duas bibliotecas com o recurso, em 2021 aumentou para três e em 2023 nenhuma biblioteca dispunha do recurso.

O item “teclado virtual” se fez presente em duas bibliotecas nos anos de 2014 e 2015. Passando a contabilizar três em 2016 e 2017, oscilou em 2018 para quatro unidades; em 2019 o número passou para seis; oscilando nos anos seguinte para quatro, cinco, e quatro, respectivamente referentes à 2021, 2022, 2023.

Os dados mostram que houve um avanço inicial na acessibilidade tecnológica das bibliotecas do IFMA entre 2014 e 2019, mas, a partir de 2021, percebe-se uma redução ou estagnação na implementação de alguns recursos, como os leitores de tela e os serviços de impressão em braille. Esse cenário pode indicar desafios na manutenção desses serviços ou uma possível mudança de prioridades institucionais. Para garantir a continuidade da acessibilidade, seria importante analisar os fatores que levaram à redução desses recursos e buscar estratégias para manter e expandir as tecnologias assistivas nas bibliotecas, todavia, este não foi o foco desta pesquisa.

Sobre essa dimensão de acessibilidade as colocações de Sassaki (2009) expressa que a acessibilidade tecnológica desempenha um papel essencial na promoção da inclusão e na garantia do direito à informação para todas as pessoas, especialmente para aquelas com deficiência. Dessa forma, é imprescindível que as bibliotecas do IFMA integrem de maneira abrangente diferentes tipos de tecnologia, como tecnologias assistivas, digitais e de informação e comunicação, para atender plenamente às necessidades de seus usuários. Esses recursos não apenas facilitam o acesso ao conhecimento, mas também fortalecem a autonomia e a participação ativa de pessoas com deficiência no ambiente acadêmico.

A importância desse compromisso está alinhada com os princípios estabelecidos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que reforça a necessidade de garantir igualdade de oportunidades no acesso ao meio físico, aos sistemas de comunicação e às tecnologias de informação. Isso significa que as bibliotecas inclusivas devem ir além da simples disponibilização de acervos físicos e

digitais, investindo em softwares leitores de tela, plataformas acessíveis, serviços de digitalização em formatos adaptados e materiais em braille ou com audiodescrição.

Além disso, a acessibilidade tecnológica deve permear todas as dimensões da acessibilidade, atuando como um suporte fundamental para a concretização dos direitos das pessoas com deficiência. Seu impacto se estende para além do uso individual, influenciando a criação de um ambiente acadêmico verdadeiramente inclusivo, onde estudantes, professores e pesquisadores possam interagir sem barreiras. A implementação efetiva dessas tecnologias nas bibliotecas do IFMA é, portanto, um passo essencial para a construção de uma educação mais equitativa e acessível para todos.

Como última dimensão analisada nesta pesquisa, a tabela 7 ilustra os dados relacionados à acessibilidade arquitetônica do IFMA entre 2014 e 2023, destacando a presença de diferentes recursos estruturais para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Sobre a sinalização tátil e visual, inexistente em 2014 e 2015, começou a ser implementada em 2016 (uma biblioteca) e cresceu gradativamente até 2022 (nove bibliotecas), mas sofreu uma leve redução em 2023 (oito bibliotecas). Isso indica um progresso na inclusão, mas também uma possível perda ou manutenção inadequada.

Já a sinalização visual, que auxilia pessoas com baixa visão e outras dificuldades, esteve presente desde 2014 (quatro bibliotecas) e aumentou para 11 em 2022, com uma leve redução para nove em 2023. A ampliação desse recurso demonstra um esforço contínuo para tornar os ambientes mais acessíveis.

Sobre a infraestrutura de acesso e circulação, as rampas de acesso com corrimão cresceram de duas bibliotecas em 2014 para 12 em 2023, indicando avanços na acessibilidade externa das bibliotecas. O número de bibliotecas com entrada e saída acessível oscilou ao longo dos anos, atingindo o pico de 13 em 2022, mas caiu para 12 em 2023. Essa variação pode refletir reformas estruturais ou reavaliações dos critérios de acessibilidade. Quanto aos ambientes acessíveis para circulação interna, o número cresceu de sete bibliotecas em 2014 para 12 em 2023, um avanço significativo que indica preocupação com a mobilidade dentro dos espaços.

Quanto aos recursos essenciais (Bebedouros, Banheiros, Atendimento e Mobiliário), percebeu-se que em 2024, os bebedouros acessíveis eram escassos, mas chegaram a dez em 2023, um avanço importante para a autonomia de pessoas com deficiência. O número de banheiros acessíveis oscilou, partindo de sete em 2014,

caindo para três em 2017, e depois aumentando para dez em 2023, demonstrando um esforço mais recente para adequação dos sanitários.

Os espaços de atendimento acessíveis cresceram de quatro em 2014 para 12 em 2023, o que reforça uma maior preocupação com o acolhimento e suporte aos usuários com deficiência. Mobiliário acessível também aumentou progressivamente, passando de quatro em 2014 para 13 em 2023, o que favorece o conforto e a usabilidade do ambiente.

Quanto aos recursos tecnológicos e de sinalização sonora, a presença de equipamentos eletromecânicos (como elevadores ou plataformas de acessibilidade) foi baixa ao longo dos anos, variando entre uma e quatro bibliotecas. Isso pode indicar dificuldades na implementação de tecnologias mais avançadas.

A sinalização sonora, essencial para pessoas com deficiência visual, nunca foi implementada ao longo dos anos analisados, o que revela uma lacuna na acessibilidade para esse público.

Os dados mostram avanços significativos na acessibilidade arquitetônica das bibliotecas do IFMA entre 2014 e 2023, especialmente no que diz respeito à sinalização tátil e visual, rampas de acesso, ambientes acessíveis, banheiros adaptados e mobiliário inclusivo. No entanto, ainda há desafios importantes, como a ausência de sinalização sonora, a baixa implementação de equipamentos eletromecânicos e a variação na disponibilidade de alguns recursos ao longo dos anos. Para garantir um ambiente plenamente acessível, seria fundamental ampliar as adaptações tecnológicas e manter uma política contínua de monitoramento e manutenção da infraestrutura acessível.

Apesar dos avanços, algumas lacunas persistem, como a baixa presença de equipamentos eletromecânicos e a completa ausência de sinalização sonora, aspectos essenciais para a acessibilidade plena de pessoas com deficiência visual e mobilidade reduzida. A falta desses recursos pode limitar significativamente a experiência dos usuários, comprometendo a efetividade das bibliotecas como espaços verdadeiramente inclusivos, conforme apontou a tabela 7.

Tabela 7: Quantitativos de bibliotecas do IFMA com recursos de acessibilidade segundo o CENSUP 2014 a 2023 quanto à acessibilidade arquitetônica

ANO	QUANTITATIVO DE BIBLIOTECAS ANO																	
	2014		2015		2016		2017		2018		2019		2021		2022		2023	
RECURSO	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N
Sinalização tátil (Sim -S/ Não- N)	0	15	0	16	1	15	2	15	3	15	3	15	6	15	9	12	8	
Rampa de acesso com corrimão	2	13	1	15	2	14	3	14	1	17	2	16	4	17	7	14	12	
Entrada/Saída com vão livre acessível para a circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida	9	6	9	7	10	6	10	7	8	10	12	6	9	12	13	9	12	
Ambientes acessíveis para a movimentação, deslocamento e circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida	7		5		7		7		7		11		9		14		12	
Bebedouros acessíveis	2		1		4		2		3		3		4		8		10	
Sinalização sonora	0		0	0	0	0	0		0		0		0		0		0	
Sinalização visual	4		4		8		6		8		8		8		11		9	
Equipamento eletromecânico	2		1		2		1		1		2		1		2		4	
Banheiros e lavabos acessíveis	7		5		6		3		4		7		5		11		10	
Espaço para atendimento acessível	4		3		4		5		7		7		6		14		12	
Mobiliário acessível	4		4		4		6		6		6		6		11		13	

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Com base nas análises, entende-se que, para consolidar um ambiente bibliotecário acessível e inclusivo, é fundamental que o IFMA continue aprimorando suas iniciativas, assegurando que todas as bibliotecas contem com infraestrutura adequada, manutenção periódica dos recursos implementados e ampliação de soluções tecnológicas que garantam um atendimento equitativo a todos os usuários.

Somente por meio de uma abordagem contínua e planejada será possível construir um espaço de aprendizado verdadeiramente acessível, que favoreça a participação ativa de toda a comunidade acadêmica, independentemente das suas condições físicas ou sensoriais.

Na esteira dessa discussão Abreu e Diniz (2023) observaram que quesitos do CENSUP podem ser utilizados como ferramentas para diagnóstico e formulação de políticas públicas. As autoras também debateram a temática sobre a realidade das bibliotecas do IFMA, evidenciando um diagnóstico preciso das fragilidades estruturais e perceberam algumas soluções viáveis, como a integração das bibliotecas com órgãos institucionais de acessibilidade e o uso de tecnologias acessíveis gratuitas.

Pontuaram ainda que, embora as bibliotecas do IFMA tenham avançado em alguns aspectos da acessibilidade, ainda há desafios estruturais e tecnológicos significativos que precisam ser superados. A utilização dos parâmetros do CENSUP 2023 como referência para a formulação de políticas institucionais pode ser um caminho eficaz para estruturar melhorias contínuas.

Assim, como na investigação de Abreu e Diniz (2023), esta pesquisa aqui apresentada, em 2025, inferiu a necessidade de convergência de esforços entre as bibliotecas e os órgãos institucionais responsáveis pela acessibilidade, garantindo que os avanços não sejam apenas pontuais, mas parte de um compromisso contínuo.

A acessibilidade nas bibliotecas do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão e na garantia do direito à informação para todos os seus usuários. Para que as bibliotecas sejam verdadeiramente acessíveis, é essencial que contemplem quatro dimensões principais: acessibilidade comunicacional, de conteúdo, tecnológica e arquitetônica. Cada uma dessas esferas influencia diretamente a experiência dos estudantes e pesquisadores, assegurando que pessoas com deficiência possam usufruir dos serviços bibliotecários de forma equitativa e autônoma.

A acessibilidade comunicacional diz respeito à eliminação de barreiras na comunicação, garantindo que pessoas com deficiência auditiva, visual ou com dificuldades na fala possam interagir com os serviços da biblioteca. No IFMA, isso envolve a presença de profissionais capacitados para atender em Libras, além da disponibilização de materiais em formatos alternativos, como textos ampliados e audiodescrição. A ausência desses recursos pode dificultar a interação dos usuários

com deficiência, limitando seu acesso ao conhecimento e comprometendo sua experiência acadêmica.

Já a acessibilidade de conteúdo está diretamente ligada à disponibilização de materiais informacionais em formatos acessíveis, como audiolivros, textos digitais compatíveis com leitores de tela e obras em braille. Apesar de algumas bibliotecas do IFMA já possuírem parte desses recursos, ainda há desafios quanto à ampliação de acervos acessíveis e à implementação de um plano estruturado de aquisição gradual de materiais inclusivos. Para garantir a democratização do acesso à informação, é essencial que essas bibliotecas adotem estratégias para expandir sua coleção de forma inclusiva.

A acessibilidade tecnológica tem um impacto significativo na autonomia dos usuários, especialmente no ambiente acadêmico. A adoção de tecnologias assistivas, como leitores de tela, teclados virtuais e softwares de ampliação de texto, pode transformar a experiência de estudantes com deficiência, permitindo que acessem e utilizem os serviços da biblioteca com mais independência. No entanto, os dados indicam que muitos desses recursos ainda são escassos no IFMA, evidenciando a necessidade de investimentos em infraestrutura digital acessível e na capacitação dos bibliotecários para sua correta utilização.

Por sua vez, a acessibilidade arquitetônica é um fator determinante para a inclusão física nas bibliotecas do IFMA. Recursos como rampas de acesso com corrimão, sinalização tátil e banheiros adaptados garantem que pessoas com deficiência motora ou mobilidade reduzida possam se deslocar pelo espaço sem obstáculos. Embora tenha havido avanços nesse quesito, ainda existem lacunas, como a ausência de sinalização sonora e a necessidade de aprimoramento na estrutura física de algumas unidades.

A ausência ou limitação dessas formas de acessibilidade não apenas restringe o acesso dos estudantes com deficiência aos serviços bibliotecários, mas também impacta sua formação acadêmica e profissional. Uma biblioteca que não oferece suporte adequado para diferentes necessidades corre o risco de reforçar a exclusão educacional, dificultando o desenvolvimento dos estudantes e comprometendo o princípio de igualdade de oportunidades no ensino superior.

Para que as bibliotecas do IFMA possam avançar na inclusão, é fundamental que integrem suas ações às políticas institucionais de acessibilidade. A colaboração com núcleos especializados, como o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades

Educacionais Específicas (NAPNE), pode facilitar a implementação de melhorias e a adoção de soluções inovadoras. Portanto, a acessibilidade comunicacional, de conteúdo, tecnológica e arquitetônica deve ser vista como um compromisso contínuo dentro das bibliotecas do IFMA. Investir nesses aspectos não é apenas uma obrigação legal, mas uma ação essencial para garantir que todos os estudantes tenham acesso igualitário ao conhecimento. Somente com um esforço coordenado e políticas bem estruturadas será possível transformar as bibliotecas em espaços verdadeiramente inclusivos, promovendo o direito à informação e à educação para todos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral da pesquisa a ser alcançado foi a identificação de fatores de acessibilidade em inclusão que contribuam como instrumento de democratização de acesso informacional dos estudantes com deficiência das bibliotecas do IFMA, o que foi conseguido, sendo identificados e analisados através da exemplificação dos dados coletados, sugerindo que a acessibilidade nas bibliotecas do IFMA deve ser encarada como um processo contínuo, exigindo investimentos, monitoramento constante e uma cultura institucional comprometida com a inclusão.

Os objetivos específicos propostos na pesquisa foram igualmente alcançados. Os recursos acessíveis, que são disponibilizados nas bibliotecas do IFMA, foram identificados e analisados. Foram mapeados e inventariados os aspectos normativos e práticos que caracterizam os avanços inclusivos nas bibliotecas do IFMA. A partir dos quesitos avaliados pelo CENSUP, foi possível identificar tendências e lacunas nas áreas de acessibilidade comunicacional, de conteúdo, tecnológica e arquitetônica. E foi elaborado um guia de boas práticas inclusivas para a promoção de acessibilidade nas bibliotecas do IFMA.

Considerando a temática principal que envolve acessibilidade nas bibliotecas do IFMA, com ênfase na inclusão e seus avanços recentes, os pressupostos teóricos que ajudaram a compreender mais profundamente o tema proposta foram fundamentais. O entrelace entre a Educação Especial Inclusiva, a Biblioteconomia e as instituições federais do cenário nacional brasileiro foi retratado na parte inicial deste trabalho para melhor explanar sobre os aspectos inclusivos nos espaços informacionais.

Com base na análise dos dados sobre acessibilidade nas bibliotecas do IFMA de 2014 a 2023, esta pesquisa evidenciou avanços e desafios significativos na promoção de um ambiente inclusivo. A partir dos quesitos avaliados pelo CENSUP, foi possível identificar tendências e lacunas nas áreas de acessibilidade comunicacional, de conteúdo, tecnológica e arquitetônica. Apesar dos progressos em algumas dimensões, como a ampliação de bibliotecas com atendimento em Libras, há ainda barreiras estruturais e tecnológicas que limitam o pleno acesso de pessoas com deficiência aos serviços bibliotecários.

A acessibilidade comunicacional mostrou avanços consideráveis, especialmente com a crescente oferta de atendimento em Libras. No entanto, a

presença ainda limitada desse serviço em algumas bibliotecas destaca a necessidade de uma expansão mais abrangente. Em relação à acessibilidade de conteúdo, os dados indicam um esforço contínuo para tornar os acervos mais inclusivos. A disponibilização de audiolivros, obras em braille e textos digitais acessíveis são passos importantes, mas insuficientes diante das necessidades diversificadas dos estudantes com deficiência.

A acessibilidade tecnológica, embora tenha apresentado melhorias iniciais, enfrenta desafios de manutenção e expansão. Recursos como leitores de tela e teclados virtuais são fundamentais para a autonomia dos usuários, mas a queda na sua disponibilidade em anos recentes evidencia a necessidade de investimentos contínuos e capacitação técnica dos bibliotecários. Por outro lado, a acessibilidade arquitetônica apresentou progressos notáveis, como o aumento de rampas de acesso e banheiros adaptados. No entanto, a ausência de sinalização sonora e a baixa presença de equipamentos eletromecânicos apontam para uma inclusão ainda parcial.

A análise das bibliotecas do IFMA também revelou uma relação direta entre políticas institucionais e práticas de acessibilidade. A integração com órgãos especializados, como o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), e a aplicação dos quesitos do CENSUP como parâmetros de avaliação são estratégias que podem fortalecer a inclusão. Estes fatores de acessibilidade em inclusão podem contribuir enquanto instrumento de democratização de acesso informacional dos estudantes com deficiência das bibliotecas do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). Contudo, a efetividade dessas ações depende de um compromisso institucional contínuo e da sensibilização de toda a comunidade acadêmica.

Reitera-se que a acessibilidade nas bibliotecas do IFMA deve ser vista como um processo dinâmico e contínuo. As Bibliotecas da Rede do Instituto Federal do Maranhão têm-se modernizado em relação aos avanços e desafios na promoção da inclusão. A criação de um ambiente verdadeiramente inclusivo requer não apenas a implementação de recursos acessíveis, mas também a constante avaliação e melhoria desses serviços, para atender às necessidades em evolução dos usuários.

Sendo assim, a construção de bibliotecas inclusivas no IFMA demanda esforços coordenados, investimentos adequados e uma cultura institucional comprometida com a igualdade de oportunidades. Somente por meio de uma

abordagem abrangente e colaborativa será possível assegurar que todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas ou sensoriais, possam exercer plenamente seu direito ao conhecimento e a informação.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15599:** Acessibilidade: Comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro: ABNT, 2008. 13 p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050:** Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.
- ABREU, Janaina Bianque do Nascimento; DINIZ, Cládice Nóbile. Quesitos do censo da educação superior como parâmetros para políticas de inclusão em bibliotecas: estudo de caso do Instituto Federal do Maranhão. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS*, 22., 2023, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis, 2023.
- AINSCOW, Mel. Tornar a educação inclusiva. *In: FÁVERO, Osmar; FERREIRA, Windyz; IRELAND, Timothy; BARREIROS, Débora. (Org.). Tornar a educação inclusiva: como esta tarefa deve ser conceituada?* Brasília: UNESCO, 2009
- ALMEIDA, Jobson Louis Santos. **A biblioteca como organização aprendente: o desenvolvimentismo de competências em informação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.** 2015. 122 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- ALMEIDA, M. C. B. de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação.** Brasília: Briquet de Lemos, 2011.
- BARBOSA, Kelly Cristina; CARVALHO, Thelma. Acessibilidade nas bibliotecas do Instituto Federal de Sergipe: diagnóstico para alcançar acessibilidade física e informacional. **BIBLOS**, v. 36, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/14320>. Acesso em: 12 mar. 2024.
- BRASIL. **Casa Civil.** Maranhão receberá quatro novos campi de Instituto Federal. Brasília: 13 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias-do-novo-pac/maranhao-recebera-quatro-novos-campi-de-instituto-federal>. Acesso em: 22 jul. 2024.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.
- BRASIL. Decreto Nº 6.425 de 4 de abril de 2008. Dispõe sobre o censo anual da educação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6425.htm. Acesso em: 15 mar. 2024.

BRASIL. Lei Nº 6.545 de 30 de junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1978. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6545-30-junho-1978-366492-norma-pl.html>. Acesso em: 13 mar. 2024

BRASIL. Decreto Nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 09 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11195.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL. Lei Nº 13. 146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação**. Brasília: Inep, 2006.

CASTRO, Augusto Cesar; SILVA, Diana Rocha da; CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. **A Biblioteca Pública do Maranhão como instituição educacional**. Perspectivas em Ciência da Informação, v.16, n.3, p.255-269, jul./set. 2011.

CHAHINI, Thelma Helena Costa. **O percurso da inclusão de pessoas com deficiência na educação superior**. Curitiba: Appris, 2016.

CHAHINI, Thelma Helena Costa. A importância das atitudes sociais favoráveis à inclusão de alunos com deficiência nas instituições de ensino. **Anais** da 64^a Reunião Anual da SBPC – São Luís, MA – Julho/2012. Disponível em: https://www.sbpnet.org.br/livro/64ra/PDFs/arq_1716_218.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. v.1 n.14, pp.89-107, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a06.pdf>. Acesso em: 15. mar. 2024.

ELIAS, Cláudia de Souza Rodrigues *et al.* Quando chega o fim? Uma revisão narrativa sobre terminalidade do período escolar par alunos deficientes mentais. **Revista eletrônica saúde mental**, v. 1, n. 8. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/803/80323610008.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2024.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERREIRA, Maycon Rangel Abreu. **Escola é lugar de direitos humanos: estratégias para a formação docente na Educação Profissional e Tecnológica**. 2020. 147f.Dissertação. (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Programa Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal do Maranhão,2020. Disponível em: <https://profept.ifma.edu.br/wp-content/uploads/sites/57/2020/11/Dissertacao-Educacao-em-Direitos-Humanos-Maycon-Rangel-Abreu-Ferreira-2020-1.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2024.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Papel da educação na humanização**. Publicado originalmente em Revista Paz e Terra. São Paulo, n. 9, p.123-132, out. 1969. Disponível em: rcdh.es.gov.br/sites/default/files/Freire,%20Paulo%201969%20Papel%20da%20educacao%20na%20humanizacao.pdf. Acesso em:22 ago. 2024.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à Biblioteconomia**. 2. ed. Brasília (DF): Briquet de Lemos, 2007.

FONSECA, Marcus Vinícius de Azevedo. **Avaliação de serviços de informação: uma introdução**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Contexto e sentido ontológico, epistemológico e político da inversão da relação educação e trabalho para trabalho e educação. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 10, n. 20, p. 228-248, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2729>. Acesso em: 5 mar. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.

GOMES, Suely Henrique de Aquino *et al.* Tornando as bibliotecas inclusivas: a questão da acessibilidade física para pessoas com mobilidade reduzida. In: Faria, Keyla Rosa (org.); Gomes, Suely Henrique de Aquino (org.); Santos, André Pereira dos (orga.). **Bibliotecas inclusivas: informação para todas e todos**. Goiânia: Cegraf UFG, 2023

GUERRA, M. A. M. Al. **A mediação do SINAES no processo de avaliação das bibliotecas universitárias em Fortaleza**. 2012. 118f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**. IFMA, 2023. Disponível em: <https://portal.ifma.edu.br/wp-content/uploads/2019/09/IFMA-PDI-PRINCIPAL-v18-20190626-visualizacao.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO. **Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional** – IFMA, 2022. Disponível em: https://planejamentoestrategico.ifma.edu.br/wp-content/uploads/sites/53/2022/03/TERMO-No-9_2022-PROPLADI_REITORIA_IFMA.pdf. Acesso em: 23 abr. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **CENSUP (2023)**. Disponível em: <https://censosuperior.inep.gov.br/censosuperior/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

JANNUZZI, Gilberta de Martinho. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

LANCASTER, F. W. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LEITÃO, V. M.; VIANA, T. V. (Org.) UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Acessibilidade na UFC: tessituras possíveis**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

MACIEL, A. C.; MENDONÇA, M. A. R. Bibliotecas como organizações. 1. ed. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **O desafio das diferenças nas escolas**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

MAZZOTTA, M.J.S. **Educação especial no Brasil: história e política pública**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MILANESI, Luís. **O que é a Biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **História, deficiência e educação especial**. Uberlândia: Unimep, 2003. Disponível em: <http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wpcontent/uploads/2014/09/inclus%c3%83o-deficencia-e-educa%c3%87%c3%83o-especial.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2024.

NOGUEIRA, Gabriela; VAHL, Mônica Maciel; WILLIS, Arlete Ingran. A biblioteca como um espaço de acolhimento, inclusão e promoção de diversidade. **Cadernos de Educação**, v. 1, n. 62, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/19148/11570>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ORTEGA Y GASSET, J. **Missão do bibliotecário**. Brasília: Briquet de Lemos, 2005.

PACHECO, Eliezer Moreira; PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; SOBRINHO, Moisés Domingos. Educação profissional e tecnológica: das Escolas de Aprendizes Artífices aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **T&C Amazônia**. v. 17, n. 16, 2009. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3568>. Acesso em: 10 mar. 2024.

PACHECO, Eliezer. **Perspectivas da educação Profissional técnica de nível médio**: proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais. São Paulo: Editora Moderna, 2012.

PEREIRA, Jaquelline Andrade; SARAIVA, Joseana Maria. Trajetória histórico-social da população deficiente: da exclusão à inclusão social. **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 40, p. 168–185, 2017. DOI: 10.26512/ser_social.v19i40.14677. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14677. Acesso em: 23 abr. 2025.

PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro; GAVENDA, Marizete Lurdes. Narrativas de Mulheres com Deficiência Visual. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.27, p.139-156, jan./dez., 2021.

RAIÇA, Darci; OLIVEIRA, Maria. T. B. **A educação especial do deficiente mental**. São Paulo: EPU Edição, 2007.

RAMOS; Giovanna Tedesco; BIFF, Vanessa Levati. Avaliação das condições de acessibilidade e inclusão da biblioteca do IFUL - Câmpus Sapucaia Do Sul: projeto biblioteca acessível. **Rev. Bras. de Iniciação Científica (RBIC)**, IFP Itapetininga, v.10, p. 1-25, 2023.

RIBEIRO, Tatiana de Sousa. **Acessibilidade em bibliotecas universitárias**: um estudo de caso com usuários com deficiência visual (cegos e com baixa visão). Dissertação (Pós- Graduação Lato Senso em Tecnologias da Informação Aplicadas à Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

ROGALSKI, Solange Menin. Histórico do surgimento da Educação Especial. **Revista de Educação do IDEAU**. v. 1, n., 12, 2010. Disponível em: https://www.caxias.ideau.com.br/wp-content/files_mf/f6c2ec65b238d0bd435622272470b9dd168_1.pdf. Acesso em: 21 ago. 2024.

SANTOS, M. P.; DINIZ, C. N.; SÁ, N. A. **A importância da acessibilidade nas bibliotecas públicas**. VIII SENABRAILLE, Seminário de Nacional de Bibliotecas Braille, 2014.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 7 ed. São Paulo: WVA, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias da pedagogia no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Editora autores associados, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **As Concepções pedagógicas na História da Educação Brasileira**. Faculdade de Educação – UNICAMP, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4430725/mod_resource/content/1/3%20-%20D_Saviani_Concep_Pedag_Hist_Educ_Brasil_2005.pdf. Acesso em: 21 ago. 2024.

SHERA, Jesse Hauk. **Curso de Documentação e organização bibliográfica**. [Rio de Janeiro]: Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Serviço de informações técnico-científicas, 1957.

SKLIAR, Carlos. Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade. In: SK LIAR, Carlos (Org.). **A Surdez**: um olhar sobre as diferenças. 8 ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.

SOBRAL, Fernanda A. da Fonseca. Educação para a competitividade ou para a cidadania social? **Revista Perspectiva**.v.14, n. 1 São Paulo, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9797.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2024.

SOUSA, C. dos S. **A audiodescrição como recurso de acesso à informação imagética na produção de acervos acessíveis para pessoas com deficiência visual na biblioteca universitária**. 2018. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual do Ceará, 2018.

STROPARO, Eliane Maria; MOREIRA, Laura Ceretta. Bibliotecas universitárias federais brasileiras: acessibilidade/avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Revista Educação**, v. 46, n. 1, 2021 Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao>. Acesso em: 12 mar. 2024.

TARAPANOFF, Kira. **A biblioteca universitária vista como uma organização social**. Brasília: ABDF, 1982. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/53047>. Acesso em 22 ago 2024.

TOSCANO, Moema. **Introdução à sociologia educacional**. 14 ed. Petrópolis: Vozes: 2010.

ANEXOS

ANEXO A: FORMULÁRIO DO CENSUP APLICADO PELO INEP NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS – Tela 1

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2023

MÓDULO IES



censo da
educação
superior

DADOS CADASTRAIS

 e-MEC

MANTENEDORA

ID da Mantenedora	CNPJ Mantenedora
Nome da Mantenedora	
Representante Legal	
Telefone do Representante Legal	Correio Eletrônico do Representante Legal

IES

ID da IES
Nome da IES
Sigla da IES

Categoria Administrativa	
☐ Pública federal	☐ Privada sem fins lucrativos
☐ Pública estadual	☐ Especial
☐ Pública municipal	
☐ Privada com fins lucrativos	

Organização Acadêmica	
☐ Centro Federal de Educação Tecnológica	☐ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
☐ Centro Universitário	☐ Universidade
☐ Faculdade	

Comunitária	
☐ Sim	☐ Não

Confessional	
☐ Sim	☐ Não

Situação da IES

Continua

ANEXO B: FORMULÁRIO DO CENSUP APLICADO PELO INEP NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS – Tela 2

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2023 MÓDULO IES		
ENDEREÇO DA REITORIA/SEDE ADMINISTRATIVA		
Endereço da Reitoria/Sede Administrativa		
Bairro da Reitoria/Sede Administrativa	Número da Reitoria/Sede Administrativa	
Complemento da Reitoria/Sede Administrativa		
CEP da Reitoria/Sede Administrativa	UF da Reitoria/Sede Administrativa	
Município da Reitoria/Sede Administrativa		
Telefone da Reitoria/Sede Administrativa	Fax da Reitoria/Sede Administrativa	
Correio Eletrônico	Página na Web	
Dirigente Principal		
Nome do Dirigente		
Telefone do Dirigente	Correio Eletrônico do Dirigente	
Procurador Institucional		
Nome do Procurador Institucional		
Telefone do Procurador Institucional	Correio Eletrônico do Procurador Institucional	
LOCAL DE OFERTA		
Código do Local de Oferta		
Nome do Local de Oferta		
Endereço do Local de Oferta		

ANEXO C: FORMULÁRIO DO CENSUP APLICADO PELO INEP NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS – Tela 3

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2023

MÓDULO IES



censo da
educação
superior

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2023		MÓDULO IES	
BIBLIOTECA			
Código da Biblioteca	Sigla Biblioteca		
Nome Biblioteca			
Tipo de Biblioteca			
☐ Central	☐ Setorial		
Número de Títulos do Acervo de Periódicos Impressos	Número de Títulos do Acervo de Livros Impressos		
Número de Títulos de Outros Materiais	Número Empréstimos Domiciliares		
Número Empréstimos entre Bibliotecas	Número Assentos		
Realiza Comutações Bibliográficas?	Usuários Treinados em Programas de Capacitação		
☐ Sim ☐ Não			
Possui Rede sem Fio?			
☐ Sim ☐ Não			
Oferece Condições de Acessibilidade?			
☐ Sim ☐ Não			
Disponibiliza atendimento em Língua Brasileira de Sinais - Libras?			
☐ Sim ☐ Não			
Acessibilidade Arquitetônica ou Física	Acessibilidade Tecnológica		
☐ Sinalização tátil	☐ Sinalização sonora		
☐ Rampa de acesso com corrimão	☐ Sinalização visual		
☐ Entrada/Saída com vão livre acessível para a circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida	☐ Equipamento eletromecânico (elevador, esteira rolante, etc)		
☐ Ambientes acessíveis para a movimentação/deslocamento/circulação de pessoas com mobilidade reduzida	☐ Banheiros e lavabos acessíveis		
	☐ Espaço de atendimento acessível		
	☐ Mobiliário acessível		
	☐ Bebedouros acessíveis		
Acessibilidade de Conteúdo			
☐ Acervo em formato acessível para pessoas com deficiência visual (Cegueira e baixa visão)			
☐ Sites, programas e plataformas acessíveis para que pessoas com deficiência naveguem e utilizem os serviços oferecidos			
☐ Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em formato acessível			
Acessibilidade Tecnológica			
☐ Leitores de tela para pessoas com deficiência visual (cegueira e baixa visão)	☐ Teclado virtual		
☐ Serviços de impressão em Braille			

ANEXO E: FORMULÁRIO DO CENSUP APLICADO PELO INEP NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS – Tela 5

[illegible]

ANEXO F: FORMULÁRIO DO CENSUP APLICADO PELO INEP NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS – Tela 6

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2023		MÓDULO IES		censo da educação superior	
INFRAESTRUTURA					
Local de oferta esteve em funcionamento?					
☐ Sim					☐ Não
Quantidade de Computadores Destinados ao Uso dos Discentes					
Existem Condições de Acessibilidade Arquitetônica para Pessoas com Deficiência?					
☐ Sim					☐ Não
Acessibilidade Arquitetônica ou Física					
☐ Sinalização tátil					☐ Sinalização sonora
☐ Entrada/Saída com vão livre acessível para a circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida					☐ Sinalização visual
☐ Ambientes acessíveis para a movimentação/deslocamento/circulação de pessoas com mobilidade reduzida					☐ Banheiros e lavabos acessíveis
					☐ Espaço de atendimento acessível
					☐ Mobiliário acessível
					☐ Bebedouros acessíveis
Equipamento eletromecânico (elevador, esteira rolante, etc)					
☐ Sim	☐ Não	☐ Não se aplica			
Rampa de acesso com corrimão					
☐ Sim	☐ Não	☐ Não se aplica			
Infraestrutura Polo EAD					
Informa as Tecnologias e Equipamentos do Polo					
☐ Equipamento para videoconferência					☐ Conexão à internet banda larga
☐ Sala de coordenação do polo					☐ Salas equipadas para o atendimento pelos tutores
☐ Microcomputadores					
Infraestrutura Local de Oferta Presencial					
Instalações da Unidade					
☐ Restaurante universitário					☐ Cantina/Lanchonete
☐ Quadra poliesportiva					☐ Pista de atletismo
☐ Piscina olímpica/semi-olímpica					☐ Campo para práticas esportivas
☐ Quadra coberta/ginásio					☐ Auditório/Teatro
☐ Cinema					☐ Redes sem fio para comunidade acadêmica
☐ Vestiário					☐ Posto de atendimento para primeiro socorros
☐ Serviços					☐ Bicicletário
☐ Estacionamento para docente/técnico administrativo					☐ Estacionamento para aluno
					☐ Moradia estudantil